

Ciência Atual

Revista Científica
Multidisciplinar das
Faculdades São José

2015

Volume 5 | Nº1



FACULDADES
SÃO JOSÉ

ISSN 2317-1499

Multiprofessional work: needs and public policies in the care of the elderly

Tássia Aparecida Martins de Carvalho

Pós – graduando (a) em Saúde na Comunidade / Faculdade de Medicina / USP – Ribeirão Preto

Natália Michelato Silva

Pós - graduanda em Enfermagem Fundamental / Escola de Enfermagem/ USP- Ribeirão Preto

Natália de Cássia Onuzik

Pós – graduanda em Saúde e Nutrição / Universidade Federal de Ouro Preto

Augustus Tadeu Relo de Mattos

Pós – graduando (a) em Saúde na Comunidade / Faculdade de Medicina / USP – Ribeirão Preto

Maíra de Oliveira Viana

Pós – graduando (a) em Saúde na Comunidade / Faculdade de Medicina / USP – Ribeirão Preto

Elaine Cristina Gonçalves

Pós – graduando (a) em Saúde na Comunidade / Faculdade de Medicina / USP – Ribeirão Preto

Anderson Saranz Zago

Professor Doutor do departamento de Educação Física / Faculdade de Ciências / UNESP – Bauru

AUTOR CORRESPONDENTE

Prof. Dr. Anderson Saranz Zago

Departamento de Educação Física / Faculdade de Ciências / UNESP

Av Eng. Luiz Edmundo Carrijo Coube, 14-01. Bairro Vargem Limpa - Bauru – SP / CEP: 17033-360

Telefone: (14) 3103-6082 – ramal 7991 - e-mail: aszago@fc.unesp.br

Tássia Aparecida Martins de Carvalho

Rua Coronel Francisco Adolfo, nº 18, apartamento 304. Bairro: Centro - São Sebastião do Paraíso- MG/
CEP: 37950-000

Telefone: (16) 98265-8782 - e-mail: tassianutri@yahoo.com.br

Natália Michelato Silva

Rua Mariana Amaral, nº 148. Bairro: Centro - São Sebastião do Paraíso- MG/ CEP: 37950-000
Telefone: (35) 3531-2301 - e-mail: natmichelato@yahoo.com.br

Natália de Cássia Onuzik

Rua José Dias de Moura Junior, 89. Bairro: Vila Ipê. - São Sebastião do Paraíso, MG / CEP: 37.950-000.
e-mail: nutricaoufop@gmail.com

Augustus Tadeu Relo de Mattos

Rua João Gomes Frossard, nº 460, apartamento 21. Bairro: Jardim Nova Aliança. - Ribeirão Preto- SP/
CEP: 14026586
Telefone: (16) 32892903 - e-mail: augustus@fmrp.usp.br

Maíra de Oliveira Viana

Rua Canuto de Aguiar, nº 600, apartamento 1000. Bairro: Meireles - Fortaleza, CE/ CEP: 60160-120
Telefone: (85) 86325243 - e-mail: maira.ov@gmail.com

Elaine Cristina Gonçalves

Rua Ângelo Pignata, 124. Bairro: Parque Residencial Francisco Paschoal. - Sertãozinho, SP / CEP: 14177-232
e-mail: elacrisg@yahoo.com.br

SUPORTE FINANCEIRO

Os autores declaram que não houve financiamento.

CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram não haver conflito de interesse.

RESUMO

A população mundial está envelhecendo e, concomitante, vem ocorrendo uma alteração no perfil de morbimortalidade, o qual era antes caracterizado por doenças infectocontagiosas e atualmente por doenças crônicas não transmissíveis. A partir dessa mudança surge a necessidade de uma adaptação no sistema de saúde que requer novas competências dos profissionais. Assim, faz-se necessário conhecer o processo de envelhecimento e estabelecer medidas de prevenção. Essas questões ainda estão longe de atingir o ideal, porém, muitos programas do governo e as universidades têm buscado se aprimorar e adaptar a esta mudança por meio de uma pluralidade de ações e intervenções seja de caráter preventivo ou de promoção de saúde visando à prestação de uma assistência mais resolutiva e humanizada através do trabalho multiprofissional.

Palavras-Chave: Envelhecimento populacional; Doenças crônicas não transmissíveis; Sistema de saúde; Promoção de saúde.

ABSTRACT

Concomitant with the aging process there is an increasing of incidence of chronic diseases. So, it emerges the need for adaptation in the health system that requires new skills of healthcare professionals in order to serve this population. Therefore, it is necessary to understand the aging process and establish preventive measures. These issues are still far from achieving the ideal, however, many government programs and universities have sought to improve themselves and adapt to this change through a plurality of actions and preventive or health promotion intervention which provide a more resolute and humanized care plan through a multidisciplinary approach.

Keywords: Aging, Chronic non-communicable disease, health system, Health Promotion.

INTRODUÇÃO

A população mundial está envelhecendo e essa mudança no perfil demográfico está ocorrendo devido a diversos fatores, tais como: diminuição da taxa de fecundidade, redução da taxa de mortalidade, avanços tecnológicos e científicos, especialmente na área da saúde e, aderência a um estilo de vida mais saudável (AREOSA; AREOSA, 2008; RAMOS, 2003). Este processo refere-se à mudança na estrutura etária da população, gerando um crescimento de pessoas acima de uma idade determinada, considerada como definidora do princípio da velhice, que varia de sociedade para sociedade e depende de fatores biológicos, econômicos, ambientais, científicos e culturais (CARVALHO; GARCIA, 2003). Dessa forma, a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1974) ao conceituar idoso, considerou a idade e o grau de desenvolvimento do país, propondo o limite de 65 anos ou mais de idade para os países desenvolvidos e 60 anos ou mais para os países em desenvolvimento.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o número de idosos residentes no Brasil corresponde a aproximadamente 20 milhões e meio, e a expectativa é para 50 milhões em 2050. Junto com o processo natural de envelhecimento, tem-se observado também uma mudança no perfil de morbimortalidade, antes caracterizado pela prevalência das doenças infectocontagiosas e atualmente pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) (FRAZEN et.al., 2007). As DCNTs são geralmente caracterizadas por longo período de latência que inclui alguns fatores de risco bem conhecidos, pelo processo prolongado da doença de origem não contagiosa, pela incapacidade funcional e incurabilidade. Além disso, muitas doenças transmissíveis globalmente importantes, como por exemplo, a AIDS, a polio, entre outras, possuem características crônicas (MCQUEEN, 2007). Conforme a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2009), para o ano de 2025 estima-se que 75 a 80% da população com 60 anos ou mais apresentarão ao menos uma condição crônica. As DCNTs mais prevalentes são as doenças cardiovasculares, as respiratórias, o diabetes e o câncer (WHO, 2012).

NECESSIDADES REAIS

As condições crônicas comprometem o desempenho funcional de muitos idosos aumentando a dependência destes na realização das Atividades da Vida Diária (AVDs) em torno de 5% na faixa etária de 60 anos e evoluindo para cerca de 50% na população acima dos 90 anos. Estas condições caracterizam-se muitas vezes por estados de longa permanência, necessitando de cuidados constantes, dada a complexidade, sendo que muitas vezes existe a associação de múltiplas doenças ou comorbidades com consequências relevantes para a qualidade de vida dos idosos. Em uma situação extrema em que ocorre a associação da velhice avançada com a incidência de doenças crônicas, a dependência não apenas dos familiares, mas também dos serviços de saúde é de extrema importância para que o idoso consiga viver com dignidade. Essa é uma situação que traz medo, necessitando de ações que procurem evitar ou postergar a dependência, o que se coloca como desafio para as famílias e para os serviços de saúde, quase sempre não preparados para lidar com o envelhecimento e os seus desdobramentos (BRASIL, 2006).

Essa realidade requer novas competências dos serviços e dos profissionais de saúde. De acordo com Motta e Aguiar (2007) há uma grande distância entre as competências definidas pelos conteúdos das políticas de atenção ao idoso e os currículos dos cursos de graduação e pós-graduação na área da saúde que dão pouca ênfase para a questão do envelhecimento, o que dificulta as boas práticas de atenção a essa população. Assim, a falta de preparo dos profissionais, em particular dos recém-formados, pode prejudicar uma assistência que esteja atenta para a identificação precoce das situações de risco e fragilidade com consequente perda da autonomia e da independência do idoso. Outras necessidades que têm se colocado como prioridade na atenção à saúde da população idosa e representam um desafio na mudança dessas práticas, é o enfoque para doenças crônicas visando à prevenção ou diminuição das suas complicações, como por exemplo, o diabetes mellitus e a hipertensão arterial, assim como a necessidade em conhecer o processo de envelhecimento e da mesma forma estabelecer medidas de prevenção, como, por exemplo, diminuição da força muscular ocasionando instabilidade postural, e consequentemente quedas. O conhecimento destas particularidades, tanto dos agravos de saúde que acometem o idoso quanto das consequências naturais do envelhecimento são de extrema importância para o planejamento de estratégias que possam proporcionar um envelhecimento saudável e com qualidade de vida. No geral, a ocorrência de condições crônicas como alterações sensoriais, dificuldades para mobilização, distúrbios alimentares, incontinência urinária, quedas e prejuízo na cognição são comuns na população idosa e isto requer uma apurada avaliação da capacidade funcional e física do idoso, reforçando que é necessário uma abordagem multiprofissional e interdisciplinar, o que ainda não tem sido rotina em boa parte dos serviços de saúde (MOTTA; AGUIAR, 2007). A articulação dos diferentes saberes possibilita diversificar os olhares sobre um mesmo objeto, ampliando as possibilidades de intervenção em determinado problema (PEREIRA et.al., 2013), entretanto, do ponto de vista das adequações em relação ao processo de trabalho nos serviços de atenção à saúde da pessoa idosa, o trabalho multiprofissional e a interdisciplinaridade surgem como um enorme desafio buscando superar o cuidado fragmentado, que de acordo com Brito-Silva et.al. (2012) é uma característica do SUS mas que está sendo considerado insuficiente para responder a complexidade e diversidade dos problemas de saúde da população. Ainda, de acordo com Vasconcelos (2002), essa fragmentação tem início nas próprias instituições formadoras e seus departamentos que não estimulam a comunicação e o desenvolvimento de uma cultura de valorização do trabalho interdisciplinar, o que mostra na prática a divisão técnica social do trabalho.

O SISTEMA DE SAÚDE E AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO IDOSA

A população idosa brasileira vem obtendo conquistas importantes do ponto de vista legal com a promulgação do Estatuto do Idoso, o qual tem dado auxílio no direcionamento das políticas públicas para que possam ser cada vez mais adequadas no processo de integração, colocando a saúde como elemento chave devido ao forte impacto que esta exerce na qualidade de vida deste segmento populacional. O sistema de saúde do Brasil, através da criação da Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa, tem dado prioridade à promoção do envelhecimento saudável, manutenção da capacidade funcional, reabilitação da capacidade funcional, capacitação de recursos humanos especializados, assistência às necessidades de saúde da pessoa idosa, apoio ao desenvolvimento de cuidados informais e apoio a pesquisas e estudos envolvendo a saúde do idoso. Essa política determina que o principal problema que pode afetar o idoso é a perda de sua capacidade funcional, entendida como a perda das habilidades mentais e físicas necessárias para realizar as atividades básicas e de vida diária (BRASIL, 2006).

Tanto as doenças físicas quanto as mentais podem levar à dependência e, conseqüentemente, à perda da capacidade funcional. Essa política tem como elemento central o despertar sobre a importância de melhorar as habilidades funcionais, mediante a adoção precoce de hábitos saudáveis de vida e a eliminação de comportamentos que trazem agravos à saúde. O Pacto pela Vida prevê a garantia de ações prioritárias sobre a saúde do idoso, apresentando uma série de ações que visam à implementação de diretrizes da Política Nacional de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa. Dentre essas ações estão o envelhecimento ativo e saudável; a atenção integrada à saúde da pessoa idosa; integralidade da atenção; a implantação de serviços de atenção domiciliar; acolhimento preferencial em unidades de saúde, respeitando os critérios de risco, provimento de recursos capazes de assegurar qualidade de atenção à saúde; fortalecimento da participação social; formação e educação permanente dos profissionais de saúde na área de saúde do idoso (BRASIL, 2006). Entretanto, raramente têm-se esses direitos garantidos, o que gera uma importante contradição. Embora muitas discussões venham sendo realizadas acerca do tema envelhecimento, as ações necessárias para as mudanças não parecem estar claras para os serviços públicos e para a sociedade em geral. Há uma necessidade urgente de implementar o que está assegurado na legislação, disposto no Artigo 15 do capítulo IV 'Do Direito à Saúde' do Estatuto do Idoso/ Ministério da Saúde (2003, p.13):

É assegurada a atenção de forma integral à saúde do idoso, por intermédio do SUS (Sistema Único de Saúde), sendo garantido o acesso igualitário e universal, em conjunto articulado e continuado das ações e serviços, para promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo atenção especial às patologias que afetam preferencialmente os idosos.

Uma das possíveis explicações para essa contradição pode encontrar fundamento nas considerações do relatório da OMS (2003) constatou que os sistemas de saúde são organizados de forma a priorizar casos episódicos e agudos que atualmente não atendem a necessidade de muitos pacientes, principalmente aqueles com doenças crônicas. As condições crônicas requerem gerenciamento contínuo por um período de vários anos ou décadas, e atualmente estão em ascensão em todo o mundo. Levando em conta a nossa realidade com um processo de envelhecimento acelerado e a mudança nos padrões de morbidade em que prevalecem as doenças crônicas não transmissíveis, é de extrema importância lembrar que muitos idosos são portadores, em média, de pelo menos três enfermidades crônicas e a probabilidade de internação hospitalar pode ser até 20% maior em decorrência dessas múltiplas condições (CARBONI; REPPETTO, 2007).

Diante desta realidade, o sistema de saúde brasileiro tem o desafio de estruturar-se, orientado pelas políticas públicas estabelecidas de forma a considerar o impacto do envelhecimento nos serviços, a alta incidência de doenças crônicas não transmissíveis com a alta utilização dos sistemas, elevando assim os custos e necessidades distintas e progressivas de assistência (SCHNEIDER et al., 2009; THORPE; HOWARD, 2006).

NOVOS RUMOS NO CONTEXTO DO ENVELHECIMENTO

A necessidade de mudanças na forma de abordagem dos idosos por parte dos profissionais de saúde é imperativa, e nesse novo contexto em que as DCNT apresentam-se com alta prevalência, principalmente entre idosos, é importante levar em consideração os fatores de risco para essas condições. A identificação de fatores de risco tem um papel de extrema importância nesta abordagem podendo ser classificados em não modificáveis e modificáveis. De acordo com Mendes (2012), os fatores não modificáveis são o sexo, a idade e a herança genética, e os modificáveis são o tabagismo, a alimentação inadequada, o sedentarismo, o excesso de peso, o uso abusivo de álcool dentre outros. Segundo o autor, uma política de prevenção de condições de saúde deve ser baseada em um sistema de vigilância focado nos fatores de risco modificáveis e estruturado na análise de tendências de morbimortalidade, que se relacionem com as condições crônicas, análise e crítica de indicadores, fontes de dados, buscando se aprimorar e monitorar os fatores de risco através de inquéritos de saúde regulares, indução e apoio às ações de prevenção das patologias crônicas, bem como avaliação das intervenções. Há necessidade de se implantar a vigilância dos fatores de risco em todos os níveis de gestão: nacional, estadual, regional e local. As ações de prevenção sobre os fatores de risco podem ser realizadas tendo como base comunidades, populações e/ou indivíduos, podendo ser operacionalizada por meio de processos de estratificação de riscos e nos âmbitos macro, meso e microsociais.

O mesmo autor acredita que os governos têm papel fundamental na prevenção de condições de saúde, especialmente, na proteção de grupos vulneráveis. Muitos acreditam que se as pessoas desenvolvem condições crônicas em função de comportamentos ou de estilo de vida inadequados, acabam tornando-se responsáveis por suas enfermidades. Contudo, a OMS adverte que a responsabilidade individual só pode ser atribuída quando as pessoas têm acesso igualitário a uma vida saudável e recebem apoio para tomar decisões sobre sua saúde.

No plano macro citado, as intervenções são realizadas por meio de elaboração de legislação específica para os fatores de risco, aumento de impostos dos bens produtores das condições de saúde. Segundo o autor, neste plano, os governos têm atuado de forma insuficiente por várias razões como: deixar de atuar sobre os fatores de risco advindos de estilo de vida, colocando a responsabilidade para cada indivíduo mudar seu comportamento (culpabilização da vítima); dificuldade de desenvolver ações intersetoriais efetivas; há enfrentamento de grande reação de grupo de interesse como as indústrias de bebida, tabaco, alimentação, entre outros; há uma dificuldade de avaliar os resultados dos programas de prevenção na rotina e por longo prazo. Como consequência, ocorre pequeno investimento em programas de prevenção e promoção. No plano meso, as intervenções preventivas devem ser feitas em comunidades, nos ambientes de trabalho e escolares. Existe um reconhecimento de que a prevenção dos riscos é geralmente mais eficiente quando voltada para populações do que para indivíduos, porém essas intervenções baseadas na população precisam ser complementadas com ações preventivas, desenvolvidas no plano de pequenos grupos e individual. No nível micro, o espaço de atuação para prevenção é o das Unidades de Saúde, em especial as Unidades de Saúde da Família. Os grupos de população para intervenções preventivas de condições de saúde podem ser jovens, adultos, crianças, idosos, grupos vulneráveis conforme etnicidade, gênero, renda ou condição de saúde (MENDES, 2012).

A Saúde Coletiva se caracteriza por um campo no qual o trabalho em equipe é central, a interdisciplinaridade e a intersetorialidade estão contidas em sua definição, e os princípios de equidade e integralidade estão no cerne de sua operacionalização. A política de descentralização da saúde, impulsionada por instrumentos normativos e sustentada por programas como o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), o Programa de Saúde da Família (PSF) e o Programa de Interiorização de Trabalho em Saúde (PITS), requer pessoal com formação voltada para a atuação em saúde coletiva, ou seja, recursos humanos capazes de colaborar com outros profissionais e de apoiar estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais (MOTTA, 2007; PAIM, 2006).

Esses profissionais atuantes na saúde precisam fazer parte de uma prática interdisciplinar e multiprofissional, porém há desafios para o aparelho formador da atenção à saúde e da necessidade de avançar na direção da interdisciplinaridade, pois não devem pautar-se em intervenções baseadas no modelo biomédico hegemônico, com enfoque no estudo da doença, de modo a tornar secundários e a reduzir aspectos sociais, econômicos e subjetivos na determinação do processo saúde-doença, pois trata fenômenos complexos como princípios primários simples (MOTTA 2007; CAMPOS, 2000). O processo educativo vai além da graduação e do saber médico ao avançar para uma educação focada no trabalho interdisciplinar e em equipe. A questão acadêmica acerca da interdisciplinaridade deve emergir da crítica à fragmentação do saber e da produção de conhecimento científico (MOTTA, 2007) e deveria ocorrer desde a formação do profissional, ou seja, na universidade (PEREIRA et.al., 2013). Mendes e Caprara (2012) realizaram um estudo avaliando uma universidade brasileira que implementou uma grade curricular interdisciplinar nos cursos de graduação. Neste estudo há um destaque positivo para este método, pois além de uma forte conexão entre o ensino-aprendizagem, há uma melhora da capacidade de reflexão crítica por parte estudantes diante dos vários problemas da sociedade.

Desta forma, na formação de recursos humanos para a atenção à saúde da população idosa há um consenso de que se necessita ter como direção a aplicação do modelo biopsicossocial ao processo de envelhecimento e na necessidade de práticas multiprofissionais e interdisciplinares (MOTTA; AGUIAR, 2007).

Segundo Ramos (2001), a aquisição de competências para a atenção à saúde do idoso deve ser entendida como um mecanismo subjacente que possa permitir a integração de vários conhecimentos e atos necessários à realização da ação, de modo que possa mostrar os recursos empregados em busca da solução para um problema.

A atuação multiprofissional consiste numa modalidade coletiva que se configura na relação recíproca entre as múltiplas intervenções técnicas e a interação dos agentes de diferentes áreas profissionais, que permite grandes relações interpessoais, formando uma equipe de integração e agrupamento, o que favorece a ocorrência da discussão e articulação de saberes, facilitando a formulação de uma melhor organização dos serviços de saúde, tendo sido veiculada como estratégia para enfrentar o intenso processo de especialização na área da Saúde. (ROSA; LABATE, 2005; SILVA; TRAD, 2005).

No entanto, há uma fragmentação na assistência ao idoso, sendo isso resultado de um processo iniciado com base na consciência da necessidade de especialização para um maior aprofundamento nas áreas do conhecimento, que fez o pensamento humano caminhar para esta estratégia, culminando numa hiperespecialização, hoje amplamente criticada por suas consequências mutiladoras e simplificadoras da realidade e da concepção humana. Se por um lado esta fragmentação alcançou avanços científicos nas diferentes áreas do conhecimento, por outro, estes avanços, em seu uso ambivalente, trouxeram também expressões das barbáries da mão do homem que não privilegiam a condição e a ética humana e que demonstram insensibilidade ante a realidade (AZEVEDO; SOUZA; MARQUES, 2006).

O envelhecimento, muitas vezes, tem sido estudado de forma isolada (descontextualizada), tratando seus constituintes como se não fizessem parte de uma rede de interações e, conseqüentemente, não influenciando as iniciativas multidisciplinares. Este pensamento simplificador tem gerado ações preventivas e de tratamento relacionadas à incapacidade funcional, fato que pouco contribui para a valorização das relações interdisciplinares com outras áreas, como as pesquisas com foco qualitativo. O desenvolvimento de prevenção e tratamento, permeados por concepções de envelhecimento como fenômeno complexo, pressupõe a compreensão de que a complexidade é realimentada constantemente, formando uma teia tecida diariamente nas interações entre acontecimentos, sentimentos e ações (MORIN, 2000).

Tomando as considerações feitas até o momento, cabe ressaltar a importância da implementação dos NASFs (Núcleos de Apoios à Saúde da Família), considerando o seu potencial para o apoio das equipes de atenção primária em busca de resposta adequadas às reais necessidades de saúde, entre as quais o desafio da atenção à população idosa, buscando soluções criativas e fundamentadas na prática multiprofissional e interdisciplinar com respostas mais resolutivas (BRASIL, 2009).

O Ministério da Saúde criou o NASF através da Portaria GM nº 154, de 24 de janeiro de 2008, e cuja composição deve ser feita por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, definidos pelos gestores municipais, de acordo com a necessidade de cada realidade, atuando conjuntamente com os profissionais das equipes de Saúde da Família, e deve orientar-se pelas diretrizes da Atenção Primária em Saúde: ação interdisciplinar e intersetorial; educação permanente em saúde dos profissionais e da população; desenvolvimento da noção de território; integralidade, participação social, educação popular; promoção da saúde e humanização (BRASIL, 2009).

Paralelamente, a portaria ministerial que cria o NASF, a revisão da Política Nacional de Humanização- PNH, de 2008, traz uma importante inovação em relação ao processo de trabalho em equipes multiprofissionais na direção da implementação de práticas interdisciplinares visando não apenas humanizar o cuidado, mas também para que seja mais resolutivo. Dessa forma o Projeto Terapêutico Singular (PTS) pode ser classificado como uma ferramenta para as equipes de saúde sendo “um conjunto de propostas com condutas terapêuticas articuladas para um sujeito ou coletivo, produto da discussão coletiva de uma equipe interdisciplinar, com apoio matricial se for necessário”, principalmente para os casos mais complexos (BRASIL, 2008).

Há uma mudança na lógica nas antigas “discussões de casos clínicos” sendo, agora, realizada por diferentes olhares em que não somente o aspecto biomédico (exames, medicações, diagnóstico) é tratado, mas também outros aspectos que estejam envolvidos no caso, permitindo a valorização do olhar dos outros profissionais, o que acontece de maneira integrada, e quando houver necessidade, definem-se propostas de ação coletivamente respeitando a área de conhecimento de cada integrante (BRASIL, 2008).

Uma sistematização pode auxiliar na operacionalização do PTS, como por exemplo, a escolha dos casos que deve acontecer de acordo com prioridade de cada família e a geração de um espaço permanente para as reuniões estimulando o vínculo entre os membros. Não há regras fixas com relação ao tempo, mas em um único encontro é possível realizar uma discussão aprofundada de propostas. Essas recomendações básicas são importantes para a sequência ou momentos que apresentam-se na construção do PTS, como a avaliação física, psicológica e social que permitem identificar riscos e vulnerabilidades. Neste sentido são necessários: a) buscar o entendimento de como a pessoa se comporta com a sua doença, quais são os seus desejos, o seu trabalho, a cultura da família e sua rede social de apoio; b) criação de metas com propostas de ação a curto, médio e longo prazo negociadas com a pessoa através do integrante da equipe que tiver maior aproximação; c) distribuição de tarefas entre cada integrante da equipe e, d) avaliar novamente o andamento do processo fazendo ajustes necessários na busca pelo cuidado (BRASIL, 2008). Este novo arranjo não mais se constitui num espaço de divisão de tarefas, mas abre a oportunidade para uma ação mais dialógica entre médicos, psicólogos, fisioterapeutas, educadores físicos, nutricionistas, dentre outros profissionais da saúde, em que cada área pode expressar suas opiniões valorizando a expressão e o conhecimento de cada participante da equipe, constituindo-se numa oportunidade ímpar de exercitar a interdisciplinaridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta nova demanda de saúde e da relevância das DCNT como problema de saúde pública, mostra-se necessária a reestruturação do sistema nos níveis de saúde (RAMOS et al., 1993), assim como a adoção de um modelo eficaz de atenção à saúde do idoso que compreenda atividades organizadas em um fluxo hierarquizado e que possam ser realizadas de forma independente, mas que se relacionem entre si (LOURENÇO et al., 2005), garantindo a equidade no acesso aos cuidados de saúde, e ações de promoção à saúde e prevenção de doenças como bases para um envelhecimento saudável (HOSKINS et al., 2005).

Mudanças na formação dos profissionais de saúde para atuar no cuidado à população idosa são eminentes. Reformular os programas que contemplem as atuais demandas dessa população seja nos programas de residência médica como a residência em clínica médica, geriatria e medicina de família e comunidade, assim como os programas de residência multiprofissional em saúde que qualificam profissionais para trabalhar no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), definindo prioridades e necessidades de investimentos para a prestação de uma assistência de qualidade considerando as distintas realidades do país (MOTTA; AGUIAR, 2007).

Não há soluções simples para a complexa questão do envelhecimento. O modelo de atenção à saúde vigente não tem sido capaz de dar respostas adequadas às necessidades de saúde da população idosa, quer pelo preconceito, quer pela deficiência na formação e na qualificação dos profissionais de saúde. Embora várias questões necessitem serem melhores compreendidas em torno do envelhecimento, temos algumas certezas: primeiro de que temos muito pouco tempo para efetivar as mudanças, as quais são necessárias e já garantidas em legislações como a Política Nacional de Saúde do Idoso e do Estatuto do Idoso, segundo, que a mudança no processo de trabalho deve ser pautada por relações mais horizontais e dialógicas entre os profissionais de diferentes áreas, e, finalmente, que a atenção do idoso, dada a sua natureza, só poderá ter suas necessidades atendidas se realizadas por equipes multiprofissionais, em que a coesão dos diferentes conhecimentos permitam a pluralidade de intervenções e ações, seja de caráter de promoção de saúde ou preventivo as doenças, visando a prestação de uma assistência com mais resolução e humanizada em direção a qualidade de vida.

AGRADECIMENTOS

Aos alunos matriculados na disciplina "Promoção de Saúde e Envelhecimento saudável" do curso de pós-graduação em Saúde na Comunidade / USP – Ribeirão Preto, que contribuíram para as discussões abordadas neste manuscrito

REFERÊNCIAS

- AEROSA, S. V. C.; AEROSA, A. L. Envelhecimento e dependência: desafios a serem enfrentados. *Revistas Textos & Contextos*, Porto Alegre, v.7, n.1, p.138-150, jan./jun. 2008.
- AZEVEDO e SOUZA, V. B.; AZEVEDO e SOUZA, R.; MARQUES, C. P. Interdisciplinaridade/transdisciplinaridade: uma relação dialógica de autonomia/ dependência. In: HACKMANN, B.; STEIN, N. R. (Orgs.). *Reflexões sobre a formação de professores*. Taquara, RS: Faccat. 2006, p.26-35.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diário Oficial da União. Brasília, 20 out., 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na Escola / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde / Departamento de Atenção Básica. Série B. Textos básicos de Saúde. *Cadernos de Atenção Básica*, n. 27, Brasília 2009. p.160.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada equipe de referência e projeto terapêutico singular / Ministério da Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.
- BRASIL. POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO BÁSICA. Série Pactos pela Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRITO-SILVA, K.; BEZERRA, A. F. B.; TANAKA, O. Y. Direito a saúde e integralidade: uma discussão sobre os desafios e caminhos para a sua efetivação. *Interface: Comunicação, saúde e educação*, v.16, n.40, p.249-59, 2012.
- CARBONI, R. M.; REPPETTO, M. A. Uma reflexão sobre a assistência à saúde do idoso no Brasil. *Rev. Eletr. Enf. [Internet]*, v.9, n. 1, p.251-260, 2007. Disponível em: < <http://www.fen.ufg.br/revista/v9/n1/v9n1a20.htm>>. Acesso em: 11 set. 2013.
- CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 19, n. 3, p.725-733, 2003.
- Ministério da Saúde/ Estatuto do Idoso. Capítulo IV. Do Direito à Saúde. 1 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003, p.29-41.
- FRANZEN, E.; ALMEIDA, M. A.; ALITI, G.; BERCINI, R.; MENEGOM, D. B.; RABELO, E. R. Adultos e idosos com doenças crônicas: implicações para o cuidado de enfermagem. *Rev HCPA*, v. 27, n. 2, p.28-31, 2007.
- HABICHT, J. P.; VICTORIA, C. G.; VAUGHAN, J. P. Evaluation designs for adequacy, plausability of public health programme performace and impact. *International Journal of Epidemiology*, v. 28, p.10-18, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2010. Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/ Acesso em: 16 ago. 2012.
- LOURENÇO, R. A.; MARTINS, C. S. F.; SANCHEZ, M. A. S.; VERAS, R. P. Assistência ambulatorial geriátrica: hierarquização da demanda. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 39, n. 2, p.311-318, 2005.
- MCQUEEN, D. V. Continuing efforts in global chronic disease prevention. *Preventing Chronic Disease*, v. 4, n. 2, p.1-2, apr. 2007.

MENDES, E. V. O Cuidado das Condições Crônicas na Atenção Primária à Saúde: O Imperativo da Consolidação da Estratégia da Saúde da Família. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2012.

MENDES, L. C. B.; CAPRARA, A. Interdisciplinary bachelor's degree in health: analysis of a new higher education curriculum in Brazil. *Interface: Comunicação, saúde e educação*, v.16, n.42, p.719-31, 2012.

MORIN, E. O método IV: as ideias. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1998.

MOTTA, L. B.; AGUIAR, A. C. Novas competências profissionais em saúde e o envelhecimento populacional brasileiro: integralidade, interdisciplinaridade e intersectorialidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, n. 2, p.363-372, 2007.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Relatório Mundial sobre Cuidados Inovadores para Condições Crônicas. Brasília (DF), 2003.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Demografia e saúde: contribuição para análise de situação e tendências. Rede Inter-agencial de Informações para a Saúde, 2009.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. Planificación y organización de los servicios geriátricos. Informe de um Comitê de Expertos, Genebra (Série de Informes técnicos, 548), 1974.

PEREIRA, R. C. A.; RIVEIRA, F. J. U.; ARTMAN, E. O trabalho multiprofissional na estratégia saúde da família: estudo sobre modalidades de equipes. *Interface: Comunicação, saúde e educação*, v.17, n.45, p.327-40, 2013.

RAMOS, L. R.; ROSA, T. E. C.; OLIVEIRA, Z. M.; MEDINA, M. C. G.; SANTOS, F. R. G. Perfil do idoso em área metropolitana na região sudeste do Brasil: inquérito domiciliar. *Revista de Saúde Pública*. São Paulo, v. 27, n. 2, p.87-94, 1993.

ROSA, W. A. G., LABATE, R. C. Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência. *Rev Latino-Am Enfermagem*, v.13, n.6, p.1027-1034, 2005.

SCHNEIDER, K. M; O'DONNELL, B. E.; DEAN, D. Prevalence of multiple chronic conditions in the United States Medicare population. *Health and Qual of Life Outcomes*, v.7, n.1, p.1-11, 2009.

SILVA, I. Z. Q. J; TRAD, L. A. B. O trabalho em equipe no PSF: investigando a articulação técnica e a interação entre os profissionais. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, v. 9, n. 16, P.25-38, 2005.

THORPE, K. E.; HOWARD, D. H. The rise in spending among Medicare beneficiaries: the role of chronic disease prevalence and changes in treatment intensity. *Health Aff*, v. 25, n. 5, p.378-388, sep./oct. 2006.

VASCONCELOS, E. M. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis: Ed. Vozes, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Chronic diseases. Disponível em www.who.int: Acesso em: 23 ago.2012.

MATTOS, F. R.O de.

Aluna do curso de Pedagogia das Faculdades São José.

MELLO, L. M.

Mestre em Ciência da Motricidade Humana, docente da rede municipal de educação e das Faculdades São José.

RESUMO

A formação do povo brasileiro tem em sua característica a miscigenação, gerada no momento de sua colonização, pela composição de índios, os primeiros habitantes, pelos brancos, os colonizadores, e, os negros, escravos oriundos da África. Nesse sentido, verifica-se que a sociedade brasileira é miscigenada, portanto, segregar cotas para afrodescendentes, especialmente na educação superior brasileira, torna-se muito difícil, porque fica difícil definir, com exatidão, quem é negro ou pardo e quem não é.

Palavras-Chave: COTAS RACIAIS, NEGRO, CIDADÃO

ABSTRACT

The structure of people in Brazil has in its characteristics the miscellany, generated at the moment of its colonization by the combination of Indians, the first inhabitants, by the white people, the colonizers, and, the blacks, originated from Africa. This way, it is observed that the society in Brazil is a mix, thus to segregate quotas to people who are originated from Africa, especially at universities, becomes very hard to do, because it is difficult to define exactly, who the black people are.

Keywords: Aging, RACIAL QUOTAS, BLACKS, CITIZEN

INTRODUÇÃO

Muito embora se possa pensar que a escravidão do negro se iniciou no Brasil, na realidade ela se deu na própria África, pelos próprios africanos, em que ironicamente eram negros vendidos por negros.

Para Moura (2005), essa atitude covarde ultrapassava o limite de quem comprava esses negros, considerando que as negociações eram realizadas com pessoas da mesma raça. Esses "vendedores" de escravos eram pessoas de estimadas posições sociais na África, que por diversas razões obtinham, parcialmente, a guarda de alguns pobres e humildes, ou seja, os miseráveis, que se sujeitavam a esta condição, por dívidas contraídas, como servidão temporária, porque era uma maneira de pagar o que deviam, já que, posteriormente, estariam livres após pagamento pelo qual conseguiriam sua liberdade de volta para viverem normalmente.

De acordo com a coordenadora, do Núcleo de Estudos Brasileiros da Universidade de Brasília, "muitas vezes os escravos passavam a fazer parte da família do senhor ou retomavam a liberdade. Em outras situações este domínio acontecia devido a conquistas de territórios" (MOURA, op.cit., p.2).

A mesma autora, acima citada, esclarece que existem estudos comprovados, de como os africanos gostavam de hospedar outros povos, tanto que eles costumavam ter em casa, sempre, um quarto para abrigar os viajantes. Consequentemente, muitas vezes ofertavam abrigo ao inimigo. Isto porque, como não havia conhecimento de armas de fogo, no continente africano, esse desconhecimento foi um dos fatores facilitador da captura de milhões de africanos para o trabalho escravo.

Nessa época, o conhecimento da África advinha de um povo pobre e miserável, porém o que não se sabia é que, ao mesmo tempo, em que acontecia o comércio de pessoas, em que a escravidão avançava, também existiam povos de alto conhecimento tecnológico, que se destacavam em áreas técnicas como:

agricultura, mineração, ourivesaria e metalurgia, usavam sistemas matemáticos elaboradíssimos para não bagunçar a contabilidade do comércio de mercadorias; e tinham conhecimentos de astronomia e de medicina que serviam de base para ciência moderna (MOURA, 2005, p.1).

Nota-se que os negros, nos livros didáticos, são sempre destacados em assuntos relacionados à escravidão, por isso, que ao longo dos anos, o racismo e o preconceito aumentaram, por considerar a figura do negro, simplesmente, algo dispensável, cuja colaboração cultural não acrescentaria em nada à sociedade. Porém, esse pensamento antiquado e racista, perdeu forças, após, a Lei 10.639/2003, que tentou resgatar seus valores, esquecidos durante séculos, assim, a história e cultura dos negros passaram fazer parte do currículo obrigatório nas escolas. Moura (op.cit.) assinala que ao se lembrar da colonização no Brasil, trás de volta um passado que não é motivo de orgulho, para todo aquele brasileiro que tem real consciência das injustiças e covardias sofridas pelo povo africano em nossa colonização, tanto que esta etapa ficou registrada negativamente em nossa história.

Koshiba e Pereira (2000, p.34) esclarecem que, nessa época,

os castigos corporais são comuns, permitidos por leis e com a permissão da igreja. As Ordenações Filipinas sancionavam a morte e mutilação dos negros como também o açoite. Segundo um regimento de 1633 o castigo é realizado por etapas: depois de bem açoitado, o senhor mandará picar o escravo com navalha ou faca que corte bem e dar-lhe com sal, sumo de limão e urina e o meterá alguns dias na corrente, sendo fêmea, será açoitada à guisa de baioneta dentro de casa com o mesmo açoite.

Diante o relato do autor, observa-se que existia um regimento o qual determinava como os castigos seriam aplicados, e as diferenças entre homens e mulheres.

Sendo assim, pode-se afirmar que para os portugueses, o lucro com a escravidão do negro, ultrapassava o limite da desumanidade ou por assim dizer covardia. Isto porque, para eles seria mais lucrativo negociar de uma só vez vários negros que trabalhariam eternamente de graça, do que pagar salários para os portugueses que viessem para o Brasil e receberiam em liberdade, claro, pelos serviços prestados, seriam assalariados com contrato registrado, mesmo porque estes, como era de conhecimento da corte portuguesa, também visavam o enriquecimento no Brasil. Mas para esta corte o enriquecimento somente a ela pertencia (KOSHIBA, 2000).

Mais tarde, quando se deu a abolição da escravatura no Brasil, que sempre chegou ao nosso conhecimento como algo fantástico e humano, como se tivesse ocorrido de maneira bondosa, espetacular e espontânea, por parte dos governantes portugueses, entretanto, esta atitude não aconteceu simplesmente por livre vontade como se pode imaginar.

O que aconteceu, realmente é que em outros países da Europa já aconteciam movimentos abolicionistas que clamavam pelo fim da escravidão, que pressionavam as grandes potências, abolirem o tráfico de escravos, pelo Atlântico, em 1808, e, posteriormente, em 1834, nas colônias inglesas.

Nessa época, de acordo com Albuquerque, (2006) as notícias começaram a correr rápido e o Brasil começou a ficar mal perante toda a sociedade européia. Sendo assim, tais acontecimentos se espalharam e sua repercussão no Brasil foi de grande impacto junto àqueles que desejavam o fim da escravidão, principalmente, porque tinha acontecido uma revolução no Haiti que poderia repercutir no Brasil. Assim, esse fato de grande preocupação, levantou esperança dos escravos, porque sentiram que poderiam ser capazes de ficar livres daquela escravidão desumana e covarde.

Verificou-se que, com o tráfico suspenso em nível internacional, os portugueses verificaram que “com os altos índices de mortalidade da população escrava, e sem possibilidade de renová-la por meio do tráfico, a escravidão desapareceria em algumas décadas” (ALBUQUERQUE, 2006, p.174). Entretanto, houve resistência política, por parte daqueles que esperavam retardar o fim da escravidão.

Nessa época, os abolicionistas sofreram represálias contra a abolição, muitos tentavam, de qualquer forma, parar suas manifestações. Junto aos grupos de jangadeiros eles impediam e recusavam a transportar escravos, e, utilizavam suas jangadas como esconderijo de escravos fugidos. Assim, o caos se formou, após, décadas, antes da efetiva abolição da escravidão.

Após vários movimentos contrários, somente em 1888, que foi assinada em 13 de maio, pela princesa regente Isabel, a Lei Áurea, que determinava o fim da escravidão no Brasil.

Enfim, se deu a abolição da escravidão no Brasil, acontecimento este que motivou festa em diversos lugares do país, após cerca de 300 anos de escravidão. Isto porque, eles nasceram escravos, tinham visto provavelmente seus pais, também, morrerem nessa condição, então tinham mesmo que comemorar (ALBUQUERQUE, 2006).

Com esse acontecimento, ou seja, com o fim da escravidão, surge uma indagação: como e onde fica o negro? Já que, até aquela data, ele estava totalmente à margem da sociedade, sem acesso a qualquer tipo de orientação, no tocante às suas reais preocupações e necessidades.

Theodoro (2008) informa que não era de interesse dos órgãos governamentais, incluir os negros na sociedade, tanto que não houve a preocupação em orientá-los após sua liberdade. Eles foram descartados, sem piedade e, mais uma vez, desumanamente, abandonados, sem lugar para ficar. Eram livres sim, mais livres para ir aonde se somente conheceram aquele mundo cruel?

As ideias de inferioridade, junto aos negros em relação aos brancos, se propagavam cada vez mais, os trabalhadores europeus ganhavam elogios e os negros depois de tanto presenciar injustiças no período de escravidão e no pós- abolição eram tidos como indisciplinados e inferiores.

De todas as injustiças cruéis possíveis, os negros eram privados do acesso ao mercado de trabalho digno e bem remunerado. Para justificar essa questão, Theodoro (2008), aponta que

a participação dos negros no mercado de trabalho também havia sido objeto de legislação que visava regular e restringir o trabalho de africanos cativos nos centros urbanos, com impacto na configuração das desigualdades nas relações de trabalho no período pós-abolição, em especial no que diz respeito à substituição da mão-de-obra negra pela do imigrante. Em 1884, foi aprovada, no estado de São Paulo, lei que instituiu taxas sobre a posse de negros na condição de escravos ao ganho ou de aluguel em atividades nas áreas urbanas. Também visando encarecer o custo do trabalho escravo, a mesma lei determina a elevação dos impostos fixados três anos antes para importação de escravos de outras províncias. No mesmo de 1884, as Leis provinciais No. 25 e 26 direcionavam os impostos sobre importação de escravos para custear os gastos com imigração (p.37).

Em síntese, todo esse processo que acontecera com os negros, parecendo ser normal, nada mais era do que uma preparação política de opressão, do seu ingresso na sociedade, que, economicamente, se intensificava, ou seja, foi mais uma atitude covarde que se perpetuava desde o início da escravidão, sob a condição de uma falsa liberdade.

DESENVOLVIMENTO

Não se pretende aqui falar profundamente sobre legislação, mas sim, fazer uma comparação no que diz respeito aos direitos dos negros na situação de libertos, e, ao mesmo tempo, mostrar que o poder público procurou de diversas formas, sempre que possível, de forma sutil, colocar barreira ao acesso do negro, no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade, daquela época. Enquanto que, as leis deveriam garantir a inclusão, elas afastavam, cada vez mais, o negro das oportunidades.

Desde então, a situação do negro no Brasil, parece ser algo sem muita importância, pela problemática gerada pós-abolição, pela política de branqueamento, que deixou o negro à margem da sociedade, sem atenção, por parte dos governantes.

De acordo com Medeiros (2008), a constatação deste fato se dá com a primeira Constituição do Brasil, assinada em 1891, pós-abolição, em que o negro passa sem qualquer menção aos seus direitos, pois a intenção era de esquecer o passado negro no Brasil.

Tanto que meses antes de sua promulgação, Rui Barbosa mandara queimar os documentos oficiais pertinentes, incluindo dados sobre compra e venda, documentos alfandegários e outros tipos de registros, a fim de remover todos os vestígios do tráfico da escravidão (MEDEIROS, op.cit. p. 108).

Posteriormente, no Governo de Getúlio Vargas, é assinado o Decreto de nº 19.482/30, intitulada de Lei dos 2/3, que tinha a finalidade de inserir o trabalhador brasileiro nacional, mais precisamente o negro e o mestiço, em empresas internacionais. Contudo, a lei não destaca qualquer tipo de determinação direta relacionada à raça negra, ou seja, ficou subentendido nos parâmetros, para a contratação, o que em muitas vezes era considerado como estratégias, para que os negros sob essa condição não fossem inseridos no mercado de trabalho, por não preencher os requisitos básicos para preenchimento das vagas. Mais uma vez os negros são excluídos pela lei (ARAUJO e FONSECA, 2012).

Somente com a Constituição de 1988, um século após a abolição, pela primeira vez, inicia-se o tratamento em relação ao negro com a sociedade, porém de maneira bem superficial, ou seja, sem destacar exatamente de quais indivíduos refere-se cada citação dada, como se pode observar em alguns dos seus artigos:

Art. 3º. – Inciso III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; Inciso IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação;

Art. 5º. - Inciso III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante. Inciso VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;

Inciso VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Nela percebe-se que o poder público não se compromete diretamente com as questões relacionadas ao negro.

No decorrer de muitos anos, surge para debate mais profundo, a Lei de nº 9394, de 20 dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) que, bem diferente das leis pós-abolição, vigora até os dias de hoje, tem causado impacto e tem se intensificado, no que diz respeito aos direitos globais de todos os indivíduos, resgatando do fundo da memória do brasileiro a antiga lembrança daquele passado nada satisfatório, relacionado à escravidão, com a obrigatoriedade de divulgar a nossa cultura, da qual todo brasileiro faz parte, e, ao mesmo tempo, parece não querer lembrar.

Pode-se observar essa importância, em alguns dos artigos da LDB 9394/96:

Art. 26 - Parágrafo 4º. O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

Art. 26 A- Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei 11.645 de 2008).

Parágrafo 1º. O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileiro e negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei No. 11.645, de 2008).

Parágrafo 2º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e da literatura e história brasileiras (Redação dada pela Lei No. 11.645, de 2008).

A Lei ainda faz um reconhecimento ao direito à luta dos negros, quando decreta, em seu art. 79 b: "o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra" (Incluído pela Lei No. 10.639, de 09/01/2003).

A partir desta Lei, acredita-se que todo brasileiro, até aquele mais distante e alheio aos problemas percorridos pelos negros no Brasil, pelo menos neste dia, é obrigado, de uma forma ou de outra, a repensar na trajetória do povo brasileiro, neste caso incluindo a própria trajetória do negro.

A criação de leis, vez por outra, destaca a importância do negro e suas contribuições ao longo dos séculos, porém, somente agora aparece como forma de reconhecimento, trazendo para essa geração afrodescendente de hoje, apesar de um passado negro, ainda uma ponta de esperança de que nem tudo está perdido, que se pode confiar na justiça.

Para Domingues (2005), para que o negro se orgulhasse de sua raça, iniciaram muitos debates sobre a questão, gerada pelas "ações afirmativas". O termo "ação afirmativa", surgiu nos Estados Unidos, criado pelo presidente J.F. Kennedy, em 1963, que significa "um conjunto de políticas públicas e privadas com o objetivo de combater a discriminação de raças, gênero etc. (p.166).

De acordo com Macêdo (2012) assim foi criado o sistema de cotas como política de ações afirmativas, em diversos países, como: Índia, Malásia, Sri Lanka, Nigéria, Estados Unidos entre outros. Essas ações tinham caráter temporário, visando corrigir passados historicamente identificados, como de injustiças sofridos por determinado grupo da sociedade.

Contudo, é importante destacar que não será possível se combater ou diminuir séculos de injustiças em dias, semanas, meses ou anos. É preciso um trabalho árduo e persistente onde se transmita, à nova geração, o valor e a importância de respeitar o outro em sua diversidade, independente de classe social ou cor da pele.

Macêdo (2009, p.3), sinaliza que "o povo brasileiro é formado pelo resultado de uma miscigenação de várias etnias, logo identificar se o indivíduo é branco, negro, mameluco, caboclo, amarelo, dentre tantas outras cores presentes no sangue dos brasileiros não é tarefa fácil".

Diante da realidade brasileira, vale a pena lembrar que este sistema norte-americano, foi criado com a finalidade de instalar ações afirmativas, visando a inclusão do negro, em que fossem criadas leis que diminuíssem a discriminação entre brancos e negros, já que os negros, até eram impedidos de frequentar as mesmas escolas dos brancos americanos (MACÊDO, op.cit.).

É preciso que se avaliem as consequências, de algo adotado que não reflete a nossa realidade e nem sequer objetiva o mesmo fim, isto porque a perspectiva em torno das cotas raciais, adotadas aqui no Brasil cresce, porém “sua aplicação vem gerando polêmicas, diante do que é certo ou errado, considerando que ao se tentar separar negros e brancos, ocasionados pelas cotas, pode-se ainda com a melhor das intenções estar aumentando o racismo” (DOMINGUES, 2005, p.173, 174)

Nota-se que, esse tipo de medida compensatória, se faz necessário considerando-se que, mesmo depois de decorridos séculos, tem-se convivido com a discriminação racial ainda muito presente em nossa sociedade.

Domingues (op.cit.) informa que um fator de grande importância para debater sobre o racismo e todas as formas de preconceito, aconteceu em 2001, através da “III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, África do Sul, que dentre outras medidas, recomendava que os Estados desenvolvessem ações afirmativas ou medidas positivas para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial” (DOMINGUES, 2005, p.167).

Esse evento serviu para alavancar no governo brasileiro o reconhecimento de que o racismo existe e não fingir que o Brasil é um paraíso de democracia racial. Assim, o movimento negro pressionou, com diversas ideias que servissem para reparar os danos aos afro-descendentes, e, dentre elas, surgiu a criação de cotas nas universidades, para inclusão da população negra (ORGANIZAÇÃO TAKANO, 2003).

Diante dessa pressão, o governo tem se empenhado no tocante à diminuição das diferenças que separam “brancos” e “negros”, a fim de amenizar o peso da dívida histórica, “tão sonhada onde a discriminação racial seja algo realmente do passado” (MAIO, 2005, p.188).

Sendo assim, o reconhecimento do racismo brasileiro, será de grande validade no que diz respeito à efetiva validação dessas políticas para reparação da dívida histórica, durante séculos adormecida.

Não bastam somente leis e palavras bonitas, o importante são as atitudes postas em prática, com parcerias de profissionais principalmente ligados à educação, pois espera-se que as ações afirmativas sirvam para cumprir essa determinação, porque “se o programa de cotas contribuir para que o conflito nas relações raciais fique declarado, pode ser o primeiro passo para uma superação definitiva” (DOMINGUES, 2005, p. 172).

Verifica-se que há um confronto, porque as oportunidades são disputadas de forma igualitárias, com argumento de que o negro pode, mas ele não consegue chegar à universidade.

Com isso, baseado em diversos debates, gerado pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizados em 2001, em que o tema era: Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância houve repercussão principalmente no que diz respeito ao racismo e à discriminação racial. Sendo assim, a mobilização em torno das ações afirmativas, políticas públicas vieram sendo criadas através da Lei nº. 3.524/2000, que já existia, mas depois foi inovada pela Lei de nº 3.708/2001, no Rio de Janeiro, que destina 40% das vagas ao estudante de graduação, sendo beneficiados pela lei os autodeclarados negros ou pardos. (MACÊDO, 2009).

Apesar disso, não se pode simplesmente com uma lei, passar uma borracha em séculos de injustiça e discriminação, porque ainda impera na cabeça das pessoas, que o negro é beneficiado por essas cotas, e que na universidade continuará sendo discriminado, apontado como o “coitadinho”, pondo em dúvida sua capacidade.

Acredita-se que, “essas políticas públicas emergenciais, dependerão de uma espécie de mutirão nacional para que se possa em concomitância com outras que vierem a ser criadas, de fato começar a reparar a tão falada dívida histórica” (DOMINGUES, 2005, p.169,170).

Acredita-se que a Lei quando assinada, deveria determinar os critérios e normas a serem utilizados, diante de uma questão tão complexa, porque os mais variados critérios podem, sem que se perceba, criar situações de contrangimento, por não se saberem de fato qual seria o procedimento correto para o destino das cotas raciais.

Na UERJ, o critério utilizado foi o de autodeclaração, por parte dos candidatos. Já no caso de UnB (Universidade de Brasília), primeira instituição federal adotar o sistema de cotas, utilizou o de “fotografias coloridas de 5 por 7 polegadas dos candidatos para fim de identificação dos “negros” (MAIO, 2005, p.191).

Nesse caso, “a situação gerada pelas fotos tiradas no ato da inscrição do candidato, foi criticada por antropólogos, que puseram em questionamento a possível volta ao passado, quando era imprescindível se diferenciar pretos e brancos” (MAIO, op.cit, p.184).

Mesmo assim, no que diz respeito às cotas raciais, essa atitude se justifica:

Isso porque para fins das cotas, há a necessidade de se identificar e beneficiar aqueles com maiores chances de serem discriminados. Ou seja, os que, aos olhos dos discriminadores, apresentem características “mais africanas”, no caso do racismo contra negros (MAIO, op.cit. 196).

Verifica-se que o tratamento para o racismo pode ter efeitos colaterais por se tratar do olhar, talvez não tão perspicaz, no que diz respeito a avaliação de pessoas pela sua cor. O que pode se ter, como exemplo, o caso dos gêmeos univitelinos, ou seja, gerados pelo mesmo óvulo, em que um foi considerado negro e o outro não. Segundo Jornal O GLOBO, de 17 de agosto de 2010, p.6, “além de inconstitucional, ao criar no Brasil cidadãos de segunda classe perante a lei, a cota racial agride as raízes da formação miscigenada da sociedade brasileira”.

Obviamente que os critérios utilizados nesta seleção não atingem de fato o teor de sua criação aqui no Brasil. Cada país reconhece suas reais necessidades, por isso que, apesar de se ter a intenção de ajudar, neste caso, no nosso país, sabedores dos fatores que contribuem para a discriminação social, deveria alicerçar nossas crianças, base concreta do futuro, ainda na educação infantil, etapa de formação do ser humano, levar o conhecimento a todas as áreas carentes de informação, continuando no ensino fundamental e médio (SANTOS, 2003).

Segundo Soares (In, Guimarães, 2006. p.61): “falar de cotas na Universidade é começar pelo lugar errado. A cota por si só não serve. Pode ser que dentro de um programa maior de equidade racial dê certo. Cotas só na Universidade é melhor nem fazer”.

O autor, acima citado, aponta que Soares (op.cit) é a favor de que se criem medidas e sejam colocadas em prática, ao longo de todo processo educacional, e, concomitantemente, se construam escolas o suficiente para que de fato haja reparação na educação básica, permitindo de fato que não só o negro mas também os pobres e oprimidos cheguem com dignidade ao ensino superior.

Concordando com Soares (op.cit), tem-se conhecimento de que, muitos grupos de negros não estão de acordo com esse tipo de reparação, isto porque, essa questão, somente no ensino superior, além reforçar o racismo põe em dúvida o mérito e a capacidade do aluno para desempenhar funções que lhes serão atribuídas, levando em conta a forma de acesso e os meios pelos quais este aluno se preparou para o ingresso na universidade.

Constata-se ainda que com essa atitude, incluindo atitudes paliativas, os órgãos governamentais estão indiretamente, admitindo a falha do ensino público. Ao invés de tratar o mal pela raiz, somente se adiam soluções que exigem atitudes mais profundas (NEVES, 2007)

Percebe-se que o ensino público necessita de melhorias, não somente para o negro, mas, também, para o pobre e o carente, que os mesmos sejam inseridos na sociedade, sem se sentirem oprimidos por sua situação desfavorável. Observa-se que, ao pensar em ação afirmativa, mais precisamente nas cotas raciais das universidades, diversos caminhos são possíveis, pelos mais fáceis ou pelos mais difíceis, como também pelos argumentos favoráveis e contrários, situação esta, que fez adiar, por cerca de doze anos, ou seja, só em 2012, é que os mais renomados ministros e juizes do Superior Tribunal Federal (STF), depois de debateram, durante horas, decidiram pela constitucionalidade da leis das cotas raciais (BRÍGIDO, JORNAL O GLOBO, 27/04/2012).

Observa-se que, ao pensar em ação afirmativa, mais precisamente nas cotas raciais das universidades, diversos caminhos são possíveis, pelos mais fáceis ou pelos mais difíceis, como também pelos argumentos favoráveis e contrários, situação esta, que fez adiar, por cerca de doze anos, ou seja, só em 2012, é que os mais renomados ministros e juizes do Superior Tribunal Federal (STF), depois de debateram, durante horas, decidiram pela constitucionalidade da leis das cotas raciais (BRÍGIDO, JORNAL O GLOBO, 27/04/2012).

Sendo assim, aprovada pelo STF, a constitucionalidade das cotas raciais, pelos dez ministros que votaram a favor das cotas, em unanimidade, percebe-se que seus relatos são de que somente as cotas não serão suficiente, para corrigir o passado histórico de discriminação, são necessários que se criem programas paralelos, que dêem suporte à educação básica, não apenas para os negros, mas também para os pobres e carentes “brancos”.

Acredita-se que a decisão do STF, sobre a constitucionalidade das cotas, será uma forma de embasar àquelas universidades, que ainda por conta de possível dúvida da lei, não aderiram ao sistema de cotas, com isso podem ofertar mais vagas em suas instituições.

É claro que como início, o sistema de cotas ainda dará uma alavancada em futuros projetos que advenham dos grupos beneficiários, impulsionando novos grupos, na medida em que os atuais beneficiários apresentem sua qualificação como apoio, em favor dessa própria população, não só de negros, mas também de pobres e carentes, para que tenham um resultado, mesmo que a médio e longo prazo, um círculo que se reverta como forma de recompensa, até porque, nas palavras de Neves (2007), se justifica que “ o benefício que for conferido a um indivíduo deve traduzir-se em melhoria da coletividade” (p.35).

O Brasil começou tarde, porém as boas intenções só serão percebidas mais adiante. Alguns resultados positivos já surtem efeito, segundo divulgação da UERJ, o desempenho dos alunos cotistas tem se elevado de forma considerável.

Domingues (2005) informa que em 2003 já se comprovava que os alunos cotistas se evadiam menos da universidade e de que suas notas eram superiores perante àqueles alunos que ingressaram pelo sistema regular. O mesmo ocorreu em 2010, em que as avaliações feitas pelo reitor da UERJ, reforçam o desempenho superior dos alunos cotistas em relação aos não cotistas (JORNAL O GLOBO, Opinião, 01/06/2010).

Em suma, verifica-se que os sistemas de cotas é válido, pois dá oportunidade aos “negros” de competirem, diante o mercado de trabalho, em pé de igualdade com os “brancos”, porém não se pode afirmar que a exclusão vai além da cor, está no meio social, em que os pobres sempre se encontram em desigualdade frente a classe dominante.

CONCLUSÃO

O sistema de cotas raciais, no Brasil, também chamado de ação afirmativa, foi criado para tentar reparar injustiças sofridas, por um determinado grupo social, nesse caso, o grupo em questão é a raça negra. Contudo, este sistema, que o Brasil acata, por si só não vale o combate à discriminação.

Para Freyre (2001), para que se combata a discriminação, no caso do Brasil, “que tem em sua raiz a formação mestiça” (p. 343), vale, efetivamente, lembrar que é necessário iniciar o tratamento para esta doença, chamada racismo, desde a educação infantil, enfim, em toda educação básica. Essa argumentação é porque fica visível que um tratamento profundo, para que a raiz do racismo deixe de crescer e continuar sadia, deve-se tratar, primeiramente, o solo, “por uma educação de qualidade, em que as crianças estão matriculadas, por ser a raiz que irá crescer e se tornar um grande fruto, sem preconceito” (CORTÊZ, 2005, p.3).

Nesse sentido, cabe ao papel do Pedagogo trabalhar pelo respeito a cada cultura que compõe o povo brasileiro, isto porque é papel da escola estreitar a relação de pais, alunos e professores, portanto, cabe ao pedagogo ser intermediário nesse processo.

Nota-se que, ao longo dos anos, a escola, na figura dos mestres e alunos, se modificou, porque hoje a família fica em segundo plano, deixando toda responsabilidade pela educação dos filhos a cargo da escola, com a finalidade de que a escola transmita aos seus filhos uma profissão, preparação para o futuro, em que o afeto familiar fica prejudicado.

Família, escola, mestres e alunos são um conjunto que devem caminhar em harmonia. Entretanto, com a expansão da escola, a relação pais e filhos passou se estreitar, tendo em vista que, "o retorno diário para a família, o que não acontecia anteriormente, permitiu que o afeto e o abraço diários passassem a ser mais comuns" (CURY, 2003, p.138, 139).

A relação da família é de grande importância e se reflete no comportamento das crianças, dentro e fora da escola, mais do que isso, os valores familiares são reflexos e contribuem para formação do caráter de cada ser que cresce. A escola pode e deve perpetuar as boas atitudes, em seus alunos em colaboração com a família. É preciso que numa sociedade tão competitiva, sobretudo, racista, o pedagogo, sabendo desta realidade, possa ter o discernimento para interferir nos assuntos que rondam as crianças o tempo todo, isto porque "o preconceito não está presente somente em relação à raça negra. Ele está presente em diversos grupos como de deficientes, homossexuais, mulheres etc." (DOMINGUES, 2005, p.167).

Uma das funções do pedagogo, como ser ativo do processo escolar, é o de humanizar o ser humano, principalmente acender o estímulo familiar, não deixando de lado o professor. Sendo assim, nesse projeto, o alvo principal é a criança, a plantinha a ser tratada.

Observa-se que a criança, como ser ingênuo e sensível, não vê no outro diferenças. É a partir da convivência com o adulto, que a observação das diferenças se acentua, e, conseqüentemente, a prática inicial do preconceito e do racismo se iniciam (CAVALLEIRO, 2007).

Ao dividirem o mesmo espaço, é preciso que o professor, também agente humanizador, aumente a relação de seus alunos em sala de aula, tornando o ambiente mais agradável, estimulando as crianças pelas atividades oferecidas, que elas participem troquem experiências umas com as outras, a fim de perceberem que todos precisam uns dos outros para execução das tarefas.

Com relação a esta atitude, Cury (2003, p.16.), aponta que "cada hábito praticado pelos educadores poderá contribuir para desenvolver características fundamentais na personalidade dos jovens".

Verifica-se que as políticas de ação afirmativa são fundamentais, porém não podem ter prazo de validade, ou seja, agir enquanto o assunto está no auge das discussões e depois, simplesmente, serem esquecidas. Não pode ser apenas um remédio, que se pretende aplicar para o tratamento das plantinhas, na intenção de que as crianças cresçam saudáveis e deem bons frutos, mas, sim, de fato, tratar a doença, enraizada de racismo e discriminação que ainda se encontram presentes em nossa sociedade.

Diante deste tema, tem-se criado diversos argumentos, tanto favoráveis como contrários, por ser, ainda, um assunto novo e que requer tempo para que possa ser digerido pela sociedade. Contudo, neste processo de grande procura e pesquisas por diversas bibliografias a respeito deste tema sobre cotas raciais, percebeu-se que embora o tema cotas seja recente, o tema racismo não. Foi descrito em diversos livros, em que autores renomados como Florestan Fernandes e José Correia Leite já destacavam o racismo como algo que deveria ser combatido. Porém, por se tratar de uma minoria no país, daquela época, suas vozes não se faziam ouvir.

Barreiras têm sido derrubadas, considerando-se que apontar políticas públicas para combate e reconhecimento da existência do racismo não é tarefa fácil. Muitas vezes teoria e prática se confrontam, seja para afirmar como para negar suas hipóteses.

Em suma, pode-se verificar que o tema cotas raciais vem tirando o sossego de muita gente, que em virtude disso, o racismo e toda forma de discriminação existente, perde força, significativamente, neste século. Isso ocorre em virtude de que os negros, através da autoestima resgatada, tornam-se mais críticos e procuram ocupar, gradativamente, o seu lugar, exigindo seus direitos, deixando de lado a ideia de dominação imposta pela antiga sociedade, da mesma maneira que os brancos têm procurado, diante de tanta pressão, reconhecer que antigas injustiças ocorridas, já não fazem parte da contemporaneidade, estão ultrapassadas.

Nota-se que o meio acadêmico está fervendo em torno desse tema, principalmente, porque foram tomadas decisões, pelo Superior Tribunal Federal, em torno das cotas raciais, tendo sido aprovada a constitucionalidade da lei. Assim, nota-se que, o meio para o acesso, no que diz respeito às decisões, foram tomadas, só cabe agora que as ações sejam de fato executadas, para garantia de melhora social em relação à raça negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de; FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador (BA): Centro de Estudos Afro Orientais, Brasília (DF):Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRÍGIDO, Carolina. STF aprova cotas por unanimidade. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 27 de abr 2012.

CAMARGO, Margarida Maria L.; CUNHA, Henrique Rangel. As cotas nos EUA. *Jornal O Globo*. Rio de Janeiro, 25 de ago 2010.

CAVALLERO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar - racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2007.

CORTÊZ, Clélia. A história da África em sala. *Revista Nova Escola*. Rio de Janeiro: Abril, 2005

CURY, Augusto. Pais brilhantes, professores fascinantes – A educação inteligente: formando jovens pensadores e felizes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FREYRE, Gilberto. Casa grande e senzala: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. São Paulo: Record, 2001.

GUIMARAES, Solange. Cotas, ter ou não ter? Eis a questão! *Revista Raça Brasil*. Rio de Janeiro: Símbolo, 2006.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Na lei e na raça. Legislação e relações raciais, Brasil-Estados Unidos. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

MOURA, G. África de todos nós. Brasília: UnB, 2005.

ORGANIZAÇÃO ASHOKA. Empreendimentos Sociais e Takano Cidadania. Racismos Contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs.) Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

THEODORO, Mário. In: Theodoro, Mário (Org). As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008.

UFRJ rejeita as insensatas cotas raciais. *JORNAL O GLOBO*, Opinião. Rio de Janeiro: 17 de ago 2010.

REFERÊNCIAS WEBGRAFIA

ARAUJO, Ariella Silva; FONSECA, Dagoberto José. A Incorporação dos negros no mercado de trabalho: um estudo de 1930 a 1945. Disponível em: [http:// www.br.fapeso.br/pt/...incorporação-negro-mercado-estudo-1930](http://www.br.fapeso.br/pt/...incorporação-negro-mercado-estudo-1930). Acesso em: 08 de mai 2012.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/contitui%c3%A7aohm. Acesso em 07 de mar 2012.

BRASIL. Lei No. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 23 dez 1996. Disponível em: [http:// www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394). Acesso em 07 de mar 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Ações Afirmativas para o negro no Brasil: o início de uma reparação histórica. Revista Brasileira de Educação. Disponível em: <http://www.scielo.com.br>. Acesso em 20 de abr 2012.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi F. O trabalho escravo na História do Brasil. Disponível em: [http:// www.hisorianet.com.br/conteudo/default.aspx.?codigo=4](http://www.hisorianet.com.br/conteudo/default.aspx.?codigo=4). Acesso em: 12 de mar 2012.

MACÊDO, Márcia Andréa Durão de. Cotas raciais nas universidades brasileiras. Legislação da discriminação. Disponível em: [http:// www.jus.com.br/revista/texto/13491/cotas-raciais-nas-universidades-brasileiras](http://www.jus.com.br/revista/texto/13491/cotas-raciais-nas-universidades-brasileiras) Acesso em: 20 de mar 2012.

MAIO, Marcos Chor; e SANTOS, Ricardo Ventura. Políticas de Cotas, os “olhos da sociedade e os usos da antropologia: O caso do vestibular da universidade de Brasília (UNB). Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em 20 de abr 2012.

NEVES, Paulo S.C; MARCUS, Eugênio O. Lima. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulando e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. Disponível em: www.scielo.com.br. Acesso em 20 de abr 2012.

Uerj divulga estudo com resultado positivo sobre o sistema de cotas. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2010/06/uerj-divulga-estudo-com-resultado-positivo-sobre-o-sistema-de-cotas.html>. Acesso em: 18 de abr 2012.

ASPECTOS IMAGENOLÓGICOS DE UM AMELOBLASTOMA MULTICÍSTICO LOCALIZADO NA REGIÃO ANTERIOR DE MANDÍBULA - RELATO DE CASO

IMAGING ASPECTS OF A MULTICYSTIC AMELOBLASTOMA LOCATED IN THE ANTERIOR
MANDIBLE - A CASE REPORT

Anna Paula Nigri

Aluna de pós-graduação em Ortodontia/ UFRJ

Mônica Simões Israel

Mestre e Doutora em Patologia/UFF, Professora Adjunta de Estomatologia/UERJ, Coordenadora do Curso de atualização clínica e cirúrgica em Estomatologia/UERJ e do curso de Especialização em Estomatologia/São Leopoldo Mandic, Professora de Patologia Geral e Patologia Bucal das Faculdades São José, Rio de Janeiro, Brasil.

Raul Guilherme Megre

Especialista em Radiologia Odontológica/UERJ

Carlos Guilherme Ewald Malini

Professor Assistente de Radiologia/UERJ, Professor de Radiologia das Faculdades São José, Rio de Janeiro, Brasil.

Alexandre Perez Marques

Professor Adjunto de Radiologia da Faculdade de Odontologia/UERJ, Professor de Radiologia das Faculdades São José, Rio de Janeiro, Brasil.

Endereço para correspondência:

Nome: Mônica Israel

Rua: Av. Boulevard 28 de Setembro, 157, Vila Isabel - Rio de Janeiro – RJ.

CEP: 20551-030, telefone (21) 2868-8284,

E-mail: monicasisrael@yahoo.com.br

RESUMO

O ameloblastoma consiste em um tumor de origem odontogênica que tem como localização preferencial a região posterior de mandíbula e que acomete indivíduos de várias idades, sendo predominante nas 4ª e 5ª décadas de vida. Ele denota atenção devido à sua frequência, capacidade de infiltração e índice de recidiva. O objetivo deste artigo é relatar um caso de ameloblastoma multicístico, assintomático, em região anterior de mandíbula em um paciente leucoderma de 52 anos, diagnosticado após exames imagenológicos de rotina, dando ênfase à importância destes exames no diagnóstico do tumor e fazendo uma breve revisão de literatura.

Palavras-Chave: ameloblastoma, tumores odontogênicos, radiologia.

ABSTRACT

Ameloblastoma is a benign odontogenic tumor which is frequently located in the posterior region of the mandible and affects individuals of various ages being predominant in the 4th and 5th decades of life. It draws attention because of its frequency, infiltration capacity and rate of recurrence. The aim of this study is to report a case of multicystic ameloblastoma located in the anterior mandible of a white patient of 52 years-old diagnosed after routine imaging exams, emphasizing the importance of these tests in the diagnosis of the tumor and a brief review of the literature.

Keywords: ameloblastoma, odontogenic tumors, radiology.

INTRODUÇÃO

O ameloblastoma foi reconhecido como entidade patológica há mais de um século e meio e, segundo a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS) publicada em 2005, é um tumor de origem epitelial odontogênica. (8,9) Em sua maioria apresentam curso benigno, de crescimento lento, e tem como localização preferencial a mandíbula (80% dos casos), em especial a região de molares, sendo incomuns na maxila. (6) Características clínico-radiográficas separam os ameloblastomas em quatro diferentes tipos: o ameloblastoma sólido convencional ou multicístico, o unicístico, o periférico e o desmoplásico. (4) Este artigo relata um caso de ameloblastoma multicístico em região anterior de mandíbula, dando ênfase à importância dos exames imagenológicos no diagnóstico desse.

RELATO DE CASO

Paciente leucoderma, sexo masculino, 52 anos, compareceu à seção de odontologia do Centro de Medicina Aeroespacial (CEMAL) a fim de realizar sua inspeção de saúde periódica (anual). Após confecção de radiografia panorâmica de rotina (Fig. 1) e complementação com oclusal (Fig. 2) e periapicais (Fig. 3A, 3B, 3C), foi observada uma imagem radiolúcida, multiloculada, de limites bem definidos, medindo cerca de 3 cm de altura por 5,5 cm de largura, localizada em região anterior de mandíbula, estendendo-se por entre os ápices dos incisivos e caninos inferiores e pré-molares inferiores direito. Observava-se ligeira reabsorção radicular de alguns desses dentes. Durante anamnese não houve relato de sintomatologia, exceto mobilidade dos dentes anteriores inferiores. O paciente ressaltou, ainda, ter iniciado tratamento endodôntico do elemento 43 devido à mobilidade e imagem radiolúcida observada em radiografia periapical confeccionada em consultório particular. Como hipótese diagnóstica foi sugerido o granuloma central de células gigantes, o tumor odontogênico ceratocístico e o ameloblastoma. Foi solicitado, então, biópsia para confirmação. O exame histopatológico ratificou a suspeita de ameloblastoma, sendo este do tipo plexiforme. Ele foi orientado a procurar um serviço de cirurgia bucomaxilofacial para tratamento da lesão. O paciente retornou à seção de odontologia do CEMAL após ter sido submetido ao tratamento, tendo sido preconizado o tratamento endodôntico dos elementos anteriores inferiores e dos elementos 44 e 45 anteriormente ao tratamento proposto, o qual consistiu em exérese da lesão. A biópsia da peça confirmou o resultado do primeiro histopatológico: ameloblastoma multicístico (sólido) folicular (Fig.4). O paciente encontra-se atualmente sob controle clínico e radiográfico (Fig.5).

DISCUSSÃO

O ameloblastoma sólido convencional ou multicístico é um tumor odontogênico epitelial, ou seja, é originário do epitélio de formação dentária. Este tumor, geralmente assintomático, é descoberto em exames de rotina, e ao exame clínico é comum a presença de expansão da cortical óssea assim como a ocorrência de reabsorção das raízes dos dentes adjacentes a ele.(6) Pacientes com ameloblastoma geralmente têm como queixa principal o aumento de volume e assimetria facial.(3) Esta lesão acomete indivíduos com diversas faixas etárias, sendo predominante nas 4ª e 5ª décadas de vida.(9)

Radiograficamente, o ameloblastoma se apresenta como uma lesão osteolítica, mais comumente como uma lesão radiolúcida multilocular com margens bem definidas que podem, porém, ter festonamento irregular. Contudo, o ameloblastoma sólido pode também se apresentar como uma lesão radiolúcida unilocular, que pode se assemelhar com qualquer lesão cística. (6,9) Ameloblastomas multiloculares verdadeiros não são frequentemente encontrados, uma vez que quando visualizados pela tomografia computadorizada lesões que parecem ser multiloculares em filmes planos geralmente mostram reabsorção irregular da cortical óssea ao invés de compartimentos separados por septos ósseos verdadeiros. As lesões radiográficas deste tumor, em 15% a 40% de todos os casos, estão associadas com dentes impactados, em especial o terceiro molar.(3)

Analisando os aspectos radiográficos são diversos os diagnósticos diferenciais que devem ser levados em consideração incluindo, o granuloma central de células gigantes, que tem como local de predileção a região anterior de mandíbula, frequentemente cruzando a linha média e se apresenta radiograficamente como uma lesão radiolúcida uni ou multilocular (6), o tumor odontogênico ceratocístico, o qual se apresenta como uma lesão radiolúcida uni ou multilocular, esférica ou ovoide, com margens bem definidas (2), o mixoma odontogênico, que se manifesta como uma lesão radiolúcida, uni ou multilocular, estando associado ou não a dentes inclusos, geralmente com limites bem definidos, porém, assim como a lesão anterior, tem como local de predileção a região de molares inferiores (7,8) e até mesmo uma lesão cística inflamatória. As características imagenológicas e clínicas são de extrema importância para o diagnóstico diferencial do tumor, entretanto, não devem ser interpretadas isoladamente, pois não proveem sinais patognomônicos dessas lesões, e devem, portanto ser analisadas juntamente com as características histopatológicas.

Os ameloblastomas têm diversos padrões histopatológicos que normalmente não têm relação com o comportamento clínico do tumor e com o prognóstico deste. Os padrões mais comuns são o folicular e o plexiforme. Diversos estudos mostram a presença de mais de um padrão histopatológico na mesma lesão. O ameloblastoma do caso relatado é do tipo plexiforme, o qual consiste em cordões anastomosantes ou lençóis de epitélio odontogênico circundados por células colunares ou cúbicas, semelhantes à ameloblastos.(6)

A localização preferencial do tumor é a região posterior de mandíbula, sendo incomum na maxila. Em casos na maxila, podem ocorrer dor peri-auricular, obstrução nasal e empiema de seio maxilar. A proximidade com estruturas como a base do crânio, o cérebro e a órbita dificulta a completa remoção do tumor, que por ter características infiltrativas deve ser feita com margem de segurança, o que aumenta a possibilidade de recidiva.(1,11) Os ameloblastomas de mandíbula ocorrem 12 anos mais cedo que os de maxila. Embora o tumor não tenha predileção por raça ou por gênero e o local mais comum seja a região de molares, em melanodermas a região anterior dos maxilares é frequentemente mais acometida.(10)

O tratamento do ameloblastoma deve ser decidido de acordo com a situação individual de cada paciente e com o bom senso do cirurgião.(8) Este é um tumor benigno de crescimento lento que pode, porém, apresentar comportamento local agressivo. Antes mesmo de a reabsorção óssea aparecer radiograficamente o ameloblastoma sólido se infiltra nas trabéculas do osso esponjoso na periferia da lesão, assim sendo, o tratamento pode variar de uma enucleação seguida de curetagem, à ressecção em bloco. O acompanhamento pós-operatório é importante no tratamento do ameloblastoma. (5,10)

CONCLUSÃO

Os ameloblastomas chamam a atenção devido à sua frequência, capacidade de infiltração e índice de recidiva. O artigo relata um caso relativamente incomum de ameloblastoma devido à sua localização menos frequente na região anterior de mandíbula. Ressalta-se a importância de exames imagiológicos de rotina, em especial a radiografia panorâmica, tanto na descoberta de lesões, como o ameloblastoma, como também no diagnóstico destas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HENRIQUES ACG et al, Considerações sobre a Classificação e o Comportamento Biológico dos Tumores Odontogênicos Epiteliais: Revisão de Literatura. Revista Brasileira de Cancerologia 2009; 55(2): 175-184

ISRAEL MS, BRAGA CL, DIAS EP. Ceratocisto Odontogênico:Revisão Da Literatura E Relato De Caso; Revista Brasileira de Patologia Oral 2004; 3(2): 53-56

KESSLER HP, Intraosseous ameloblastoma. Oral Maxillofacial Surg Clin N Am, 2004; 16:309–322

KITTIPONG DHANUTHAI et al. Ameloblastoma: a multicentric study. Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol Endod. 2012; 113(6): 782-8.

LEITE SEGUNDO AV, FARIA DLB, BARBOSA, CAG. Ameloblastoma de sínfise mandibular: Relato de Caso Clínico Odontologia. Clín.-Científ. Recife. 2003; 2 (2): 135-140.

NEVILLE WN, DAMM DD, ALLEN CM, BOUQUOT JR. Patologia Oral & Maxilofacial. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 703-711.

NOLETO JW, ISRAEL MS, MOURÃO CFAB, LEÃO E, BRAGA CL, YANG S. Mixoma Odontogênico:Tratado Por Ressecção Segmentar; ABOMI; 2009; 2: 63-68.

PHILIPSEN HP, REICHART P, SLOOTWEG PJ, SLATER LJ. ODONTOGENIC TUMOURS. IN: BARNES L, EVESON JW, REICHART P, SIDRANSKY D. World Health Organization classification of tumors, pathology and genetics of head and neck tumors. Lyon: International Agency for Research on Cancer; 2005; 283-328.

REGEZI JA, SCIUBBA JJ, JORDAN RCK. Patologia Oral - Correlações Clínicopatológicas. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 261-268.

REICHART PA, PHILIPSEN HP, SONNER S. Ameloblastoma: Biological profile of 3677 cases. Eur J Cancer B Oral Oncol.1995;31: 86-99.

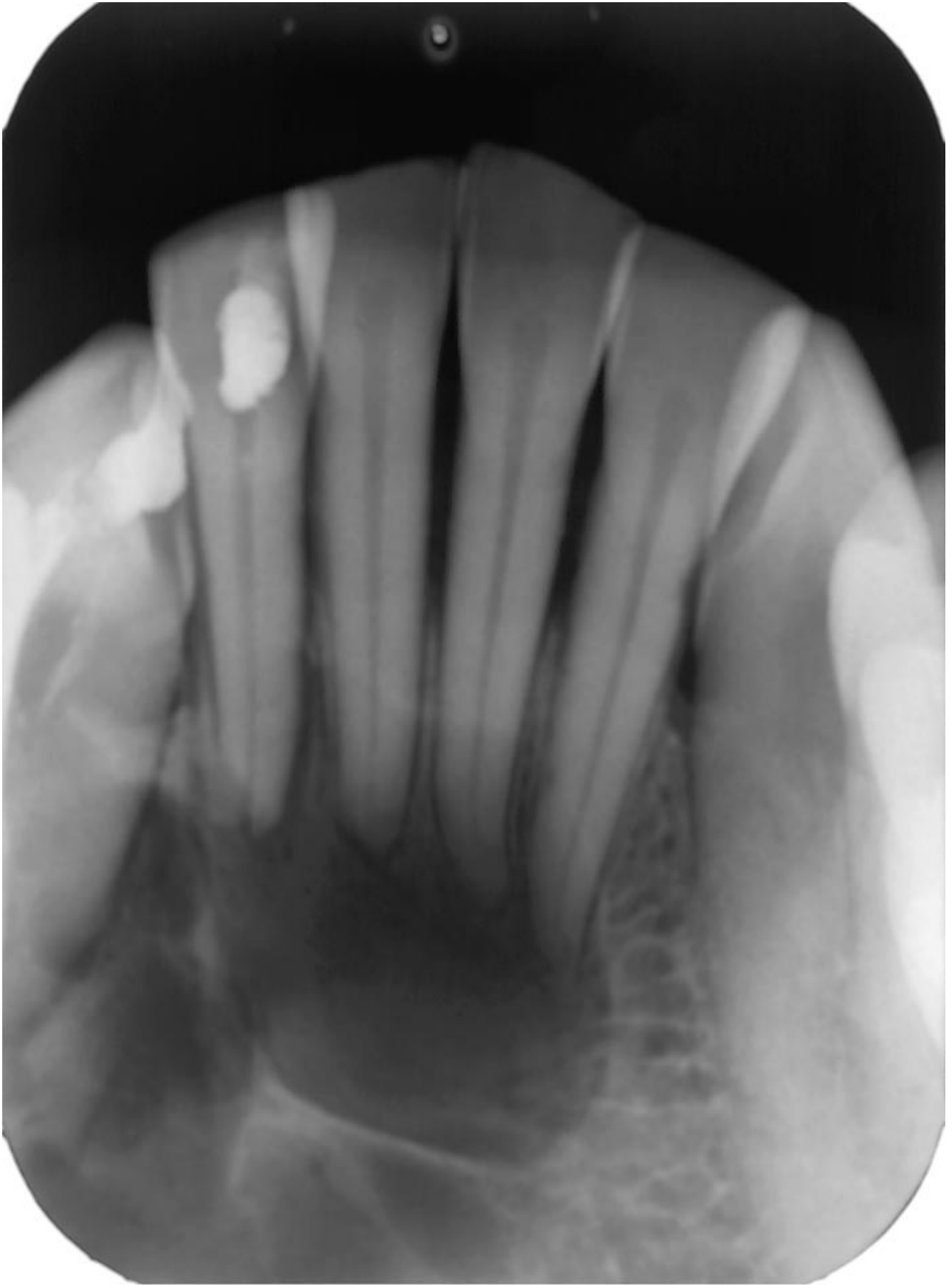
SILVA BF, SANTOS JÚNIOR JF, ABRAHÃO M, CERVANTES O, MIRANDA SL. Ameloblastoma: Revisão de Literatura; Revista Brasileira De Cirurgia De Cabeça E Pescoço. 2004; 33(1): 7-13.



Fig. 1- Radiografia panorâmica inicial.



Fig. 2 – Radiografia oclusal inicial.



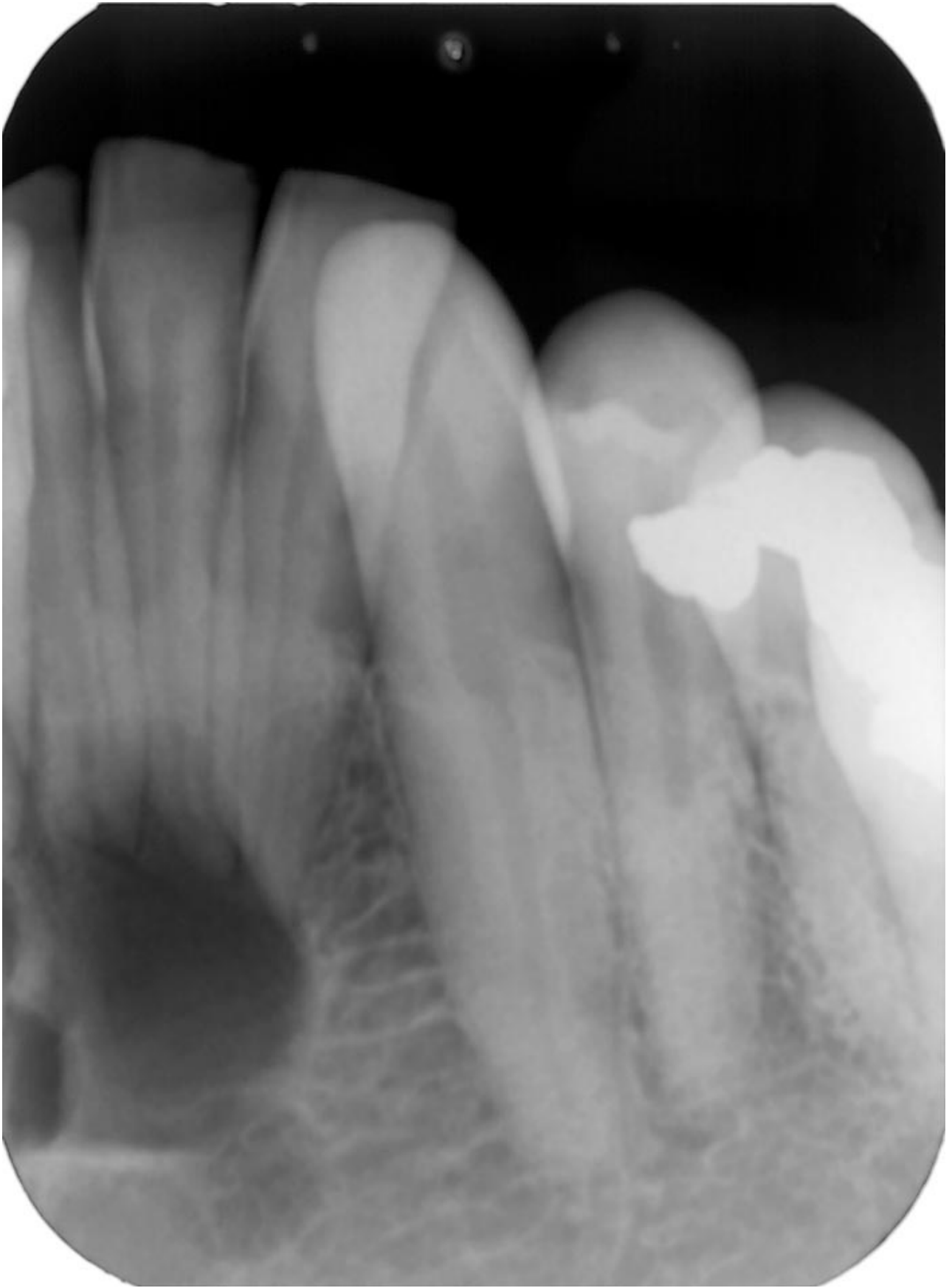




Fig. 3 A, B, C – Radiografias periapicais evidenciando detalhes da lesão radiolúcida multilocular.

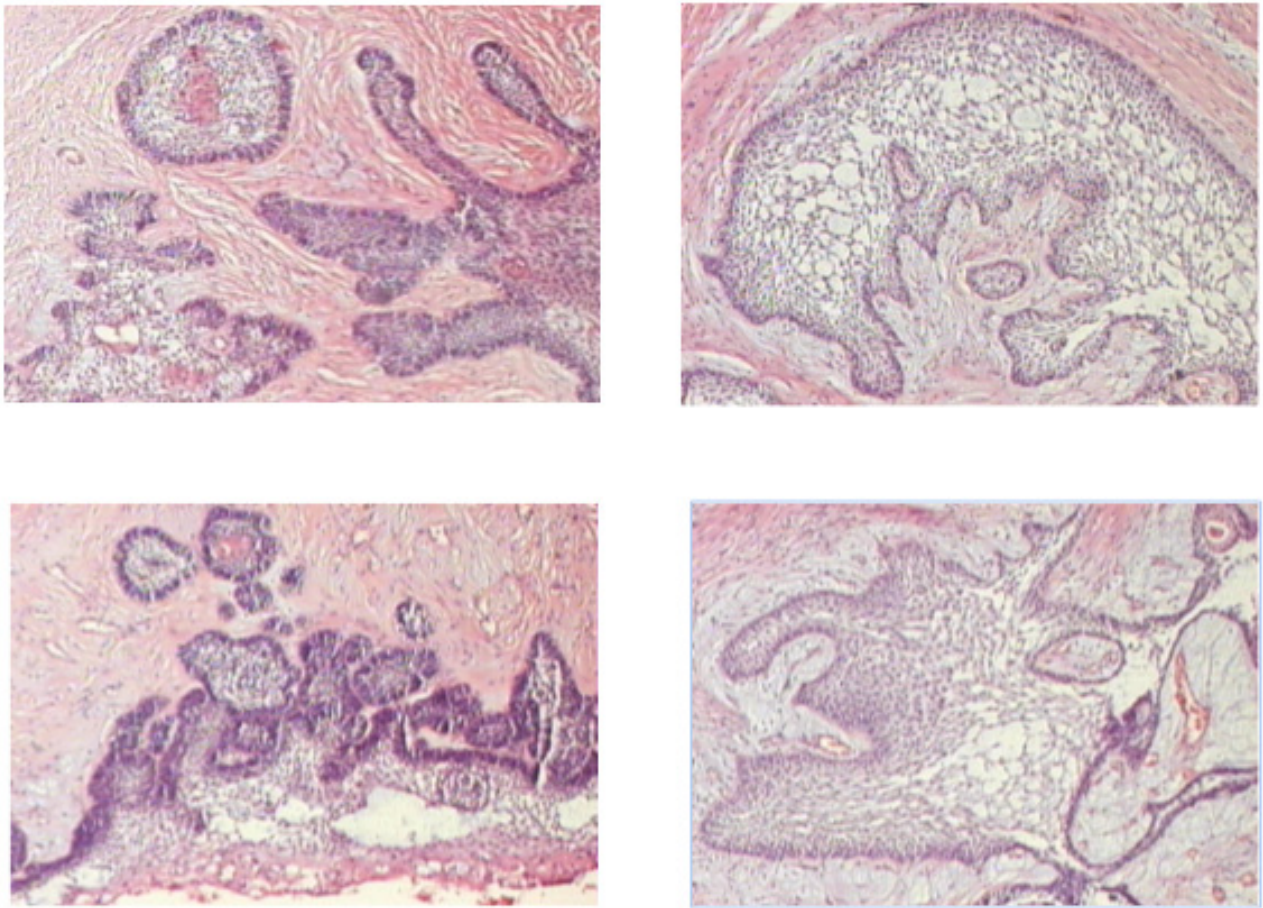


Fig. 4- Fotomicrografias em HE exibindo ameloblastoma multicístico do tipo folicular.



Fig. 5 – Radiografia panorâmica após o tratamento cirúrgico da lesão.

Hélio Henrique De Luca

Especialista em Ortodontia/ HCA

Paula Paiva do Nascimento Izquierdo

Especialista e Mestre em Ortodontia/UFRJ

Glauce Amaral Pinto Rubim

Especialista em Ortodontia/HCA Mestre em Ortodontia/ UNICAMP

Anna Paula Nigri

Aluna de Pós-Graduação em Ortodontia/ UFRJ

Luciana Silva Righi

Especialista em Odontopediatria/OCM

Mônica Simões Israel

Mestre e Doutora em Patologia/UFF, Professora Adjunta de Estomatologia/UERJ, Coordenadora do Curso de atualização clínica e cirúrgica em Estomatologia/UERJ e do curso de Especialização em Estomatologia/São Leopoldo Mandic, Professora de Patologia Geral e Patologia Bucal das Faculdades São José, Rio de Janeiro, Brasil.

RESUMO

Diversos exames complementares são utilizados na Ortodontia, podendo ser solicitados em quaisquer fases do tratamento. Algumas lesões orais podem ser detectadas nas radiografias incluídas na documentação ortodôntica. Objetivo: Avaliar o grau de percepção dos ortodontistas quanto à identificação de lesões intraósseas comuns em radiografias panorâmicas. Materiais e métodos: 61 dentistas com especialização e/ou mestrado e/ou doutorado em ortodontia, selecionados aleatoriamente, avaliaram seis imagens de radiografias panorâmicas. Na imagem 1 não existia lesão intraóssea a ser visualizada, na 2 existia lesão intraóssea sugestiva de cisto dentígero, na 3 existia lesão intraóssea de odontoma composto, na 4 não existia lesão intraóssea a ser visualizada, na 5 existia lesão intraóssea sugestiva de displasia cemento-óssea periapical e na 6 existia lesão intraóssea sugestiva de ameloblastoma. Após essa avaliação, eles responderam se observavam alguma condição que limitasse ou adiasse temporariamente o tratamento ortodôntico, se tinham alguma sugestão diagnóstica e qual seria a conduta frente ao problema. Resultados: Em 43% das vezes uma lesão intraóssea passou despercebida. Em relação à conduta sugerida, a maioria dos dentistas encaminha o paciente para um especialista em patologia ou estomatologia. Notou-se também que quanto maior o grau de formação acadêmica, maior foi o grau de percepção. Em relação ao tempo em que exercem a especialidade, não houve diferença na percepção entre os que atuam há mais ou menos anos. Conclusão: As radiografias panorâmicas possibilitam uma visualização geral dos ossos maxilares, dentes e estruturas adjacentes, sendo assim essenciais na documentação ortodôntica de rotina. Sua avaliação criteriosa é de extrema importância não só nas diversas fases do tratamento, como na detecção de lesões orais que possam limitar ou adiar temporariamente sua continuidade. O ortodontista deve fazer uma avaliação completa do paciente. **Palavras-Chave:** radiografia panorâmica; odontoma composto; cisto dentígero; ameloblastoma; displasia cemento-óssea periapical; ortodontia.

ABSTRACT

Several complementary exams are used by orthodontists and may be requested at any stage of treatment. Some oral lesions can be detected by means of radiographs included in the diagnostic records. Objective: To detect the degree of orthodontists' perception in identifying common intraosseous lesions on panoramic radiographs. Methods: 61 dental surgeons with specialization and/or master's and/or doctor's degree in orthodontics, randomly selected, evaluated six images from panoramic radiographs. In pictures 1 and 4, there was no intraosseous lesion to be visualized, in picture 2, there was a lesion suggestive of dentigerous cyst, in picture 3, there was an image compatible with compound odontome, in picture 5, there was a lesion suggestive of periapical cemento-osseous dysplasia and in picture 6, there was a lesion suggestive of ameloblastoma. After this assessment, the participants answered if they have observed any condition that could limit or temporarily postpone orthodontic treatment, if they had a differential diagnosis and how would they deal with the matter. Results: In 43% of cases an intraosseous lesion went by unnoticed. As for the suggested approach, most dentists refer the patient to pathology or oral medicine specialist. It was also observed that the degree of perception increases the more graduated is the orthodontist and regarding the time engaged in the specialty, there was no difference in the perception between those who have been orthodontists for more or less time. Conclusion: Panoramic radiographs make it possible to have a general visualization of maxillary bones, teeth and adjacent structures and its careful evaluation is very important in the detection of oral lesions that might restrict or postpone orthodontic treatment. Orthodontists must do a complete evaluation of the patients.

Keywords: panoramic radiography; composite odontoma; dentigerous cyst; ameloblastoma; periapical cemento-osseous dysplasia; orthodontics.

INTRODUÇÃO

Na especialidade de Ortodontia, diversos exames complementares são preconizados, podendo ser solicitados em quaisquer fases do tratamento. Radiografias, fotografias, tomografias computadorizadas e modelos de estudo fazem parte das ferramentas utilizadas rotineiramente, na tentativa de alcançar um diagnóstico confiável, planejamento adequado e tratamento com maior estabilidade.

Algumas lesões orais podem surgir ou pré-existir nos pacientes ortodônticos, podendo ser detectadas através das radiografias incluídas no arcabouço documental. Lesões intraósseas fazem parte desta relação, tais como odontoma composto, cisto dentígero, ameloblastoma e a displasia cemento-óssea periapical (2-9). Contudo, todas podem ser inicialmente identificadas a partir de exames radiográficos de rotina (1,2,5).

Este trabalho teve como objetivo detectar o grau de percepção dos ortodontistas quanto à identificação de lesões intraósseas comuns, que possam passar despercebidas, na prática diária, visando demonstrar a importância do diagnóstico de lesões orais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram escolhidas seis radiografias panorâmicas para a realização da pesquisa, duas procedentes do CEMAL (Centro de Medicina Aeroespacial da Aeronáutica), duas da 1ª Odontoclínica do Corpo de Bombeiros do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) e as outras duas da Clínica de Estomatologia da Faculdade de Odontologia do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

As imagens foram separadas individualmente e numeradas sequencialmente para serem avaliadas pelos entrevistados. Nas imagens 1A e 1D não existia lesão intraóssea a ser visualizada. A imagem 1B revelava lesão intraóssea radiolúcida, em região retromolar direita, sugestiva de cisto dentífero. Na imagem 1C existia lesão intraóssea radiopaca, em região de incisivos e canino inferiores esquerdos, compatível com odontoma composto. Na imagem 1E, existia lesão intraóssea radiopaca, em região periapical de incisivos inferiores, sugestiva de displasia cemento-óssea periapical. Na imagem 1F, existia lesão intraóssea radiolúcida multiloculada, em região de corpo, ramo e ângulo mandibular esquerdo, sugestiva de ameloblastoma multicístico. (Figura 1)

A pesquisa foi realizada com cirurgiões-dentistas com especialização, mestrado ou doutorado em ortodontia, que atuam no serviço público, ou no particular. Após lerem e assinarem um termo de consentimento livre esclarecido foi solicitado que avaliassem as seis radiografias panorâmicas, respeitando o tempo de até dois minutos para cada uma. Um questionário foi apresentado para que o entrevistado registrasse, para cada imagem observada, (1) se havia alguma condição que limitasse ou adiasse temporariamente o tratamento ortodôntico, (2) se tinham alguma sugestão diagnóstica e (3) qual seria a conduta frente ao problema.

Para verificar os dados não paramétricos, foi utilizado o teste Mann-Whitney, teste exato de Fisher e o teste Qui-Quadrado, visando à comparação de grupos independentes.

Figura 1- Ausência de lesão intraóssea a ser visualizada

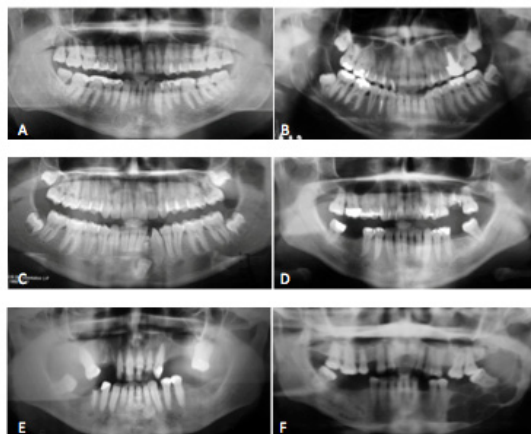
(A); Lesão sugestiva de cisto dentífero

(B); Lesão compatível com odontoma composto

(C); Ausência de lesão intraóssea a ser visualizada

(D); Lesão sugestiva de displasia cemento-óssea periapical

(E); Lesão sugestiva de ameloblastoma (F).



RESULTADOS

Participaram da pesquisa 61 dentistas.

Os participantes da pesquisa foram divididos por:

- sexo: 45 (74%) feminino e masculino (16) (26%);
- grau de formação: especialistas (54) (89%), mestres (05) (8%) e doutores (02) (3%);

- tempo que exercem a especialidade: menos de 01 ano (29) (48%), entre 01 ano e 05 anos (14) (23%) e mais de 05 anos (18) (29%);
- idade dos participantes: entre 20 e 30 anos (18) (30%), entre 30 e 40 anos (32) (52%) e mais 40 anos (11) (18%).

À pergunta que indagava sobre alguma condição que limitasse ou adiasse temporariamente o tratamento ortodôntico, os ortodontistas responderam (gráfico 1):

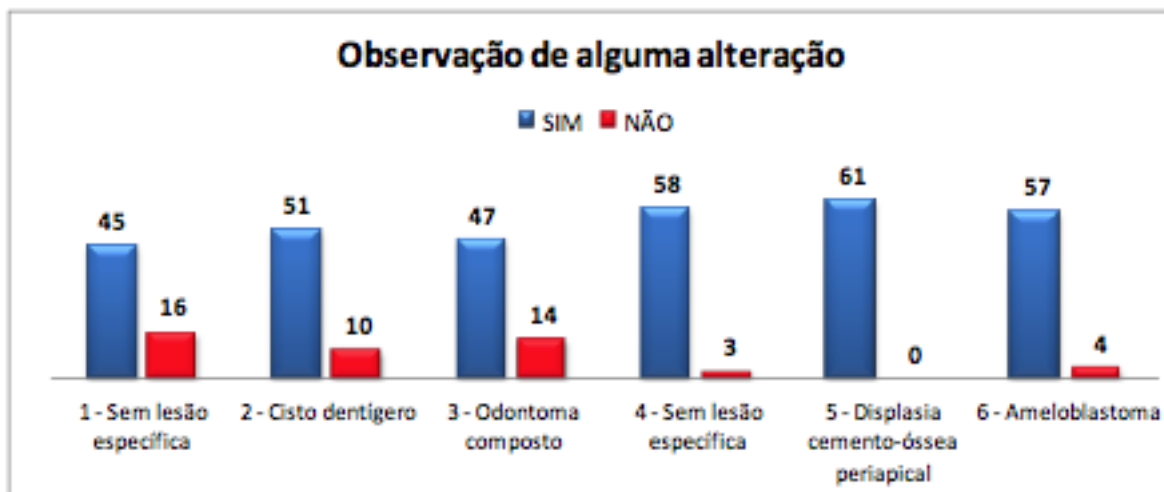


Gráfico 1 - Número de profissionais que observou ou não alguma condição que limitasse ou adiasse o tratamento ortodôntico.

Em relação à sugestão diagnóstica, os ortodontistas responderam (gráfico 2):

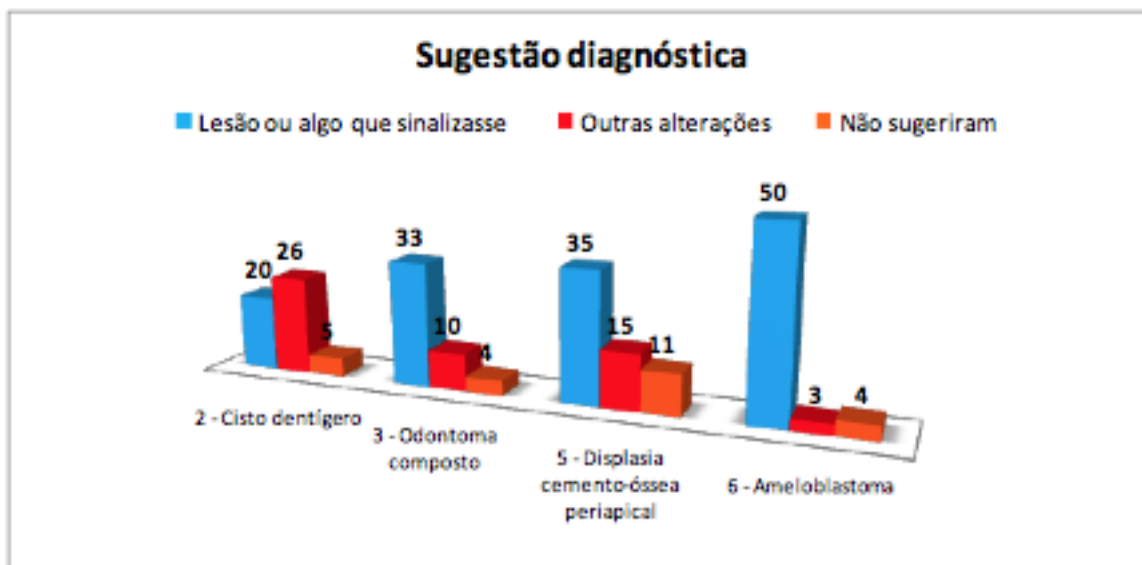


Gráfico 2 - Sugestão diagnóstica dos ortodontistas que observaram alterações.

Quanto à observação específica da lesão intraóssea em questão, obteve-se a seguinte distribuição (gráfico 3):

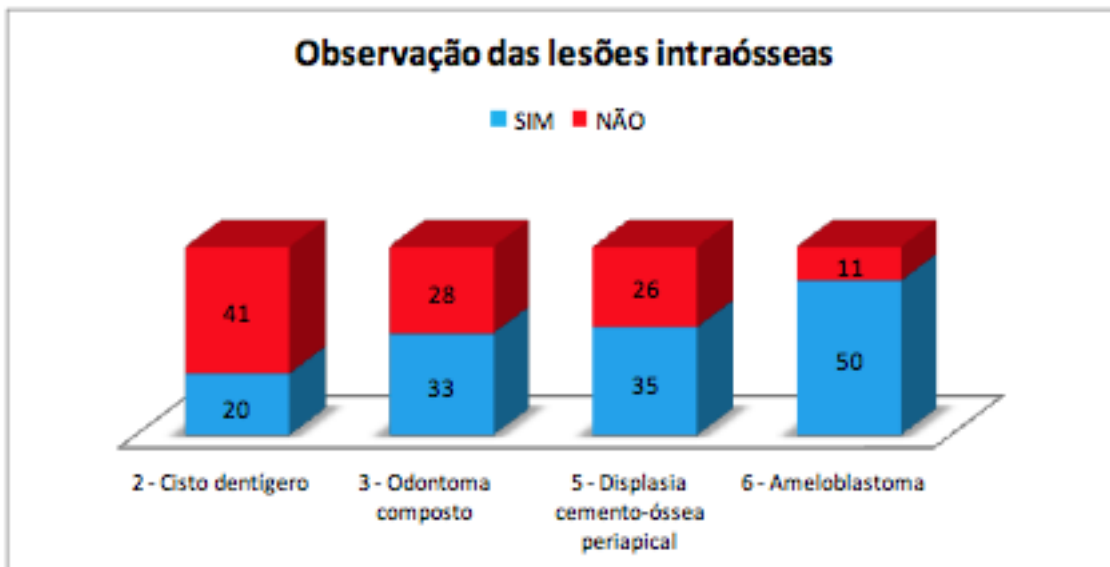


Gráfico 3 - Profissionais que observaram ou não as lesões intraósseas nas radiografias analisadas.

Teste estatístico de Mann-Whitney ($p = 0.4857$)

Concluiu-se que não houve diferença estatisticamente significante entre os quatro grupos correlacionados ($p > 0.05$).

Quando multiplicado o número de imagens sugestivas de lesões (4) pelo número de profissionais entrevistados (61), chega-se a um total de 244 possíveis visualizações. Nessa pesquisa, foram sugeridos 138 diagnósticos de lesões intraósseas, contra 106 lesões que passaram despercebidas (gráfico 4). Aplicando-se o teste estatístico de Mann-Whitney, foi verificada diferença estatisticamente significativa ($p = 0.0211$).

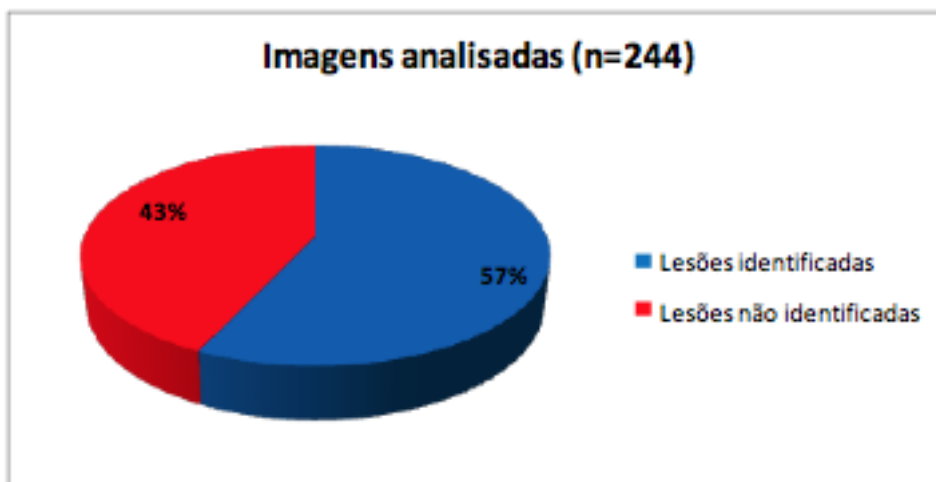


Gráfico 4 - Total de lesões identificadas e não identificadas no somatório de imagens analisadas.

Verificando-se o total de lesões observadas por cada um dos 61 ortodontistas, constatou-se (gráfico 5):

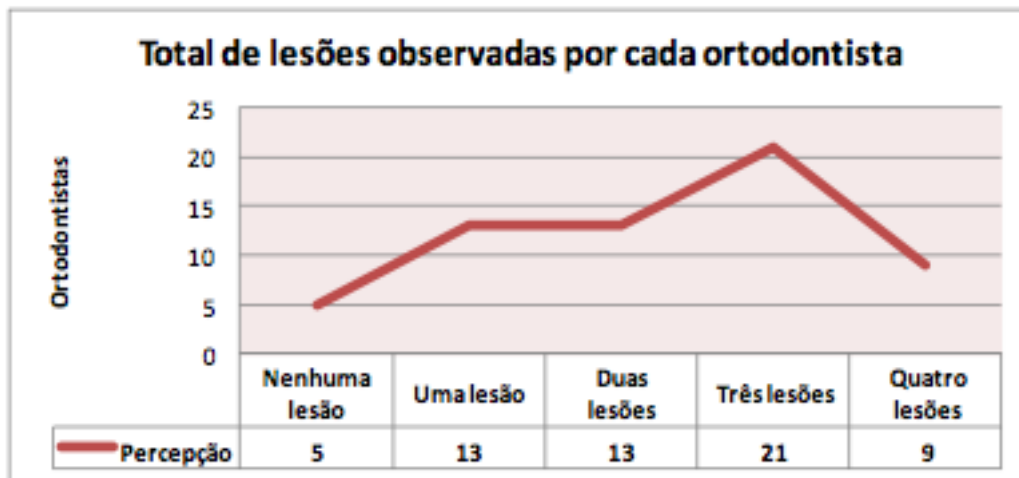


Gráfico 5 - Percepção quanto ao total de lesões observadas por cada ortodontista. Teste estatístico Mann-Whitney ($p = 0,0117$)

Ao avaliar a percepção dos profissionais quanto ao grau de formação, constataram-se diferenças estatísticas significativas ($p < 0.05$) para os especialistas e mestres. Entretanto o mesmo não ocorreu para o grupo dos doutores ($p > 0.05$) (gráfico 6).

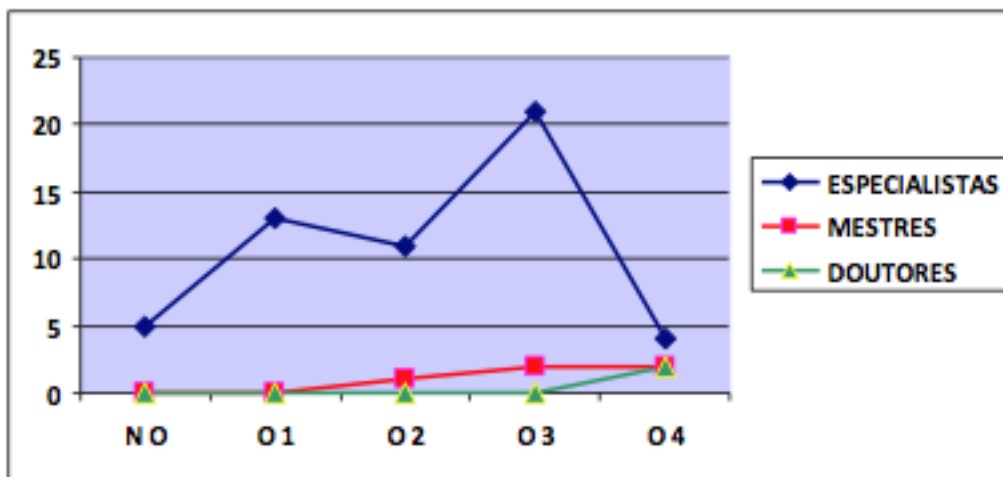


Gráfico 6 - Formação dos participantes e o total de lesões observadas por cada ortodontista.

Na avaliação estatística do grau de percepção dos ortodontistas em relação ao tempo em que exercem a especialidade, observou-se diferença estatisticamente significativa para os três grupos avaliados ($p < 0.05$) (gráfico 7).

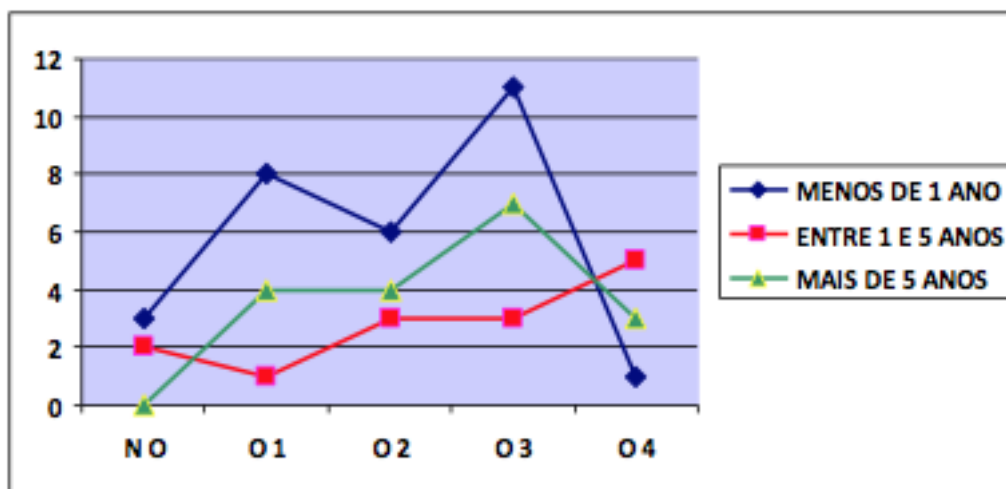


Gráfico 7 - Tempo do exercício da especialidade e o total de lesões observadas por cada ortodontista.

DISCUSSÃO

Através dos resultados da pesquisa, observou-se que, em 43% das vezes, uma lesão intraóssea passou despercebida. Tal fato pode se dar pela rapidez de atendimento nos consultórios particulares ou clínicas públicas, pelo excesso de pacientes, pela pouca familiaridade com as imagens observadas, pela confiabilidade excessiva em laudos ou pela perda da sistemática da avaliação radiográfica.

Um número expressivo de dentistas respondeu ter visto alguma alteração que limitasse ou adiasse o tratamento ortodôntico. Entretanto muitos viram apenas alterações mais comuns da prática diária, tais como alterações periapicais, periodontais, endodônticas, fraturas e cáries em quaisquer elementos dentários. Do total de entrevistados, 68% não visualizaram a lesão ou algo que sinalizasse um cisto dentífero, 46% não visualizaram a lesão ou algo que sinalizasse um odontoma composto, 43% não visualizaram a lesão ou algo que sinalizasse uma displasia cemento-óssea periapical e 18% dos entrevistados não visualizaram a lesão ou algo que sinalizasse um ameloblastoma. Esses resultados sugerem que os ortodontistas não estão fazendo uma avaliação criteriosa das radiografias panorâmicas dos pacientes.

Em relação à conduta sugerida, a maioria dos dentistas que observou uma alteração radiográfica encaminharia o paciente para um especialista em patologia ou estomatologia. Esse dado mostra que o especialista que detecta a lesão é capaz de adotar uma atitude positiva frente a um problema que possa trazer complicações para o paciente. Quando foi avaliado o grau de percepção das lesões em relação ao grau de formação dos participantes (especialistas, mestres e doutores), os resultados indicaram que, quanto maior o grau de formação, maior foi o grau de percepção. O teste Qui-Quadrado, realizado para comparar a paridade dos grupos (especialistas x mestres, mestres x doutores e especialistas x doutores), confirma o que foi discutido acima: conforme aumenta o grau de instrução, a dispersão do padrão de visualização tende a ser positiva, sugerindo que, quanto maior o grau de instrução, maior a percepção dos profissionais.

Em relação ao tempo em que exercem a especialidade, o trabalho mostrou que os três grupos avaliados apresentaram resultados similares, ou seja, não houve diferença na percepção entre os que atuam como ortodontistas há mais ou menos anos. Porém, ao analisar os pares de grupos, observou-se que aqueles com menos tempo de exercício da especialidade visualizaram menos lesões que aqueles que exercem entre um a cinco anos a ortodontia ($p = 0.0011$). Também foi possível perceber que houve uma grande diferença quando comparados aqueles com menos de um ano de exercício e aqueles com mais de cinco anos de exercício ($p = 0.0003$). Todavia, não houve diferença significativa entre aqueles que exercem a especialidade por um a cinco anos e mais de cinco anos ($p = 0.7742$). Ou seja, há uma tendência de visualizar mais lesões conforme aumenta o tempo de exercício da profissão. Porém, não foi possível confirmar que o tempo de exercício da especialidade influenciou a percepção das lesões apresentadas no trabalho.

Diante do que foi apresentado, é muito importante alertar aos ortodontistas que, a partir do momento em que o paciente o procura para tratamento, ele torna-se corresponsável pela saúde deste. Logo, é necessário que o profissional esteja atento às estruturas da face e da cavidade bucal, bem como aos exames radiográficos. Caso haja alguma alteração intraóssea, o diagnóstico precoce é de extrema importância para um tratamento imediato, proporcionando maiores chances de cura do paciente (2,5).

Por esses motivos, o ortodontista deve preocupar-se com uma avaliação completa de seus pacientes.

CONCLUSÃO

1. Um número significativo (43%) de imagens das lesões intraósseas presentes nestes exames não foi visualizado: a cada 10 imagens de lesões apresentadas, 4 não foram observadas.
2. A maioria dos ortodontistas conseguiu perceber, nas radiografias analisadas, alguma condição que limitasse ou adiasse o tratamento ortodôntico. Porém, muitos relataram problemas comuns, como alterações periapicais, periodontais, endodônticas, fraturas e cárie.
3. Em relação às lesões intraósseas específicas, um número reduzido de profissionais (9 - 15%) conseguiu visualizar as quatro, sugerindo que os ortodontistas não estão atentos para esse tipo de alteração.
4. Quanto maior o grau de formação acadêmica, maior é a capacidade de percepção das lesões intraósseas.
5. O tempo de exercício da especialidade não influenciou o grau de percepção.
6. A conduta da maioria dos ortodontistas, após visualizarem as lesões, foi a ideal, ou seja, eles encaminham o paciente para um especialista em estomatologia ou patologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dagistan, S; Goregen, M; Çakur, B; Miloglu, O. Cemento-osseous dysplasias. Rev. Clín. Pesq. Odontol. 2007; 3(1): 43-9.

Freitas, A; Rosa, JE; Souza, IF. Radiologia Odontológica. São Paulo; Artes Médicas, 2004.

Medeiros, M; Porto, GG; Filho, JRL; Portela, L; Vasconcellos, RH Ameloblastoma in the mandible. Rev Bras Otorrinolaringol. 2008; 74(3): 187-190.

Nakamura, N; Higuchi, Y; Mitsuyasu, T. Comparison of long-term results between different approaches to ameloblastoma. Oral Surg Oral Med Oral Pathol Oral Radiol Endod. 2002; 93(1): 13-20.

Neville, BW; Damm, DD; Allen, CM; Bouquot, JE. Patologia Oral e Maxilofacial. 3ª Ed. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan, 2009.

Ustner, E; Fitoz, S; Atasoy, C; Erden, I; Akyar, S. Bilateral maxillary dentigerous cysts: a case report. Oral Surg Oral Med Pathol Oral Radiol Endod. 2003; 95(5): 632-5.

Vaz, LGM; Rodrigues, MTV; Ferreira Junior, O. Cisto dentífero: características clínicas, radiográficas e critérios para o plano de tratamento. RGO. 2010; 51(1): 127-30.

Vieira, AR; Modesto, A; Soares, VR. Tratamento cirúrgico de cisto dentífero. Revista da APCD. 1995; 49(5): 380-3.

Yoda, T; Ishii, Y; Sakai, E; Enomoto, S. Multiple macrodonts with odontoma in a mother and a son-a variant of Ekman-Westborg-Julin syndrome. Report of a case. Oral Surg Oral Med Pathol Oral Radiol Endod. 1998; 85(3): 301-3.

O DESAFIO DA ESCOLHA DE NOVOS CAÇAS PARA A FORÇA AÉREA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM À LUZ DA METODOLOGIA ANALYTIC HIERARCHY PROCESS (AHP)

The challenge of selecting new fighters for the Brazilian Air Force: an approach in light of the methodology Analytic Hierarchy Process (AHP)

Marcos dos Santos | marcosdossantos_coppe_ufrj@yahoo.com.br

Doutorando em Engenharia de Produção (Modelagem no Apoio à Decisão) pela Universidade Federal Fluminense. Gerente de Projetos e Pesquisador no Centro de Análise de Sistemas Navais e Coordenador Geral do XVII Simpósio de Pesquisa Operacional e Logística da Marinha (SPOLM).

Renato Santiago Quintal | rsantiago79@hotmail.com

Mestre em Ciências Contábeis (Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Especialista em Comércio Exterior (Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Especialista em Gerenciamento de Projetos (Fundação Getúlio Vargas). Membro do Corpo Editorial da Revista PAGMAR (ISSN 2318-1702). Chefe do Departamento de Sistemas de Pagamento da Pagadoria de Pessoal da Marinha (PAPEM)

Sidmar Roberto Vieira Almeida | sid.adm@ig.com.br

Mestre em Ciências Contábeis (Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e Especialista em Gerenciamento Avançado em Finanças (Universidade Federal Fluminense). Professor da disciplina Contabilidade Intermediária das Faculdades São José.

RESUMO

A Estratégia Nacional de Defesa prevê a independência nacional, alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear. Dentre todas as preocupações a enfrentar no desenvolvimento da Força Aérea Brasileira, a que inspira cuidados mais vivos e prementes é a maneira de substituir os atuais aviões de combate no intervalo entre 2015 e 2025, uma vez esgotada a possibilidade de prolongar-lhes a vida por modernização de seus sistemas de armas, de sua aviônica e de partes de sua estrutura e fuselagem. Depois de estudos exaustivos, após analisar dezenas de aeronaves no mercado internacional, a FAB elencou três possíveis aeronaves que atenderiam às necessidades da Força. Dentro deste escopo, a proposta deste artigo é aplicar o método Analytic Hierarchy Process (AHP) a fim de hierarquizar as referidas aeronaves.

Palavras-Chave: Processo decisório; Apoio à decisão; Defesa Nacional; Pesquisa operacional.

ABSTRACT

The National Defense Strategy provides national independence, achieved by autonomous technological capability, including the strategic space, cyber and nuclear sectors. Of all the concerns facing the development of the Brazilian Air Force, which inspires more vivid and urgent care is the way to replace the current fighter jets in the range between 2015 and 2025, once exhausted the possibility of extending their lives by modernization of its weapons systems, their avionics and parts of its structure and fuselage. After extensive studies, after reviewing dozens of aircraft on the international market, the FAB has listed three possible aircraft that would meet the needs of the Force. Within this scope, the purpose of this article is to apply the method Analytic Hierarchy Process (AHP) to prioritize such aircraft.

Keywords: Decision making; Decision support; National Defence; Operational research.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF) em seu Art. 142 prevê que “As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

A Estratégia Nacional de Defesa prevê a independência nacional, alcançada pela capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear.

Dentre todas as preocupações a enfrentar no desenvolvimento da Força Aérea Brasileira, a que inspira cuidados mais vivos e prementes é a maneira de substituir os atuais aviões de combate no intervalo entre 2015 e 2025, uma vez esgotada a possibilidade de prolongar-lhes a vida por modernização de seus sistemas de armas, de sua aviônica e de partes de sua estrutura e fuselagem.

O Brasil confronta, nesse particular, dilema corriqueiro em toda a parte: manter a prioridade das capacitações futuras sobre os gastos atuais, sem tolerar desproteção aérea. Precisa investir nas capacidades que lhe assegurem potencial de fabricação independente de seus meios aéreos de defesa. Não pode, porém, aceitar ficar desfalcado de um escudo aéreo enquanto reúne as condições para ganhar tal independência.

A solução a dar a esse problema é tão importante, e exerce efeitos tão variados sobre a situação estratégica do País na América do Sul e no mundo, que transcende uma mera discussão de equipamento e merece ser entendida como parte integrante da Estratégia Nacional de Defesa. O princípio genérico da solução é a rejeição das soluções extremas - simplesmente comprar no mercado internacional um caça “de quinta geração” ou sacrificar a compra para investir na modernização dos aviões existentes, nos projetos de aviões não-tripulados, no desenvolvimento, junto com outro país, do protótipo de um caça tripulado do futuro e na formação maciça de quadros científicos e técnicos.

Convém solução híbrida, que providencie o avião de combate dentro do intervalo temporal necessário, mas que o faça de maneira a criar condições para a fabricação nacional de caças tripulados avançados. Tal solução híbrida poderá obedecer a um de dois figurinos. Embora esses dois figurinos possam coexistir em tese, na prática um terá de prevalecer sobre o outro. Ambos ultrapassam de muito os limites convencionais de compra com transferência de tecnologia ou “off-set” e envolvem iniciativa substancial de concepção e de fabricação no Brasil. Atingem o mesmo resultado por caminhos diferentes. De acordo com o primeiro figurino, estabelecer-se-ia parceria com outro país ou países para projetar e fabricar no Brasil, dentro do intervalo temporal relevante, um sucedâneo a um caça de quinta geração à venda no mercado internacional. Projeta-se e constrói-se o sucedâneo de maneira a superar limitações técnicas e operacionais significativas da versão atual daquele avião (por exemplo, seu raio de ação, suas limitações em matéria de empuxo vetorado, sua falta de baixa assinatura radar).

A solução em foco daria resposta simultânea aos problemas das limitações técnicas e da independência tecnológica. De acordo com o segundo figurino, seria comprado um caça de quinta geração, em negociação que contemplasse a transferência integral de tecnologia, inclusive as tecnologias de projeto e de fabricação do avião e os “códigos-fonte”. A compra seria feita na escala mínima necessária para facultar a transferência integral dessas tecnologias. Uma empresa brasileira começa a produzir, sob orientação do Estado brasileiro, um sucedâneo àquele avião comprado, autorizado por negociação antecedente com o país e a empresa vendedores. A solução em foco dar-se-ia por sequenciamento e não por simultaneidade. A escolha entre os dois figurinos é questão de circunstância e de negociação. Consideração que poderá ser decisiva é a necessidade de preferir a opção que minimize a dependência tecnológica ou política em relação a qualquer fornecedor que, por deter componentes do avião a comprar ou a modernizar, possa pretender, por conta dessa participação, inibir ou influir sobre iniciativas de defesa desencadeadas pelo Brasil.

Depois de estudos exaustivos, após analisar dezenas de aeronaves no mercado internacional, a FAB elencou três possíveis aeronaves que atenderiam às necessidades da Força. Dentro deste escopo, a proposta deste artigo é aplicar o método AHP a fim de hierarquizar as referidas aeronaves.

CRITÉRIOS DE AQUISIÇÃO

Na prática, a FAB montou um Grupo de Trabalho (GT) multidisciplinar formado por Oficiais Aviadores, Engenheiros do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e vários outros profissionais de diversas áreas correlatas a fim de avaliar todos os vieses políticos, administrativos, técnicos e operacionais das três aeronaves. Este GT delineou os critérios para a hierarquização da escolha das aeronaves, todavia não se teve acesso a todos os dados do estudo, por serem de acesso restrito.

Assim sendo, com fulcro no preconizado na Estratégia de Defesa Nacional, a título de exercício, chegou-se a quatro critérios iniciais de maior importância:

- Custo: fundamentado no princípio básico da economicidade da gestão pública;
- Transferência de tecnologia: que foi exaustivamente tratada na Estratégia de Defesa Nacional;
- Alcance: levando-se em consideração as dimensões do território brasileiro, é desejável que a aeronave tenha o maior alcance possível, embora se saiba que este é um parâmetro que varia de acordo com a configuração da aeronave;
- Velocidade Máxima: em se tratando de uma aeronave de interceptação e ataque, um dos requisitos fundamentais é a capacidade de desenvolver altas velocidades.

ALTERNATIVAS DE AERONAVES

Na prática, a FAB montou um Grupo de Trabalho (GT) multidisciplinar formado por Oficiais Aviadores, Engenheiros do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e vários outros profissionais de diversas áreas correlatas a fim de avaliar todos os vieses políticos, administrativos, técnicos e operacionais das três aeronaves. Este GT delineou os critérios para a hierarquização da escolha das aeronaves, todavia não se teve acesso a todos os dados do estudo, por serem de acesso restrito.

Rafale

Dassault Rafale é um caça de dupla propulsão com asa em delta, considerado de 4,5ª geração, projetado na década de 80 para substituir todos os Mirage 2000 da Força Aérea Francesa, e está sendo produzido também para a Marinha Francesa, para operar em porta-aviões.

Ficha técnica do Rafale

- Fabricante: Dassault;
- País: França;
- Velocidade Máxima: 2.000 km/h;
- Teto máximo: 16.765 m;
- Alcance: 2.000 km;
- Custo: US\$ 80 milhões;
- Transferência de tecnologia: SIM

Figura 1 – Aeronave Rafale



Fonte: www.dassault-aviation.com

Gripen

O Gripen, fabricado pela Saab, é um dos mais avançados aviões de caça do mundo. Combina uma grande agilidade, com elevada capacidade de pouso e decolagem em pistas curtas.

Ficha técnica do Gripen

- Fabricante: Saab;
- País: Suécia;
- Velocidade Máxima: 2.126 km/h;
- Teto máximo: 15.240m;
- Alcance: 3.000 km;
- Custo: US\$ 50 milhões;
- Transferência de tecnologia: SIM

Figura 2 – Gripen



Fonte: <http://www.saab.com>

F-18 Super Hornet

O Boeing F/A-18EF Super Hornet é uma aeronave supersônica de interceptação aérea e de ataque ao solo. O F/A-18E e F/A-18F são maiores e mais avançados que seu antecessor o F/A-18 Hornet. O Super Hornet entrou em serviço nos Estados Unidos em 1999 e substituíram os F-14 Tomcat em 2006 e deverão servir em conjunto com os originais Hornets F/A-18C (se mantêm operacionais mas com uma substituição gradativa pelos Super Hornets). Em 2007, a Real Força Aérea Australiana comprou 24 Super Hornets para substituição dos antigos F-111.

Ficha técnica do Super Hornet

- Fabricante: Boeing;
- País: Estados Unidos;
- Velocidade Máxima: 2.160 km/h;
- Teto máximo: 15.590m;
- Alcance: 2.346 km;
- Custo: US\$ 55 milhões;
- Transferência de tecnologia: NÃO

Na prática, a FAB montou um Grupo de Trabalho (GT) multidisciplinar formado por Oficiais Aviadores, Engenheiros do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e vários outros profissionais de diversas áreas correlatas a fim de avaliar todos os vieses políticos, administrativos, técnicos e operacionais das três aeronaves. Este GT delineou os critérios para a hierarquização da escolha das aeronaves, todavia não se teve acesso a todos os dados do estudo, por serem secretos.

Assim sendo, com fulcro no preconizado na Estratégia de Defesa Nacional, a título de exercício, chegou-se a quatro critérios iniciais de maior importância:

- Custo: fundamentado no princípio básico da economicidade da gestão pública;
- Transferência de tecnologia: que foi exaustivamente tratada na Estratégia de Defesa Nacional;
- Alcance: levando-se em consideração as dimensões do território brasileiro, é desejável que a aeronave tenha o maior alcance possível, embora se saiba que este é um parâmetro que varia de acordo com a configuração da aeronave;
- Velocidade máxima: em se tratando de uma aeronave de interceptação e ataque, um dos requisitos fundamentais é a capacidade de desenvolver altas velocidades.

MODELAGEM E ESTRUTURAÇÃO DO PROBLEMA

Foi realizada uma entrevista com o Coronel Aviador Alencastro, Oficial da FAB, com ampla experiência na aviação, com mais de 1.000 horas de voo (caças), graduado em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e Mestre em Relações Internacionais. Foi instrutor na Academia da Força Aérea (AFA), realizou dois cursos de aviação na USA Air Force e terminou a sua carreira no Estado Maior das Forças Armadas (em Brasília). Hoje trabalha na ANAC na Superintendência de Segurança Aeroportuária.

Também foi realizada uma entrevista com o Major Aviador Paulo Castro, que fez parte do mesmo grupo de trabalho e foi piloto de teste das três aeronaves. Sua função era verificar se as aeronaves realmente atendiam às especificações constantes em suas fichas técnicas, e se atendiam às necessidades operativas da FAB.

Foi realizada uma pesquisa multifacetada, levando em consideração a literatura referente ao Método AHP, os dados disponíveis nos sites oficiais da Força Aérea Brasileira, nos sites dos fabricantes das aeronaves em lide e as entrevistas realizadas com o Coronel Aviador Alencastro e com o Major Aviador Paulo Castro.

Assim sendo, a situação problemática supracitada foi modelada, sendo definido o conjunto de ações possíveis (alternativas) e a família de critérios utilizados, que foram fundamentados na legislação em vigor e nas entrevistas com alguns agentes.

A seguir, é apresentado o Quadro de Preferências da situação-problema, com os quatro critérios inicialmente elencados. Este quadro será um importante subsídio para a implementação do Método AHP.

Tabela 1 – Quadro de Preferências da situação problema

Critérios	Ações Possíveis		
	RAFALE	GRIPEN	SUPER HORNET
Custo (em milhões de US\$)	80	50	55
Transferência de Tecnologia	SIM – 67%	SIM – 84%	NÃO – 0%
Alcance Máximo	2.000km	3.000km	2.346 km
Velocidade Máxima	2.000km/h	2126km/h	2.160 km/h

Fonte: Dados da pesquisa

O MÉTODO AHP

O método AHP é definido pela Decision Support Systems Glossary (DSS, 2006) como “uma aproximação para tomada de decisão que envolve estruturação de multicritérios de escolha numa hierarquia. O método avalia a importância relativa desses critérios, compara alternativas para cada critério, e determina um ranking total das alternativas”.

A atribuição de pesos aos critérios no método AHP, criado por Thomas L. Saaty (Saaty, 1991), é baseada na comparação paritária dos critérios considerados. Isso é feito por meio das perguntas: Qual destes critérios é o mais importante? Quanto este critério é mais importante que o outro?

O decisor responderá a esta última pergunta com o número que relata a expressão verbal. Nesse método, é utilizada a escala de 1 a 9, proposta pelo autor do método, porém outros pesquisadores propuseram escalas alternativas, nas quais é estabelecido um valor superior a nove como limite. O método AHP tem como origem a escala da razão.

Tabela 2 – Escala de importância

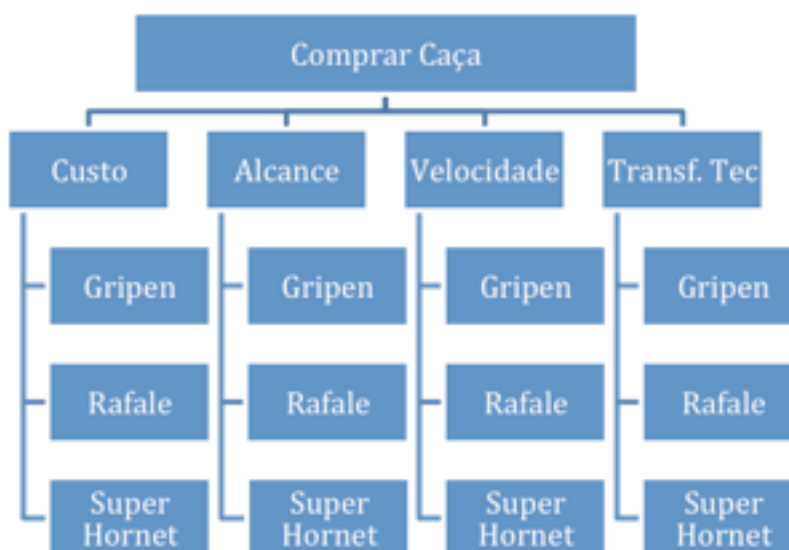
Intensidade de importância	Definição	Explicação
1	Mesma importância	As duas atividades contribuem igualmente para o objetivo.
3	Importância pequena de uma sobre a outra	A experiência e o julgamento favorecem levemente uma atividade em relação à outra.
5	Importância grande ou essencial	A experiência e o julgamento favorecem fortemente uma atividade em relação à outra.
7	Importância muito grande ou demonstrada	Uma atividade é muito fortemente favorecida em relação à outra; sua dominação de importância é demonstrada na prática.
9	Importância absoluta	A evidência favorece uma atividade em relação à outra com o mais alto grau de certeza.
2, 4, 6, 8	Valores intermediários entre os valores adjacentes	Quando se procura uma condição de compromisso entre duas definições.
Recíprocos dos valores acima de zero	Se a atividade i recebe uma das designações diferentes acima de zero, quando comparada com a atividade j, então j tem o valor recíproco quando comparada com i.	
Racionais	Razões resultantes da escala	Se a consistência tiver de ser forçada para obter valores numéricos n, somente para completar a matriz.

Fonte: Saaty (1991)

RESULTADO DO MÉTODO AHP

Conforme já foi exposto, o objetivo deste artigo é, dentre as três opções existentes, sugerir o melhor caça a ser comprado pela FAB. De acordo com os dados disponíveis. A partir daí foi construída a seguinte árvore de valor para o problema:

Figura 4 – Hierarquia de critérios e alternativas



Fonte: Força Aérea Brasileira (2013)

MATRIZES DE COMPARAÇÃO DOS QUATRO CRITÉRIOS

Tabela 2 - Matriz de comparação segundo o custo

Matriz de comparação das alternativas segundo o custo				Autovetores
	Rafale	Gripen	Super Hornet	
Rafale	1	0,63	0,69	0,246892121
Gripen	1,6	1	1,11	0,395939386
Super Hornet	1,45	0,9	1	0,357168493

Fonte: Dados da pesquisa

Os autovetores indicam que a ordem de prioridade segundo o critério custo será:

- 1o) Gripen: 0,395
- 2o) Super Hornet: 0,357
- 3o) Rafale: 0,246

Observa-se que os autovetores do critério custo do Gripen e do Super Hornet são bem próximos (0,395 e 0,357), o que é bastante razoável, já que eles custam quase o mesmo preço.

Tabela 3 - Matriz de comparação segundo o alcance

Matriz de comparação das alternativas segundo o alcance				Autovetores
	Rafale	Gripen	Super Hornet	
Rafale	1	0,67	0,85	0,272681
Gripen	1,5	1	1,25	0,40558
Super Hornet	1,17	0,8	1	0,321739

Fonte: Dados da pesquisa

Os autovetores indicam que a ordem de prioridade segundo o critério custo será:

- 1o) Gripen: 0,405
- 2o) Super Hornet: 0,321
- 3o) Rafale: 0,272

Observa-se que os autovetores do critério alcance do Gripen é relativamente maior que os autovetores das duas outras aeronaves. No entanto os autovetores do Super Hornet e do Rafale são relativamente próximos, o que é bastante razoável, já que o alcance das duas aeronaves são bem próximos.

Tabela 4 - matriz de comparação segundo a velocidade máxima

Matriz de comparação das alternativas segundo a velocidade máxima				Autovetores
	Rafale	Gripen	Super Hornet	
Rafale	1	0,94	0,93	0,318168
Gripen	1,063	1	0,985221675	0,338323
Super Hornet	1,08	1,015	1	0,343509

Os autovetores indicam que a ordem de prioridade segundo o critério custo será:

- 1o) Super Hornet: 0,343
- 2o) Gripen: 0,338
- 3o) Rafale: 0,318

Observa-se que embora o caça Super Hornet apresenta o maior autovetor, as três aeronaves possuem autovetores bem próximos, porque possuem praticamente a mesma velocidade máxima.

Tabela 5 - matriz de comparação segundo a transferência de tecnologia

Matriz de comparação das alternativas segundo a transferência de tecnologia				<u>Autovetores</u>
	<u>Rafale</u>	<u>Gripen</u>	<u>Super Hornet</u>	
<u>Rafale</u>	1	0,80	6700000	0,443802
<u>Gripen</u>	1,253	1	8400000	0,556192
<u>Super Hornet</u>	0	0	1	0

Fonte: Dados da pesquisa

Os autovetores indicam que a ordem de prioridade segundo o critério transferência de tecnologia será:

1o) Gripen: 0,556

2o) Rafale: 0,443

3o) Super Hornet: 0

Observa-se que o autovetor do Super Hornet é zero porque o Governo Norte Americano não cederá qualquer tipo de tecnologia da referida aeronave.

ANÁLISE PRÉVIA DAS MATRIZES DE COMPARAÇÃO

Nas quatro matrizes de comparação, percebe-se a dominância do caça Gripen em relação às demais aeronaves, com exceção do critério velocidade máxima, em que o Gripen é preterido por pouco pelo Super Hornet. Assim sendo, espera-se que feitas as ponderações, independentemente dos pesos adotados, o caça Gripen sempre dominará os demais.

Utilizando a Escala Fundamental de Saaty e por meio dos subsídios já mencionados, foram atribuídos os seguintes pesos de um critério em relação a outro (dois a dois):

Tabela 6 – Matriz de ponderações

	custo (milhões)	Transferência de tecnologia	alcance (km)	velocidade máxima (km/h)
custo (US\$/milhões)	1	2,00	5	5
trans. Tecnologia	0,5	1	5	5
alcance (km)	0,2	0,2	1	2
vel. máx. (km/h)	0,2	0,2	0,5	1

Fonte: Dados da pesquisa

Após levadas em consideração as três alternativas, com seus atributos e respectivos pesos, obteve-se a seguinte matriz de dados agregados:

Tabela 7 – Matriz de valores agregados

	Custo	Alcance	Vel. Máxima	Transf. Tecnologia	Autovetores
Rafale	0,080779	0,11161951	0,31816737	0,443849703	0,142461425
Gripen	0,6735485	0,588141123	0,33832548	0,55614368	0,606853683
Super Hornet	0,2456726	0,300239367	0,34350716	6,61747E-06	0,250684893

Fonte: Dados da pesquisa

Gerando o seguinte ranking:

1o Colocado	Gripen	61%
2o Colocado	Super Hornet	25%
3o Colocado	Rafale	14%

Percebe-se que mesmo a transferência de tecnologia tendo um grande peso em detrimento aos demais critérios (exceto o custo), o Rafale, que transferirá 67% de tecnologia, devido ao seu elevado custo (quase o dobro das outras duas aeronaves) é preterido até pelo Super Hornet, que não transferirá tecnologia alguma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos acima apontam que o caça Gripen é a melhor opção de compra em quase todos os critérios, com exceção da velocidade. Todavia, há de se destacar que foi feita uma análise modesta do problema, uma vez que o mesmo apresenta vários outros aspectos técnicos, operacionais e políticos que fogem do escopo deste trabalho, cujo objetivo é mostrar uma aplicação prática dos métodos AHP.

Além do Excel, poderia ter sido utilizado o software Criterium Decision Plus (CDP), que apresentaria os mesmos resultados do Excel, com pequenas variações. A vantagem do CDP é que ele apresenta uma interface mais amigável e auto-explicativa, além de apresentar automaticamente uma análise gráfica.

O problema em si, da escolha de uma das três aeronaves, parece relativamente simples, pois a solução obviamente seria a aeronave com melhor performance operacional (velocidade e alcance), menor custo e com a maior porcentagem de transferência de tecnologia. Mas ao longo deste artigo pôde-se observar que a solução não é tão simples e imediata quanto parece, devido às inúmeras variáveis não quantificáveis envolvidas no processo decisório. E mesmo levando-se em consideração os aspectos puramente técnicos, também não é uma escolha fácil. Prova disso é que a FAB concluiu no ano de 2010 um estudo que iniciou em 1998.

E mesmo que a Presidente da República opte pela pior alternativa no entendimento da FAB, como o Rafale; e indo de encontro aos resultados obtidos neste trabalho, não se pode afirmar que esta será a pior decisão, uma vez que estrategicamente, nem a FAB, nem a Sociedade Brasileira, nem a Academia, têm a visão sistêmica que a Presidente tem por meio dos seus respectivos assessores do 1º e 2º escalões (sejam eles técnicos ou políticos).

Pode ser, por exemplo, que um estreitamento de laços políticos e econômicos com o Governo Francês traga uma contrapartida política e/ou econômica muito maior do que o montante gasto com as aeronaves, já que a França é uma das maiores economias da Europa. Ademais, recentemente o Governo Brasileiro, por intermédio da Marinha do Brasil, firmou um convênio de transferência de tecnologia com o Governo Francês, de alguns bilhões de dólares, para que seja construído integralmente em território brasileiro o submarino de propulsão nuclear, que entrará em operação até o ano de 2020.

Todavia o assunto ainda é controverso e a discussão está longe de acabar. Recentemente o governo norte-americano já se mostrou favorável à transferência de tecnologia do Super Hornet. Além disso, aceitou renegociar o valor unitário de cada aeronave, que já não estava muito acima do Gripen. Também pesa ao seu favor o fato de já ter sido testado exaustivamente, inclusive em combate real em inúmeras guerras modernas (pontuais). Quando se fala em Defesa Nacional, o fator confiabilidade do meio tem uma importância preponderante. Soma-se a tudo isso a predisposição política da Presidente da República Dilma Rousseff em negociar com os EUA, variável esta que não é quantificável.

Tudo isso faz com que se reinicie todo o processo de modelagem e se analise novamente os resultados obtidos, onde provavelmente o Super Hornet terá uma posição de destaque.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERLINI, C.G., SALOMON, V.P. & GONZÁLEZ, I.S. (2008) A Systemic Rebuttal to the Criticism of Using the Eigenvector for Priority Assessment in the Analytic Hierarchy Process for Decision Making *Computación y Sistemas* Vol. 12 No. 2, 2008, pp 192-207.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

COSTA, H. G. Auxílio multicritério à decisão: método AHP. R. Janeiro: ABEPRO, 2006.

DIAS, L. M. C.; ALMEIDA, L. M. A. T. de; CLÍMACO, J. C. N. Apoio multicritério à decisão: métodos e software dedicados à avaliação de um conjunto discreto de alternativas. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 1998.

MARINS, F. A. S. et al. Métodos de tomada de decisão com múltiplos critérios: aplicações na indústria aeroespacial. S. Paulo: Blucher, 2010.

MUNDA, G. Social Multi-Criteria Evaluation for a Sustainable Economy. Springer-Verlag Berlin Heidelberg -2008. ISBN-13: 978-3-540-73702-5

SAATY, T. L. The Analytic Hierarchy Process. N. York, USA: McGraw-Hill, 1980.

SAATY, T. L. Theory and applications of the Analytic Network Process: Decision making with benefits, opportunities, costs, and risks. Pittsburgh, USA: RWS, 2005.

Sítios da Internet consultados:

<http://www.dassault-aviation.com>. Acessado em 07/dezembro/2013.

<http://www.fab.mil.br>. Acessado em 09/dezembro/2013.

<http://pt.wikipedia.org>. Acessado em 12/dezembro/2011.

<http://www.boeing.com/defense-space/military/fa18ef/index.htm>. Acessado em 13/março/2014

<http://www.saabgroup.com/en/Air/Gripen-Fighter-System/>. Acessado em 10/fevereiro/2014

Julio Cesar Gomes Ferreira Junior
Administração nas Faculdades São José

Manoel Gonçalves Rodrigues
Professor nas Faculdades São José

RESUMO

A energia eólica no Brasil passou por um período de lento crescimento, porém os projetos contratados nos últimos três anos deverão quintuplicar a capacidade instalada. É a tecnologia limpa que mais tem crescido desde a primeira década do século XXI, trazendo benefícios ambientais e sociais para diversos países. A indústria eólica está passando por uma fase crucial de consolidação, apresentando estágio ainda imaturo, a existência de onze fabricantes, cada um com capacidade média de produção de 500 MW por ano de equipamentos, não necessariamente determina uma oferta de 5.000 MW de máquinas. Energia eólica é uma fonte nova no planejamento de ampliação do sistema elétrico brasileiro, apesar do grande potencial de exploração, e um sistema hidro eólico no Brasil pode oferecer energia ambientalmente sustentável e suficiente para suprir a previsão de demanda nas próximas décadas.

Palavras-Chave: Políticas públicas, inovação tecnológica, energia eólica.

ABSTRACT

Wind power in Brazil has experienced a period of slow growth, but the projects contracted in the last three years will quintuple the installed capacity. It is a clean technology that has grown the most since the first decade of this century, bringing environmental and social benefits to several countries. The wind industry is going through a crucial phase of consolidation, with immature stage, the existence of eleven manufacturers, each with an average capacity of 500 MW per year of equipment, does not necessarily determine a supply of 5,000 MW machines. Wind energy is a new source in planning expansion of the Brazilian electrical system, despite the great potential for exploitation, and a wind hydro system in Brazil can offer environmentally sustainable and sufficient energy to meet the demand forecast in the coming decades.

Keywords: Public policies, technological innovation, wind energy.

INTRODUÇÃO

A energia eólica é produzida a partir da força dos ventos - é abundante, renovável, limpa e disponível em muitos lugares. Essa energia é gerada por meio de um gerador, nas quais a força do vento é captada por hélices ligadas a uma turbina que aciona um gerador elétrico. A quantidade de energia transferida é função da densidade do ar, da área coberta pela rotação das pás (hélices) e da velocidade do vento.

No atual contexto, é necessário elaborar novas formas de aproveitamento da energia renováveis. As instalações de parques eólicos em áreas rurais e litorâneas com baixo desenvolvimento econômico são importantes fontes de receitas para os municípios, os quais obtêm as licenças de construção, imposto sobre as empresas e os rendimentos auferidos quando as turbinas eólicas são instaladas em áreas de propriedade da cidade. Os habitantes desses territórios, além de alugar suas terras para as empresas para esse fim, encontrar um emprego durante o período da construção, que, dado o tamanho da maioria deles, geralmente se estendem ao longo de vários meses, uma vez construído são gerados postos de trabalho para manutenção.

O desenvolvimento da energia eólica no Brasil só irá aumentar devido a vários pontos: a existência de um potencial eólico significativo, a simplicidade na sua aplicação, uma vez que é de sistemas modulares com o mesmo equipamento e pequenas obras de construção civil associada, as possibilidades de aprimoramento técnico, o aumento da capacidade da unidade e redução significativa dos custos, pelo seu baixo impacto ambiental em comparação com outras tecnologias de produção de eletricidade, e especialmente a tanto apoio político importante do estado à maioria dos Municípios.

Devido ao encarecimento do uso do petróleo e à queda da produção das hidroelétricas no período de estiagem, é essencial e importante como uma política energética que prima pela diversificação da matriz energética, propor a diversificação das fontes de energia, tendo a eólica essência papel nesse contexto de mudanças.

AUMENTO DE ENERGIA ALTERNATIVA NA MATRIZ ENERGÉTICA

A adoção de energias alternativas na matriz energética tem sido amplamente buscada desde a década de 1970, quando as crises do petróleo levaram diversos países a procurar a segurança no fornecimento de energia e a redução da dependência da importação de combustíveis. Recentemente, as preocupações ambientais tornaram-se o maior motor para a busca de alternativas mais limpas de produção de energia. Entre essas alternativas, a energia eólica é uma que despertou significativa atenção durante as últimas décadas. A preocupação com as mudanças climáticas e os esforços para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a partir da assinatura do Protocolo de Quioto, em 1997, levaram à busca por alternativas que pudessem suprir as necessidades econômicas e, ao mesmo tempo, gerar menos impactos ambientais (MARÍN, 2012, p.115-136).

Entre as medidas, uma das mais populares foi o investimento crescente em fontes renováveis de energia, como a energia eólica. Segundo o Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas (IPCC), essa fonte de energia oferece um grande potencial para a redução das emissões de GEE. Globalmente, apesar de distribuído de maneira não uniforme entre os países, o potencial técnico da energia eólica é maior que a produção mundial de eletricidade. Considerando barreiras políticas, econômicas e tecnológicas, estima-se que ela poderia suprir até 20% da demanda mundial de energia elétrica até 2050 (SIMAS, 2013).

A geração de energia elétrica em grande escala, alimentando de forma suplementar o sistema elétrico através do uso de turbinas eólicas de grande porte, evoluiu muito nas últimas décadas. Pode-se dizer que a moderna tecnologia das turbinas eólicas surgiu na Alemanha na década de 1950, já com pás fabricadas com materiais compostos, controle de passo e torres na forma tubular e esbelta (VILLALOBOS, 2009, p. 33-38).

A partir de experiências de estímulo ao mercado, realizadas na Califórnia na década de 1980 e na Dinamarca e Alemanha na década de 1990, o aproveitamento da energia eólica como alternativa de geração de energia elétrica atingiu escala de contribuição mais significativa ao sistema elétrico, em termos de geração, eficiência e competitividade. O enorme desenvolvimento tecnológico passou a ser capitaneado pela nascente indústria do setor, em regime de competição, e estimulada por mecanismos institucionais de incentivo. Devido a este avanço tecnológico e ao crescimento da produção em escala, foi possível desenvolver novas técnicas de construção dos aéro geradores, permitindo aumentar a capacidade unitária das turbinas, obtendo assim reduções graduais e significativas nos custos do quilowatt instalado e, conseqüentemente, uma substancial redução no custo da geração da energia elétrica (SIMAS, 2013).

Os altos custos iniciais e o estágio de desenvolvimento dessa tecnologia em relação às tecnologias tradicionais disponíveis no mercado, no entanto, conferiam à energia eólica uma característica de baixa competitividade. As barreiras técnicas e econômicas levaram à necessidade de incentivos econômicos e regulatórios, o que levou à adoção de políticas de apoio às energias renováveis em diversos países. Em 2005, apenas 55 países adotavam algum tipo de incentivo às fontes renováveis, enquanto no início de 2011 tais políticas estavam presentes em 118 países (VILLALOBOS, 2009, p. 33-38).

A adoção de incentivos para a energia eólica levou ao aumento da sua participação em diversos países, e ocorreu um alto crescimento a partir de 1996, que se fortaleceu a partir de 2004. Em 2011, a capacidade eólica em operação no mundo chegou a 238 GW (GWEC, 2012). Contudo, a crise financeira de 2008 diminuiu o mercado de energia eólica na Europa e nos Estados Unidos, principais mercados para essa tecnologia. Tal fato fez que grandes empresas diversificassem a sua atuação, voltando seus investimentos para mercados emergentes, como o Brasil (MELLO, 2013).

Enquanto o Brasil está em uma situação cômoda, pelo uso de 80% de sua geração de eletricidade por meios hídricos que são renováveis, é preocupante a diminuição da disponibilidade de locais para grandes obras hidroelétricas. Como resultado, temos distâncias cada vez maiores até os centros de consumo, degradação do meio ambiente por inundações e linhas de transmissão, e custos cada vez maiores para a sociedade. (SIMAS, 2013).

Entretanto, as políticas energéticas dos países que possuem incentivos para fontes de energias renováveis têm como principais objetivos: aumentar a competitividade da economia e melhorar a eficiência energética, a integração dos objetivos ambientais e de segurança de abastecimento. A crescente preocupação social para a proteção do meio ambiente leva à regulamentação dos numerosos aspectos que visam reduzir o impacto das atividades de energia eólica (MARÍN, 2012, p.115-136).

Nos últimos anos, o setor de energia eólica no Brasil experimentou um rápido aumento no número de projetos contratados, e a capacidade instalada de energia eólica deve aumentar em mais de 450% em apenas cinco anos. A indústria de aéro gerador também vem experimentando rápido aumento, e é esperado que a capacidade de produção aumentasse significativamente entre 2012 a 2020 (MARÍN, 2012, p.115-136).

Diante desse panorama, é essencial que se avalie o impacto que o rápido crescimento do setor eólico terá sobre a economia brasileira, especialmente em relação ao seu potencial de geração de empregos, de modo a oferecer uma base para subsidiar a formulação e gestão de políticas energéticas e industriais para o setor eólico e avaliar a sua possível contribuição para o desenvolvimento sustentável da matriz energética brasileira e diversificá-la.

O desenvolvimento da energia eólica no Brasil poderá aumentar devido à existência de um potencial eólico significativo e à simplicidade na sua aplicação. Consiste em sistemas modulares com o mesmo equipamento e pequenas obras de construção civil associado. Outras vantagens são: as possibilidades de aprimoramento técnico, o aumento da capacidade da unidade e redução significativa dos custos, o baixo impacto ambiental em comparação com outras tecnologias de produção de eletricidade e especialmente o apoio político importante do estado à maioria dos Municípios com potencial eólico (MIRANDA, 2005).

EVOLUÇÃO DA ENERGIA EÓLICA NO BRASIL

A energia eólica no Brasil teve seu primeiro indício em 1992 com o início da operação comercial do primeiro aerogerador instalado no Brasil, que foi resultado de uma parceria entre o Centro Brasileiro de Energia Eólica (CBEE) e a Companhia Energética de Pernambuco (CELPE), através de financiamento do instituto de pesquisas dinamarquês Folkecenter. Essa turbina eólica, de 225 KW, foi a primeira a entrar em operação comercial na América do Sul, em 1992, localizada no arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco).

Durante os dez anos seguintes, porém, pouco se avançou na consolidação da energia eólica como alternativa de geração de energia elétrica no país, em parte pela falta de políticas, mas principalmente pelo alto custo da tecnologia. Durante a crise energética de 2001 houve a tentativa de incentivar a contratação de empreendimentos de geração de energia eólica no país. Criou-se então, o Programa Emergencial de Energia Eólica – PROEÓLICA.

Esse programa tinha como objetivo a contratação de 1.050 MW de projetos de energia eólica até dezembro de 2003. Já se falava, então, da complementaridade sazonal do regime de ventos com os fluxos hidrológicos nos reservatórios hidrelétricos. Esse Programa, no entanto, não obteve resultados, e foi substituído pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Além de incentivar o desenvolvimento das fontes renováveis na matriz energética, o PROINFA abriu caminho para a fixação da indústria de componentes e turbinas eólicas no país. Além do PROINFA e dos leilões, a fonte eólica também comercializa sua energia, em uma escala menor, no Mercado Livre onde as condições contratuais são livremente negociadas entre as contrapartes.

Como resultado do PROINFA, dos leilões realizados e do mercado livre, ao final de 2013, o Brasil possui 108 parques eólicos que totalizam 2,5 GW de capacidade instalada. As perspectivas para o final de 2017 indicam 8,7 GW de eólica em operação na matriz elétrica brasileira.

O uso da energia eólica no Brasil

A avaliação técnica do potencial eólico exige um conhecimento detalhado do comportamento dos ventos. Os dados relativos a esse comportamento, os quais auxiliam na determinação do potencial eólico de uma região, são relativos à intensidade da velocidade e à direção do vento. Para obter esses dados, é necessário também analisar os fatores que influenciam o regime dos ventos na localidade do empreendimento. Entre eles pode-se citar o relevo, a rugosidade do solo e outros obstáculos distribuídos ao longo da região.

Para que a energia eólica seja considerada tecnicamente aproveitável, é necessário que sua densidade seja maior ou igual a 500 W/m², a uma altura de 50 metros, o que requer uma velocidade mínima do vento de 7 a 8 m/s (GRUBB; MEYER, 1993). Segundo a Organização Mundial de Meteorologia, o vento apresenta velocidade média igual ou superior a 7 m/s, a uma altura de 50 m, em apenas 13% da superfície terrestre. Essa proporção varia muito entre regiões e continentes.

Quanto à aplicação desse tipo de energia no Brasil, pode-se dizer que as grandes centrais eólicas podem ser conectadas à rede elétrica uma vez que possuem um grande potencial para atender o Sistema Interligado Nacional (SIN). As pequenas centrais, por sua vez, são destinadas ao suprimento de eletricidade a comunidades ou sistemas isolados, contribuindo para o processo de universalização do atendimento de energia. Em relação ao local, a instalação pode ser feita em terra firme (on Shore) ou no mar (off-shore).

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Brasil possui 248 megawatts (MW) de capacidade instalada de energia eólica, derivados de dezesseis empreendimentos em operação. O Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, elaborado pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), mostra um potencial bruto de 143,5 GW, o que torna a energia eólica uma alternativa importante para a diversificação do “mix” de geração de eletricidade no País. O maior potencial foi identificado na região litoral do Nordeste e no Sul e Sudeste. O potencial de energia anual para o Nordeste é de cerca de 144,29 TWh/ano; para a região Sudeste, de 54,93 TWh/ano; e, para a região Sul, de 41,11 TWh/ano (figura 1). No Brasil encontram-se instaladas atualmente 205 usinas eólicas, suas capacidades instaladas de 5,1 GW e redução CO₂(T/ano) de 4.383.430.

No início do ano de 2014, a capacidade de geração de energia de fonte renováveis no Brasil correspondia a 32,2%.

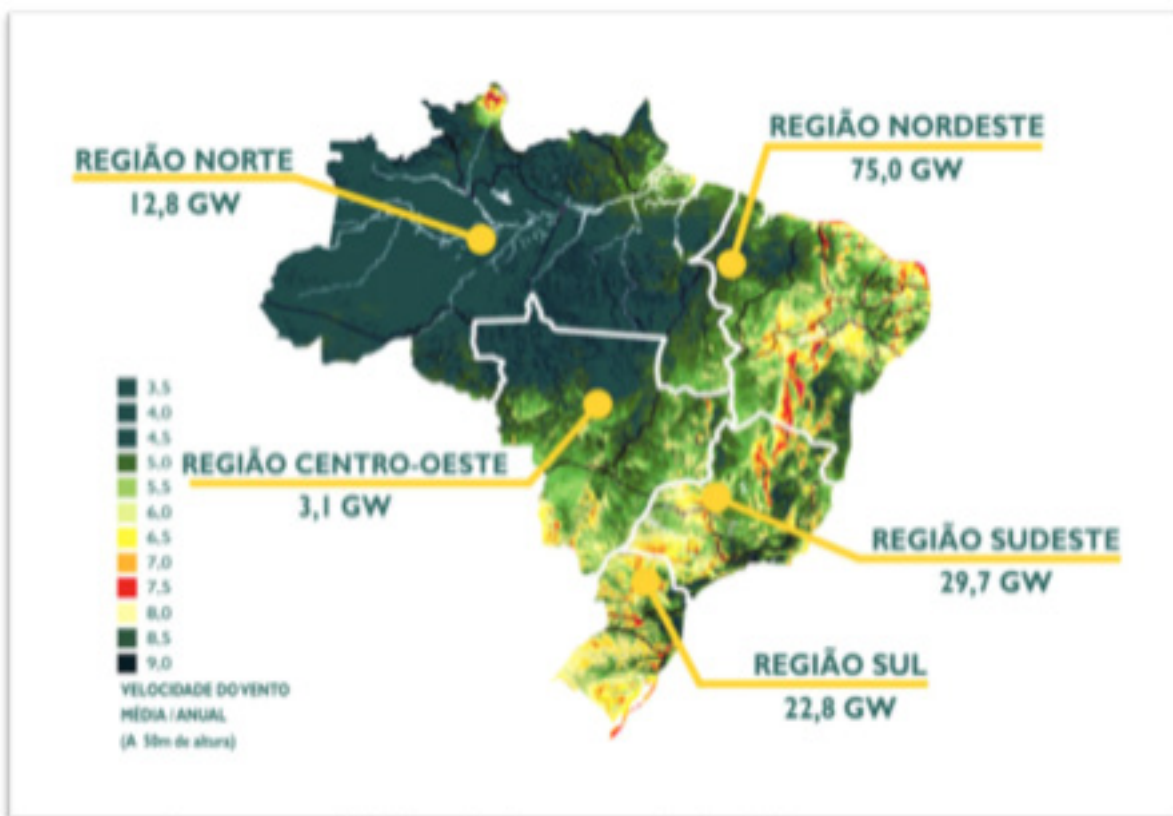


Figura 1: Potencial eólico estimado para as regiões brasileiras

Políticas de incentivo a energia eólica no Brasil

Entre 2001 e 2002 houve um período de racionamento energético, devido à redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidroelétricas nos quais em 2001 representavam 82,2% da capacidade instalada de geração de eletricidade no Brasil. Após o período de racionamento, buscou-se diversificar as fontes de energia, principalmente com termelétricas, com o fim de oferecer maior segurança no fornecimento de energia. A busca da diversidade da matriz energética trouxe a discussão da inserção da energia eólica para o âmbito do planejamento energético. Criou-se então, através da resolução nº 24 de 5 julho de 2001, o programa emergencial eólica-proélica.

Em abril de 2002, pela lei 10.438 de 26 de abril de 2002 e pelo decreto nº 5.025 de 30 de março de 2004, o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica foi instituído. Através dele foram obtidos resultados importantes para o incremento de novas fontes de energia elétrica na matriz energética do país, principalmente a eólica.

O programa surgiu para buscar a diversificação da matriz elétrica, aumentando a participação de três tecnologias de energia renovável: as usinas de biomassa, as pequenas centrais hidroelétricas e as usinas eólicas. Com a instalação de novas usinas, o Ministério de Minas e Energia visava ainda alcançar outros benefícios não energéticos, como o impulso da indústria nacional de equipamento, a geração de empregos e a redução de emissões de GEE, principalmente o CO₂.

O programa gerou resultados bastante significativos que permitiram a consolidação da energia eólica como alternativa energética no Brasil. O PROINFA abriu caminho para fixação da indústria de componentes e turbinas eólicas no país. A exigência do nível de nacionalização de 60% gerou atrasos num primeiro momento. Mas incentivou o surgimento de uma cadeia de fornecimento para aero geradores no país. No entanto, devido à presença de apenas um fabricante, o que não permitia o atendimento da demanda do programa e do índice de nacionalização, a exigência foi alterada para 60% de empreendimento, e isso possibilitou o surgimento de uma cadeia de fornecedores de componentes, como fundições, fábricas de torres e empregos diretos e indiretos.

O PROINFA foi o principal motor para impulsionar o desenvolvimento do mercado eólico no Brasil. Como a primeira política pública efetiva voltada ao setor, proporcionou um ambiente com poucos riscos para o investimento em uma tecnologia ainda pouco conhecida no país.

O projeto mostrou que a energia eólica é de tecnologia de fácil compreensão, e serviu como ganho de experiência para diversas atividades que envolvem o setor.

O grande gargalo do programa foi a falta de fabricante de aero geradores no mercado até meados de 2008, havia apenas uma fábrica em operação no Brasil, a Wobben Windpower, subsidiária da gigante alemã Enercon. Segundo Ferreira (2008), devido ao monopólio desta empresa, que foi quebrado no mesmo ano pela abertura de uma fábrica de Naceles da empresa argentina Impsa, em Suape (PE). Juntas, estas empresas dominaram a fabricação de aero geradora até a metade de 2001, quando foram inauguradas fábricas de aero geradores da francesa Alston e da Espanhola Games, ambas em Camaçari (BA), e o início da fabricação de aero geradora pela empresa brasileira WG, em parcerias com a espanhola M. Torres Olvega industrial (MTOI), Jaguará do Sul (SC). Em 2008, além de longas filas para entrega de equipamentos, os preços dos aero geradores não eram atraentes. Com a falta de sinalização para continuidade por aero geradores e componentes após o término da primeira fase do PROINFA, junto com o momento de grande expansão no mercado eólico na Europa e Estados Unidos, a indústria nacional de componentes eólicos não cresceu paralela a demanda.

Outra grande barreira que o PROINFA enfrentou foi a dificuldade em conseguir financiamento por parte de pequenos investidores, devido à burocracia e às exigências de garantias, que muitos empreendedores não podiam arcar.

ENTRADA DA ENERGIA EÓLICA NO MERCADO REGULADO DE ENERGIA ELÉTRICA

A partir de 2009, a energia eólica passou a ser contratada pelos mecanismos tradicionais de mercado elétricos brasileiros. Para entender a mudança que este fato implicou para o setor elétrico brasileiro, é necessária uma breve análise do sistema elétrico brasileiro.

Sistema elétrico brasileiro

O sistema elétrico brasileiro tem a característica de ser interconectado. O Sistema Integrado Nacional, é operado pelo Operador Nacional, o que permite que as variações sazonais do sistema hidroelétrico sejam compensadas regionalmente e nacionalmente, aumentando a eficiências na utilização dos reservatórios e das fontes complementares de energia elétrica, sejam elas renováveis ou não.

Nova fronteira da energia eólica

O ambiente de contratação livre (ACL), ou mercado livre, é aquele no qual os consumidores de energia podem realizar contratos bilaterais com os agentes geradores para comprar energia, sem a exigência de leilões reguladores pelo governo. No entanto, este mercado é restrito para consumidores livres e especiais.

Atualmente há usinas eólicas em operação cuja construção se deu exclusivamente por um contrato no mercado livre, e há 16 usinas em construção para este ambiente. No total, elas somam 346,2 MW, e deveriam estar todas em operação até o final de 2013. Com os baixos preços de mercado regulado para empreendimentos eólicos, o mercado livre torna-se uma alternativa para os investidores, por oferecer preços mais atrativos.

Perspectiva e barreiras para o crescimento da energia eólica

A energia eólica passou, nos últimos três anos, por um momento de grande volume de capacidade concentrada e grande redução de preços. A indústria considera 2011 como ano-chave para o desenvolvimento da energia eólica, devido não apenas à contratação e aos preços atingidos, mas também pela diversificação de empresas e pela evolução do debate sobre tecnologia. A maior consideração eólica no planejamento energético de médio prazo foi a sinalização de continuidade na contratação da energia eólica no planejamento do governo, o que elevou o potencial de sucesso desta tecnologia.

No entanto, muitas destas conquistas devem-se não apenas a fatores estruturais do mercado, como também a aspectos regulatórios, facilidades regulatórias e de financiamento e melhorias tecnológicas e de infraestrutura, apesar destes fatores terem contribuído para as recentes conquistas do setor. A conjuntura global, com a crise financeira de 2008-2009, contribuiu para os resultados obtidos nos últimos anos, pois a taxa de câmbio, com enfraquecimento do dólar, também contribuiu para a redução dos preços da energia eólica, ao favorecer a importação de insumos com preços mais baixos.

Assim, pode-se concluir que a energia eólica encontra-se hoje em uma janela de oportunidades, e a manutenção dos baixos preços e da competitividade do mercado brasileiro de energia eólica dependerá da consolidação da indústria e da velocidade de recuperação dos tradicionais mercados desta tecnologia. E a maior parte dos projetos eólicos contratados está na região nordeste. A tabela 1 mostrará a estimativa de parques em operação até o final de 2016, quando os projetos eólicos contratados nos leilões de 2009 a 2011 devem estar conectados à rede.

Tabela 1- Estimativa de parques eólicos em operação

Estado	Nº de parques	Potência (MW)	Participação
Rio Grande do Norte	95	2.726,1	33,5%
Ceará	69	1.817,7	22,4%
Bahia	57	1.567,0	19,3%
Rio Grande do Sul	54	1.403,8	17,3%
Santa Catarina	13	236,4	2,9%
Pernambuco	8	102,8	1,3%
Piauí	4	93,6	1,2%
Paraíba	13	66	0,8%
Maranhão	2	57,6	0,7%
Sergipe	1	30	0,4%
Rio de Janeiro	1	28,1	0,3%
TOTAL	317	8.129,1	100%

Fonte: (ANEEL, 2012)

Barreiras e dificuldades do setor eólico

A infraestrutura é considerada hoje o maior gargalo para a energia eólica no Brasil. A questão da infraestrutura e logística está relacionada ao transporte de aero gerador, vias terrestres e marítimas e transmissão da energia gerada nas usinas.

A questão do transporte de equipamento está relacionada a três aspectos:

O primeiro é a condição de tráfego nas rodovias brasileiras, principal meio de transporte de aero geradores e componentes utilizado atualmente no Brasil. A maior parte dos empreendimentos contratados até o momento concentra-se na região Nordeste, onde as condições das mesmas em muitos casos são precárias. Outro problema referente às rodovias é a disponibilidade para o tráfego de caminhões de grande comprimento, principalmente para os caminhões que transportam os materiais para a construção dos parques eólicos. De acordo com o Código Nacional de Trânsito, os caminhões podem trafegar em número limitado, decidido pela Polícia Rodoviária Federal, apenas durante o dia e com escolta desta polícia. Assim sendo, o transporte depende da disponibilidade de viaturas de escolta para cada trecho, e o número de caminhões permitidos para tráfego diminui em épocas de grande fluxo de automóveis.

O segundo aspecto envolve o transporte de equipamento e a disponibilidade de caminhões para este transporte, principalmente da pás, cerca de 40 metros (comprimento de cada pá), e o problema só aumentará, pois as pás serão de 50 metros.

O terceiro aspecto é a necessidade de melhorias de infraestrutura para cabotagem, como é chamado o transporte de cargas entre portos nacionais por meio de navios. Há falta de infraestrutura de armazenamento nos portos. O transporte marítimo de cargas entre os portos das regiões Sul, Nordeste e Sudeste tem o potencial de reduzir os custos de transporte de equipamentos em território nacional.

Barreiras foram encontradas pelos empreendedores para consolidar a energia eólica como alternativa viável para a produção da energia elétrica em longo prazo. Foram identificados alguns entraves, como infraestrutura e logística do país, capacitação de mão de obra, dificuldades de licenciamento ambiental, financiamento, insumos e equipamentos nacionais, aspectos regulatórios e inovação da indústria nacional.

EMPREGOS DA ENERGIA EÓLICA

O potencial para geração de empregos na energia eólica é relevante. De acordo como os dados do governo do Ministério de Minas e Energia (MME), o maior número de empregos, diretos e totais, refere-se à etapa de construção. Esta etapa também possui grande potencial para a contratação de mão de obra local, podendo ser uma fonte de desenvolvimento regional.

Em menor quantidade, os empregos em operação e manutenção são permanentes durante o tempo de vida da usina, geralmente 20 anos. Em municípios com grande volume de parques eólicos sendo instalada, tal atividade pode se constituir em uma boa oportunidade para geração de empregos de longa duração e de maior qualidade.

No entanto, o fato de serem empregos em energias renováveis não os torna automaticamente verdes. A definição de empregos verdes envolve não apenas a atuação em tecnologias que contribuam para uma economia de baixo carbono, mas também que mantenham melhores condições ambientais locais promovam postos de trabalho socialmente justos e dignos e fortaleçam a comunidade.

Alguns problemas que as empresas enfrentam na hora de recrutar trabalhadores são a qualificação do mesmo, pois os empregos gerados localmente são, em sua maioria, de serventes, auxiliares e ajudantes, gerando, portanto, poucas oportunidades de qualificação de mão de obra, e a geração de empregos são de caráter temporário. Parte dos trabalhadores é contratada e treinada pela empresa, sendo transportada para os diversos empreendimentos em construção.

O Brasil ainda figura como um dos países com maior quantidade de empregos verdes, devido à sua grande indústria de bicomcombustíveis. Além dos empregos diretos no local, há outros benefícios percebidos pelos moradores locais e pelos empreendedores. Mais visível é o benefício dos proprietários das terras onde está instalado o parque eólico. Os proprietários, em geral, não são desalojados de suas terras, ao contrário, assinam contratos de locação com os investidores em energia eólica. Os contratos começam a valer a partir da instalação de torres anemométricas no local, o que pode durar até três anos para a elaboração do projeto e certificação das medições e das estimativas de geração de energia. Durante esse período, os proprietários recebem uma renda mensal ou anual pelo arrendamento da terra, e podem continuar exercendo suas atividades econômicas.

Como os parques eólicos estão comumente localizados em áreas rurais, essas atividades geralmente são de agricultura e/ou pecuária. A obtenção dessa renda extra permite o investimento em melhorias na produção e infraestrutura da propriedade e maior facilidade para obtenção de créditos. Durante a construção, devido à movimentação de máquinas e às obras civis, boa parte da área ocupada pelo parque eólico inviabiliza a continuidade das atividades econômicas. Porém, após o período de construção, que dura geralmente até 18 meses, a maior parte das áreas pode ser novamente ocupada com as atividades dos proprietários. Foram verificados, nos parques eólicos em operação nas regiões Nordeste e Sul, atividades de pecuária, produção comercial de pneus, piscicultura, rizicultura e produção de cocos.

Durante a etapa de construção há ainda outros benefícios além da geração de empregos para a própria construção do parque. Devido ao aumento do volume de trabalhadores no local, a população vizinha ao parque é beneficiada de maneira direta pelo consumo de bens e serviços, especialmente alimentação e hospedagem.

Os benefícios são ainda maiores quando a usina está localizada em locais de baixo desenvolvimento econômico. Esse é o caso das usinas que estão sendo instaladas no interior do Rio Grande do Norte, nos municípios de Parazinho e João Câmara. Juntas, essas duas regiões concentrarão 45 parques eólicos, com capacidade instalada de 1,25 GW (ANELL, 2013). A construção de parques eólicos demanda grande quantidade de água, devido ao alto consumo de concreto.

Em regiões semiáridas, como é o caso do interior do Nordeste, os poços abertos para a construção podem ser deixados para consumo pela população local. É o caso do Parque Eólico Morro dos Ventos, em João Câmara, por exemplo, onde o poço aberto pela empresa e utilizado para a construção será deixado para utilização da comunidade local, a ser administrado pela prefeitura. As melhores práticas na construção de parques, como essa, são inovadoras do ponto de vista de relacionamento com a comunidade e estão ganhando cada vez mais espaço entre os empreendedores, tornando-se uma atividade com potencial para o desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A energia eólica tem experimentando um rápido crescimento no mundo. No Brasil, após uma política de incentivos e condições favoráveis do mercado, a tecnologia eólica vem ganhando cada vez mais espaço, tornando-se uma tecnologia de geração de energia mais competitiva. A previsão de aumento de quase cinco vezes em apenas seis anos demanda a discussão dos impactos socioeconômicos que serão gerados pela rápida inserção desta tecnologia na matriz elétrica brasileira.

Um outro ponto importante na viabilização da energia eólica é na questão dos preços do petróleo no mercado internacional considerando esse ser o energético diretor da matriz energética mundial. Desde o segundo semestre de 2014, os preços do petróleo tem apresentado trajetória descendente e chegando abaixo de U\$ 70 por barril no mercado dos Estados Unidos, principalmente pelo sucesso tecnológico de faturamento hidráulico da extração de petróleo e gás a partir das reservas de xisto. Esse fato em si pode representar o início de uma nova era do petróleo, na qual o papel de estabilizador dos preços de energia seja formulado pelo Ocidente, e como consequência abrindo espaço para um maior crescimento de energias limpas no consumo de energéticos no longo prazo.

A indústria eólica tem crescido rapidamente, em parte desde a crise financeira mundial de 2008. As grandes empresas, para não sofrerem tanto com a crise, migraram para os países emergentes, incluindo o Brasil, o qual obteve grandes investimentos e incentivos do governo para ampliar essa nova matriz energética.

Energia eólica é uma fonte nova no planejamento de ampliação do sistema elétrico brasileiro, apesar do grande potencial de exploração, e um sistema hidro eólico no Brasil pode oferecer energia ambientalmente sustentável e suficiente para suprir a previsão de demanda nas próximas décadas.

Os custos dessa tecnologia vêm caindo, em primeiro momento devido ao ganho na curva de aprendizagem e ao desenvolvimento da indústria de equipamentos no país, e mais recentemente, devido à crise financeira mundial. O grande volume de projetos contratados desde o início da década de 2000 com as políticas de incentivo, e principalmente no final da década com a entrada da energia eólica no mercado regulado de energia, colocou o Brasil entre os países com maior crescimento na implantação de novos parques eólicos e gerou otimismo entre os agentes públicos e privados do setor elétrico.

A energia eólica tem um grande potencial para a geração de empregos, podendo gerar mais de 195 mil empregos-ano até 2020. A maior contribuição, tanto em termos quantitativos como em contribuição para o desenvolvimento sustentável, é a dos empregos em construção e, em menor número, os empregos permanentes. Enquanto os primeiros são os mais numerosos, correspondendo a cerca de 50% de todos os empregos gerados pela tecnologia, os últimos geram postos de trabalhos permanentes, que estarão presentes durante toda a vida útil do projeto. Ambas as atividades têm alto potencial para a geração de empregos no nível local, gerando oportunidade de geração de renda, muitas vezes em localidades rurais com baixas oportunidades de crescimento econômico.

A geração de empregos não deve, no entanto, ser o único parâmetro a decidir a adoção de uma tecnologia. Além da geração de empregos, a eólica pode trazer ainda outros benefícios sociais, podendo aumentar a renda total das comunidades atingidas pelos parques e oferecer oportunidades de empregos temporários.

A maneira como os empreendedores e os proprietários de terra se relacionam é inovadora, diferentemente do que ocorre com outras fontes de energia. Em parques eólicos, que ocupam menos de 10% da área total da propriedade, podem coexistir diversas atividades econômicas, geralmente agricultura e pecuária. Os proprietários das terras não são desalojados, pelo contrário, as terras são arrendadas por uma quantia paga mensal ou anualmente, que pode ser utilizada para reinvestimento na propriedade, constituindo diversificação da renda do proprietário e um meio de melhorar a produtividade das atividades econômicas em áreas rurais.

Assim, o rápido crescimento da energia eólica no Brasil pode trazer diversos benefícios regionais e contribuir para o desenvolvimento sustentável no Brasil, incluindo como um indutor de crescimento regional, especialmente em locais com baixo desenvolvimento econômico, como é o caso do interior da Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, locais com grande volume de projetos contratados que serão construídos nos próximos anos.

A instalação de parques eólicos, combinada com políticas eficientes de gestão de recursos e de desenvolvimento regional, poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento de comunidades rurais, especialmente no litoral e no interior do Nordeste.

REFERÊNCIAS

CEPEL. Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, 2001. Disponível em: <[http://www.cresesb. cepel.br/publicações/index.php?task=livro&cid=1](http://www.cresesb.cepel.br/publicações/index.php?task=livro&cid=1)>. Acesso em: 01 out. 2014.

CARVALHO, J. F. de. O espaço da energia nuclear no Brasil. Estudos Avançados, v.26, n.74, p.293-308, 2012.

FERREIRA, H. T. Energia Eólica: Barreira para sua participação no setor elétrico brasileiro. São Paulo: Universidade de São Paulo 2008.

SIMAS M., Pacca S. Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. Estud. av. 27 (77), 2013.

VILLALOBOS J, FELIPE A. Fundaciones para turbinas eólicas costa afuera. Rev. Ing. Constr. 2009;24(1):33-8.

VINHAES, E. A. S. Estrutura de governança e comportamento estratégico em sistemas elétricos reestruturados: uma análise do poder de mercado na indústria de energia elétrica brasileira. 2003. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia e Produção de Serviços, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

Sofia Vidaurre Mendes

Aluna de graduação

Laura Dantas Troncoso y Troncoso

Aluna de graduação

Bernadete Soares do Nascimento

Mestre em Farmacologia Molecular pela UFRJ, Bióloga pela UGF, Rio de Janeiro.

Mônica Mühlbauer

Doutora em Fisiologia pela UFRJ, Mestre em Fisiologia pela UFPE, Farmacêutica pela UFRGS.

Docente das Faculdades São José.

RESUMO

Os estudantes de Medicina têm uma alta demanda de tarefas e uma intensa grade curricular de estudos, o que acarreta, muitas vezes, ao uso de drogas estimulantes no dia a dia.

O objetivo do trabalho foi verificar a frequência do consumo de tais drogas, identificando as substâncias mais procuradas, os principais motivos do seu uso e os efeitos colaterais mais frequentes, que em alguns casos podem levar à dependência.

Foi utilizado um questionário com questões objetivas relativas em uma amostra constituída por cerca de 50 estudantes do curso de Medicina de uma instituição de ensino particular do estado do Rio de Janeiro. Foi constatado que dos 50 entrevistados, cinco fazem uso regular de medicamentos estimulantes, o que corresponde a um total de 10%.

Todos os indivíduos que fazem uso de estimulantes dedicam duas a quatro horas do seu dia para os estudos, além da carga horária na faculdade. A relação entre o ano no curso de Medicina e o uso de medicamentos estimulantes mostrou um resultado interessante, na medida em que o aluno avança na faculdade, maior é a tendência de uso desses medicamentos.

A partir dos dados coletados sobre o sexo dos participantes da pesquisa, pode-se perceber que o uso entre homens e mulheres é bem semelhante. Além desse aspecto, a idade dos participantes também foi analisada e observou-se que todos os usuários de estimulantes tinham idade entre 17 e 25 anos.

A rotina da faculdade de medicina é um fator de risco para o sedentarismo, uma vez que 94,44% dos indivíduos sedentários da pesquisa realizavam exercício físico de forma regular antes de entrarem no curso.

A partir da análise dos resultados observaram-se efeitos colaterais relacionados apenas com o aumento da sudorese e modificação do sono.

Por se tratarem de alunos da área de saúde, esperava-se que o consumo de drogas estimulantes fosse menor e mais seguro, considerando que tais estudantes conhecem os riscos provocados por essas substâncias. Entretanto, pelo fato de serem alunos de medicina, se sentem habilitados e já profissionais preparados da área da saúde.

Palavras-Chave: ABUSO DE DROGAS, DROGAS ESTIMULANTES E ESTUDANTES DE MEDICINA

ABSTRACT

Medical students have an extensive curriculum. The demanding routine leads to the abuse of stimulant drugs

The objective of this paper was to investigate such drugs frequency of consumption, identifying the most sought after substances, the main reasons for the use and the most frequent side effects that cause tolerance and chemical dependence.

Therefore anonymous related objective questionnaires were used in a sample of about 50 medical students of a private medical school education institution in the state of Rio de Janeiro and the research was carried in 2014.

The research found out that 10% of those surveyed medical students make regular use of stimulant medications.

All surveyed who use stimulants spend two to four hours a day for studies, in addition to the college demand. The relationship between the medical school's regular year and the use of stimulant medications showed an interesting result: as the student advances in college, the tendency of using drugs becomes higher.

From the data collected it can be noticed that the use of stimulant drugs between men and women is very similar. Furthermore, the age of the participants was also analyzed and it was found that all users were aged between 17 and 25 years.

The medical school's routine is a risk factor for sedentarism, once 94.44% of individuals identified in this condition in this research, exercised regularly before starting the course.

From the analysis of results the research only observed side effects associated only with increased sweating and alterations in the sleep.

Since they are students in the health area, it was expected that consumption was lower and safer considering that students know the risks caused by stimulant drugs. However, the fact that they are medical students makes them feel with control of the situation and prepared as experts of the health area.

Keywords: drug abuse, stimulant drugs, medical students

INTRODUÇÃO

A entrada dos jovens em uma universidade é um momento de muita alegria, entretanto, pela mudança de ambiente e costumes, pode se tornar um período crítico, de maior vulnerabilidade para o início do uso de substâncias estimulantes do sistema nervoso central (Peuker et al., 2006).

O uso dessas substâncias como o álcool, o tabaco, drogas ilícitas, substâncias psicoativas, assim como inibidores de apetite tem sido muito observada nos jovens que ingressam nas universidades. Nessa última década, houve um crescimento intenso na proporção do nível de uso de derivados anfetamínicos e ecstasy, sendo essas, as drogas mais utilizadas entre a classe de estudantes, com exceção da maconha (Pope et al., 2001).

Nas faculdades de Medicina, essa realidade não é diferente. Apesar do conhecimento sobre os efeitos colaterais das drogas, esse grupo consome proporções semelhantes a outros jovens de mesma idade que não tem esse tipo de conhecimento (Lemos M. et al., 2014). Segundo Tockus e colaboradores (2008), a droga mais utilizada é o álcool, mas ainda se relata o uso de tabaco, Cannabis sativa, estimulantes, cocaína, inalantes, sedativos, alucinógenos e opióides.

De acordo com Lemos e colaboradores (2014), a exposição a alguns fatores de risco podem contribuir para estimular o abuso do uso das drogas psicoativas entre estudantes de medicina e futuros médicos. Dentre esses fatores podemos citar: vida estressante, grande carga horária das universidades, necessidade de estudar constantemente, cobrança imposta pelos próprios alunos e pela sociedade, preocupação com o rendimento acadêmico, entre outros.

O estilo de vida adotado por estudantes de medicina culmina com a necessidade de ficarem mais tempo acordados e ativos para suprir a demanda de estudo. É nesse momento que encontramos um grande uso de drogas estimulantes no grupo. Entretanto, esse padrão irregular do sono pode gerar consequências negativas importantes. A explicação para isso está relacionada com o fato do sono ser uma função biológica fundamental na consolidação da memória, na restauração do metabolismo energético cerebral e na conservação e restauração da energia (Cardoso H. et al., 2009). Devido a essas importantes funções, as perturbações do sono podem acarretar alterações significativas no funcionamento não só cognitivo, mas também social e físico, prejudicando a qualidade de vida.

Outra questão relevante é o fato do uso das substâncias estimulantes para afastar o sono poderem levar à dependência química. Essa pode causar efeitos negativos para os estudantes, como modificação do raciocínio, humor e comportamento, diminuição da percepção e estresse (Silva et al., 2006; Tockus D. et al., 2008). Esses efeitos colaterais, somados aos citados anteriormente (causados pela falta do sono), provocam uma diminuição do desempenho acadêmico e podem gerar situações mais drásticas como transtornos psiquiátricos diversos (Cardoso H. et al., 2009).

Além desse aspecto, o excesso de atividades acadêmicas na faculdade interfere negativamente no perfil de saúde e qualidade de vida dos estudantes no que diz respeito a comportamento alimentar e prática regular de exercícios físicos. Estes aspectos contribuem para um ganho de peso e aumento na prevalência de sobrepeso e obesidade (Mota M. et al., 2012). As taxas de sobrepeso e obesidade de uma forma geral estão, em um grau alarmante na população mundial, em todas as faixas etárias. No Brasil essas taxas crescem a cada ano e os estudantes de medicina estão incluídos neste contexto (Ferreira V. et al. 2006).

A prevalência de sobrepeso e obesidade são o foco de uma investigação em um contexto mundial devido a grande incidência durante a formação e profissão médica, que implicam na saúde e qualidade de vida de profissionais. Todavia esses são conscientes dos riscos, mas de alguma forma não conseguem encontrar um equilíbrio para evitar prováveis doenças metabólicas e coronarianas provocadas pela obesidade e sedentarismo.

O estado de obesidade entre jovens está relacionado com uma depressão do humor (Stunkard et al., 2003). Dessa forma, tal grupo utiliza o máximo de estratégias possíveis para emagrecer, como dietas, exercício físico e outros, culminado com o aumento da autoestima. Uma vez que os estudantes de medicina apresentam dificuldades na prática regular de exercício físico, é observado, com frequência, o uso de drogas estimulantes para emagrecer.

Segundo Bakke e colaboradores (2007), a busca por estimulantes pelos estudantes de medicina tem relevância clínica importante e geram um grande impacto na sociedade. O uso dessas substâncias conduz precocemente os jovens aos altos índices de morbidade e mortalidade em países desenvolvidos ou não (Chavez K. et al, 2005). Dessa forma, é necessário a implantação de trabalhos de intervenção e um aumento da conscientização da população sobre os possíveis efeitos gerados.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho constitui uma pesquisa de campo sobre o uso de drogas estimulantes e substâncias psicoativas através de questionários estruturados, no qual foi avaliado a frequência de consumo e o comportamento observado após o uso da droga, verificando possíveis efeitos colaterais, assim como as principais razões apontadas para o seu uso (ANEXO 1).

A população alvo foi composta por cerca de 50 estudantes do primeiro, segundo e terceiro anos de uma Faculdade de Medicina da zona norte do Rio de Janeiro.

O estudante que respondeu a pesquisa recebeu um termo de consentimento livre e esclarecido contendo todas as informações necessárias sobre a pesquisa, bem como sobre o anonimato e o caráter confidencial das informações fornecidas (ANEXO 2).

Os dados coletados foram tabulados em planilhas de programa de computador Excel (Microsoft) e analisados estatisticamente.

O presente trabalho foi aprovado sob o número de CAAE 33350014.5.0000.5239, do Sistema Nacional de Ética em Pesquisa (SISNEP).

RESULTADOS

Entre os 50 indivíduos estudados, cinco faziam uso de algum tipo de droga estimulante (Gráfico 1). Dentre esses 50, 43 eram brancos e sete eram pardos e 31 eram do sexo feminino e 19 eram do sexo masculino. Comparando o sexo do indivíduo com o uso de drogas estimulantes, dos cinco usuários dois eram homens e três eram mulheres (Gráfico 2). Ainda se tratando dos cinco indivíduos em questão, todos apresentavam idade entre 17 e 25 anos.



Gráfico 1: Representação gráfica do número de indivíduos que utilizam medicamentos estimulantes e os que não utilizam

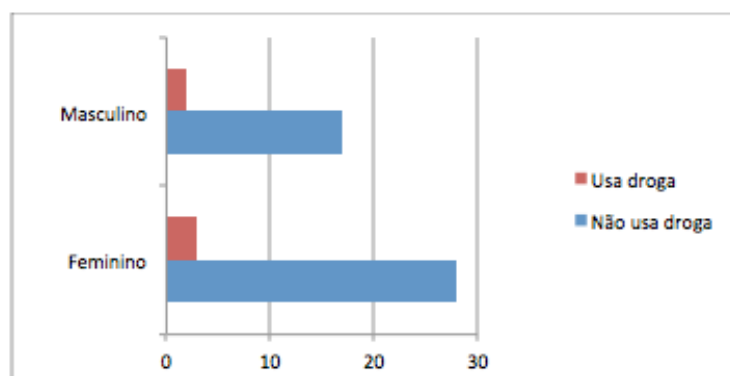


Gráfico 2: Representação gráfica da relação entre o sexo e o uso de medicamento estimulante

Dos 50 indivíduos que participaram da pesquisa, cinco eram do primeiro ano, 13 do segundo ano e 32 do terceiro ano da Faculdade de Medicina Souza Marques. Nenhum aluno do primeiro ano faz uso de medicamento estimulante, um aluno do segundo ano faz esse uso, enquanto quatro alunos do terceiro ano utilizam tais medicamentos (Gráfico 3).

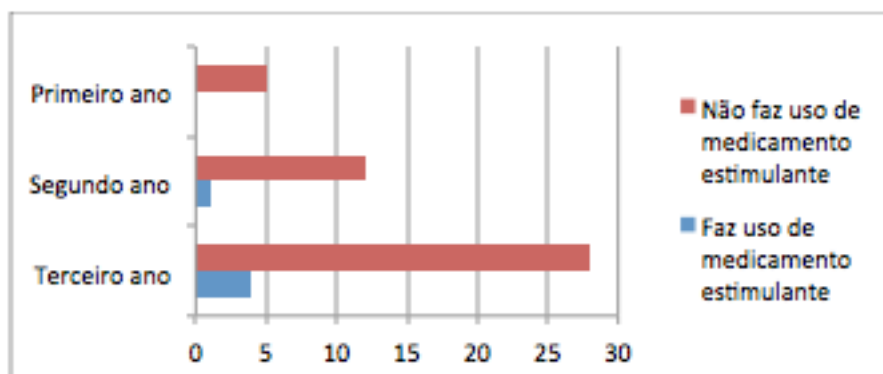


Gráfico 3: Representação gráfica da relação entre o ano cursado da faculdade de medicina e o uso de medicamento estimulante

A maior parte dos participantes dedica ao estudo duas a quatro horas por dia, excluindo o período das aulas na faculdade, somando 46 pessoas. Dentre as outras quatro pessoas, três dedicam cinco a seis horas por dia e uma dedica mais de oito horas do seu dia para o estudo. Todos os indivíduos que fazem uso de estimulantes dedicam duas a quatro horas do seu dia para os estudos.

Entre os 50 indivíduos participantes, 32 praticam alguma atividade física e 18 não praticam (Gráfico 4). Dos 18 indivíduos que hoje em dia não praticam atividade física, 17 praticavam antes de entrarem na faculdade de Medicina.

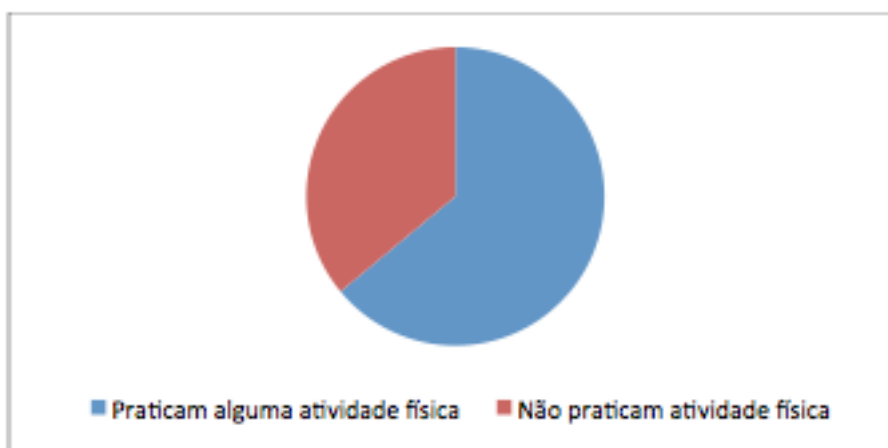


Gráfico 4: Representação gráfica do número de indivíduos que praticam alguma atividade física e que não praticam atividade física

A tabela 1 faz uma relação entre o uso ou não de medicamentos estimulantes com alguns sentimentos apontados pelos participantes da pesquisa. Nela podemos observar que, dos cinco usuários de medicamentos estimulantes, 4 apresentam fadiga excessiva, cansaço a ponto de interferir nas atividades do dia a dia e estão desmotivados a fazer tarefas que antes faziam. Esse total de quatro pessoas em um N de cinco pessoas significa 80% do total. Além disso, dois desses cinco não estão suportando a demanda mental exigida pelas atividades diárias, o que significa 40% do total. Dentre os 45 participantes que não usam medicamento estimulante, 17 apresentam fadiga excessiva, que em um N de 45, representa 37,77%. Além desse aspecto, 22 (48,88%) apresentam cansaço a ponto de interferir nas atividades diárias, 19 (42,22%) se sentem desmotivados a fazer tarefas que faziam antigamente e 15 (33,33%) não estão suportando a demanda mental.

Tabela 1: Relação entre o uso ou não de medicamentos estimulantes com alguns sentimentos apontados pelos participantes na pesquisa

Uso de estimulantes	Nº de participantes	Fadiga excessiva durante o dia	Cansaço a ponto de interferir no dia a dia	Desmotivado a fazer tarefas que antes fazia	Não esta suportando a demanda mental
SIM	5	4 (80%)	4 (80%)	4 (80%)	2 (40%)
NÃO	45	17 (37,77%)	22 (48,88%)	19 (42,22%)	15 (33,33%)

Dessa forma, é de suma importância a investigação da frequência de uso de tais medicamentos, pois esses provocam diversos efeitos colaterais indesejáveis e prejudiciais à saúde e qualidade de vida dos estudantes. Sendo a frequência de uso um fator que pode facilitar a relação de dependência de tais medicamentos.

Os principais motivos pelo uso de drogas estimulantes foram aumentar a energia para melhorar o rendimento, onde 3 indivíduos utilizam com esse objetivo; e o emagrecimento, no qual 2 tem esse como objetivo principal (Gráfico 5). As duas drogas utilizadas são o termogênico e a cafeína, no qual três e duas pessoas usam respectivamente.

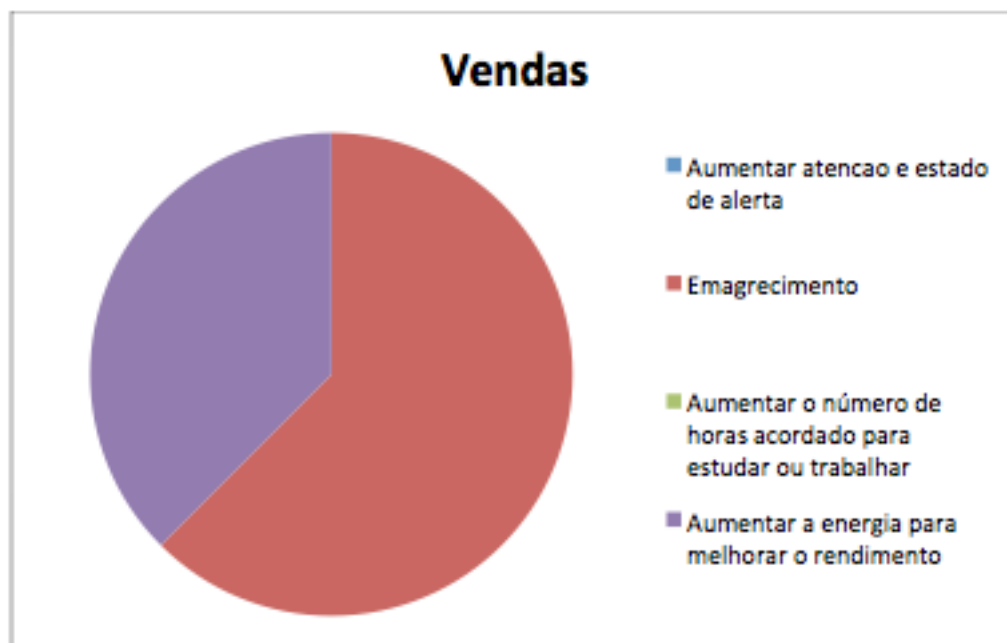


Gráfico 5: Representação gráfica dos principais motivos pelo uso de drogas estimulantes

Tabela 2: Relação entre a frequência semanal do uso de estimulantes entre os participantes

Frequência de uso	Número de pessoas
1-2 vezes/semana	1 (20%)
3-4 vezes/semana	3 (60%)
5-6 vezes/semana	1 (20%)
Acima de 6 vezes/semana	0

Tabela 3: Relação entre ocorrência dos principais efeitos colaterais do uso de medicamentos estimulantes nos usuários

Resposta	Alteração do humor	Sudorese aumentada	Dificuldade para dormir
SIM	0	3	4
NÃO	5	2	1

Como já comentado anteriormente, os medicamentos estimulantes provocam diversos efeitos colaterais que podem alterar a função executiva e cognitiva dos seus usuários, pois os índices indicam uma piora na indução e qualidade do sono, assim como aumento da sudorese o que gera desconforto na rotina do usuário (Gráfico 6).

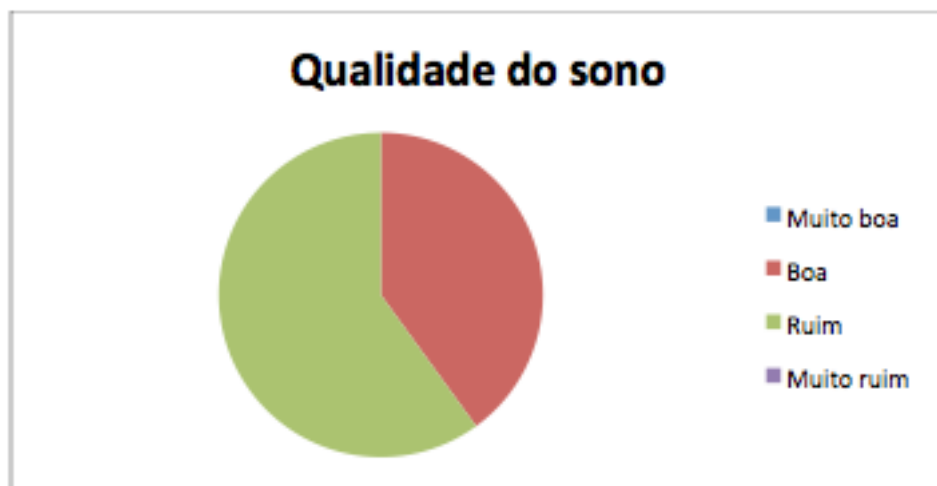


Gráfico 6: Representação gráfica da qualidade do sono entre os usuários de medicamentos estimulantes

DISCUSSÃO

O presente estudo constatou que dos 50 entrevistados, cinco fazem uso regular de medicamentos estimulantes, o que corresponde a um total de 10%. Esse valor significativo mostra que o uso dessas drogas entre os estudantes de medicina deve ser levado em consideração, já que vem aumentando ao longo dos anos, o que Tockus e colaboradores (2008) já haviam observado.

A partir dos dados coletados sobre o sexo dos participantes da pesquisa, pode-se perceber que o uso entre homens e mulheres é bem semelhante. Dos cinco indivíduos que fazem o uso de alguma droga estimulante, dois são homens e três são mulheres. Esse resultado vai contra o que dizem alguns artigos como, por exemplo, Florence e colaboradores (1999), que coloca o uso de drogas sendo favorecido pela sexualidade masculina, o que não foi evidenciado no presente estudo.

Além desse aspecto, a idade dos participantes também foi analisada e observou-se que todos os usuários de estimulantes tinham idade entre 17 e 25 anos, corroborando com os resultados de Tockus e colaboradores (2008).

A relação entre o ano no curso de Medicina e o uso de medicamentos estimulantes mostrou um resultado interessante. Na medida em que o aluno avança na faculdade, maior é a tendência de uso dessas substâncias, já que dos cinco que utilizam, quatro estão no terceiro e um no segundo ano da faculdade de Medicina. Esse resultado pode estar relacionado com a maior cobrança e carga horária que aumenta progressivamente nesse curso. Tendo em vista essa realidade, os estudantes sentem necessidade de se manterem com mais energia para poder suprir tais demandas (Lemos M. et al., 2014). Nesse caso, essa energia é proveniente dos estimulantes, uma vez que o principal motivo pelo uso da droga conforme relatado na pesquisa.

Sobre a prática de atividades físicas, pode-se observar que a rotina da faculdade de medicina é fator de risco para o sedentarismo. Essa afirmação é comprovada, uma vez que 94,44% dos indivíduos sedentários da pesquisa realizavam exercício físico de forma regular antes de entrarem no curso. Assim, tais dados estão de acordo com o que foi analisado em pesquisas anteriores, como Heinisch e colaboradores (2007), que comentam a alta prevalência de sedentarismo entre estudantes de medicina. Essa realidade resulta em um aumento do sobrepeso, além de outras insatisfações estéticas ou não. Dessa forma, pode-se relacionar o segundo principal motivo do uso de medicamentos estimulantes, o emagrecimento.

A partir da análise da relação entre o uso ou não de medicamentos estimulantes com alguns sentimentos apontados pelos participantes na pesquisa, são evidenciadas relevantes questões. Quando comparamos os sentimentos de fadiga excessiva, cansaço a ponto de interferir no dia a dia e desmotivação a fazer tarefas que antes faziam, observa-se que a proporção de indivíduos que usa drogas e apresenta tais questões é praticamente o dobro dos que não a usam. Esse resultado mostra que o uso dos medicamentos estimulantes está fortemente relacionado com esses pontos e possivelmente eles são usados para suprimir o incômodo causado por essas sensações.

Além disso, podemos acentuar a importância dos efeitos indesejados que ocorrem devido ao uso de substâncias estimulantes. Segundo Altermann e colaboradores (2008), a cafeína provoca vários efeitos colaterais que podem limitar o seu uso ou trazer prejuízos à rotina executiva do paciente como insônia, dores de cabeça, irritação, ansiedade, prejuízo na memória e em alguns casos, até sangramento gastrointestinais. Alguns desses prejuízos são relatados pelos participantes na pesquisa, como por exemplo, a qualidade do sono que não era muito boa em nenhum dos usuários. Entretanto também inibe o hormônio antidiurético (ADH) que aumenta a diurese e em altos níveis de ingestão de cafeína, suspeita-se do aumento do risco de câncer na bexiga. A inibição do ADH também aumenta os riscos de desidratação, ainda mais em exercícios físicos intensos ou situações climáticas desconfortáveis. Porém, os usuários de cápsulas de cafeína não relataram sintomas como esses nesta pesquisa.

O uso de substâncias conhecidas como termogênicos tem como objetivo acelerar a perda de gordura e o metabolismo basal, acarretando em maior perda de peso em menos tempo, porém existem efeitos colaterais indesejados e até mesmo perigosos à saúde. A suplementação com aceleradores do metabolismo podem trazer os seguintes efeitos indesejados relacionados ao trato gastrointestinal, como diarreia, flatulência, dor e/ou desconforto abdominal, dispepsia, indigestão e pirose. Além de outros efeitos como cefaléia e aumento da sudorese.

A partir da análise dos resultados observaram-se efeitos colaterais relacionados apenas com o aumento da sudorese e modificação do sono. Outras alterações físicas que foram descritas em diversas pesquisas não foram relatadas.

CONCLUSÃO

A prevalência do uso de drogas entre estudantes de medicina é significativa. Mesmo sabendo dos prejuízos que eles geram, esse grupo vê a necessidade do uso, uma vez que acham a demanda do curso muito exaustiva.

Dessa forma, é necessário que sejam feitos mais estudos acerca deste tema a fim de desenvolver políticas de prevenção do abuso e dependência dessas substâncias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTERMANN, A.M. et al. A influência da cafeína como recurso ergogênico no exercício físico: sua ação e efeitos colaterais. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, v. 2, n. 10, p. 225-239, 2008.

ANDRADE, A.G.; BASSIT, A.Z.; KERR-CORRÊA, F.; TONHON, A.A.; BOSCOVITZ, E.P.; CABRAL, M. Fatores de risco associados ao uso de álcool e drogas na vida, entre estudantes de medicina do estado de São Paulo. *Rev ABP-APAL*, v. 19, n. 4, p. 117-126, 1997.

BAKKE, L.A. et al. Avaliação do uso de estimulantes entre alunos do curso de medicina da Universidade Federal da Paraíba no período de setembro a outubro de 2007. XI Encontro de Iniciação à Docência. *Revista médica*, 2008.

CARDOSO, H.C., et al. Avaliação da qualidade do sono em estudantes de medicina. *Rev. Bras. Educ. Med.*, v. 33, n. 3, p. 349-355, 2009.

CHAVEZ, K.A.P.; O'BRIEN, B.; PILLON, S.C. Uso de drogas e comportamentos de risco no contexto de uma comunidade universitária. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 13, n. 2, p. 1194-1200, 2005.

DOMINGUES, R.B.; Teixeira, A.L.; Domingues, S.A. A prática de exercícios físicos está associada a menor comprometimento funcional da migrânea entre estudantes de medicina. *Arq. Neuropsiquiatria*, v. 69, n. 1, p. 39-43, 2011.

FERREIRA, V.A.; MAGALHÃES, R. Obesidade no Brasil: tendências atuais. *Revista portuguesa de saúde pública*, v. 24, n. 2, p. 71-81, 2006.

HANN, V.B. et al. Termogênicos: Uma revisão sistemática sobre o uso de óleo de coco, óleo de cartamo e CLA. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, v. 8, n. 43, p.10-19, 2014.

HEINISCH, R.H.; ZUKOWSKI, C.N.; HEINISCH, L.M.M. Fatores de risco cardiovascular em acadêmicos de medicina. *ArqCatMed*, v. 36, p. 76-84, 2007.

KERR-CORREA, F. et al. Uso de álcool e drogas por estudantes de medicina da Unesp. *Rev. Bras. Psiquiatr.*, São Paulo, v. 21, n. 2, 1999.

LEMONS, K. M. et al. Uso de substâncias psicoativas entre estudantes de Medicina de Salvador (BA). *Rev. psiquiatr. clín.*, v. 34, n. 3, 2007.

MOTA, M.C.; DE-SOUZA, D.A.; MELLO, M.T.; TUFIK, S.; CRISPIM, C.A. Estilo de vida e formação médica: impacto sobre o perfil nutricional. *Rev. bras. educ. med.*, v. 36, n. 3, p. 358-368, 2012.

PEUKER, A.C.; FOGAÇA, J.; BIZARRO, L. Expectativas e beber problemático entre Universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 193-200, 2006.

POPE, H.G.; IONESCU-PIOGGIA, M.; POPE, K.W. Drug use and life style among college undergraduates: a 30-year longitudinal study. *Am J Psychiatry*, v.158, n. 9, p. 1519-1521, 2001.

SILVA, L.V.E.R.; MALBERGIER, A.; STEMPLIUK, V.A.; ANDRADE A.G. Fatores associados ao consumo de álcool e drogas entre estudantes universitários. *Revista Saúde Pública*, 2006.

STUNKARD, A.J.; FAITH, M.S.; ALLISN, K.C. Obesity and Depression. *Biol. Psychiatry*, v. 54, p. 330-337, 2003.

TOCKUS, D.; GONCALVES, P. S. Detecção do uso de drogas de abuso por estudantes de medicina de uma universidade privada. *J. bras. psiquiatr.*, v. 57, n. 3, 2008.

WAGNER, G. A.; ANDRADE, A. G. Uso de álcool, tabaco e outras drogas entre estudantes universitários brasileiros. *Rev. psiquiatr. clín.*, v. 35, n.1, 2008.

ABORDAGEM FISIOTERAPEUTICA EM UM PORTADOR DE DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR MODERADA NA CLINICA ESCOLA DAS FACULDADES SÃO JOSE: UM ESTUDO DE CASO

THErapy APPROACH IN A CARRIER OF TEMPOROMANDIBULAR MODERATE IN CLÍNICA
ESCOLA DAS FACULDADES SÃO JOSÉ: A CASE STUDY

VERA REGINA PESSANHA DE FREITAS

Coordenadora do Curso de Fisioterapia das Faculdades São José| Prof^a Ms. da disciplina de Clínica Integrada da Disfunção da Articulação Temporomandibular| Especialista em Gerontologia| Especialista em Saúde Pública| Formação em Disfunção Temporomandibular (DTM)| Formação em Pilates

FERNANDA LUIZA DAS NEVES INÁCIO

Acadêmica do 8º Período do Curso de Fisioterapia das Faculdades São José| Monitora da disciplina de Eletrotermofototerapia I e II das Faculdades São José| Estagiária do Hospital Estadual Eduardo Rabelo (HEER) no setor de ambulatório em Geriatria| Estagiária da Obra Social Dona Meca (OSDM) no setor de ambulatório em Neuropediatria| Estagiária da Clínica Escola das Faculdades São José no setor de ambulatório em Traumatologia| Monitora da disciplina de Anatomia Humana I| Pesquisadora do Programa de Iniciação à Pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Como uma lesão de joelho provocada pelas atividades profissionais de guarda-vidas do Estado do Rio de Janeiro interfere em sua qualidade de vida"

JESSICA YASMIN ARAUJO RAMOS COELHO

Acadêmica do 8º Período do Curso de Fisioterapia das Faculdades São José| Pesquisadora do programa de iniciação à pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Envelhecimento Saudável"| Estagiária do Hospital Estadual Eduardo Rabelo (HEER) no setor de ambulatório em Geriatria| Estagiária da Obra Social Dona Meca (OSDM) no setor de hidroterapia em neuropediatria| Pesquisadora do programa de iniciação à pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Desordens musculoesqueléticas decorrentes das atividades profissionais de atendentes de Call Center: Uma Análise Cineticofuncional e Ergonômica"| Monitora da disciplina Neuroanatomia| Pesquisadora do programa de iniciação à pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Como uma lesão de joelho provocada pelas atividades profissionais de guarda-vidas do Estado do Rio de Janeiro interfere em sua qualidade de vida".

LORENA DE OLIVEIRA RANGEL

Acadêmica do 8º Período do Curso de Fisioterapia das Faculdades São José| Estagiária do Hospital Estadual Eduardo Rabelo (HEER) no setor de enfermagem em Geriatria| Estagiária em Neuropediatria na Obra Social Dona Meca| Estagiária na Clínica Escola das Faculdades São José em Traumatologia| Monitora em Anatomia Humana I| Monitora em Recursos Terapêuticos Manuais.

QUEZIA SALES AMORIM

Acadêmica do 8º Período do Curso de Fisioterapia das Faculdades São José| Estagiária do Hospital Eduardo Rabelo (HEER) no setor ambulatório em Geriatria| Estagiária da Obra Social Dona Meca (OSDM) no setor de hidroterapia em Neuropediatria| Estagiária da Clínica Escola das Faculdades São José no setor de ambulatório em Neurologia Adulta| Estagiária da Clínica Escola das Faculdades São José no setor de ambulatório em Traumatologia| Monitora da disciplina de Anatomia Humana II.

RESUMO

Considerada a articulação mais utilizada e complexa do corpo humano, a articulação temporo-mandibular (ATM) frequentemente é acometida por disfunções. O objetivo desta pesquisa foi promover redução da sintomatologia dolorosa em um portador de DTM (Disfunção temporo-mandibular) moderada, por meio de intervenções fisioterapêuticas realizadas na Clínica Escola de Fisioterapia das Faculdades São José. O estudo realizado caracteriza-se como uma pesquisa descritiva do tipo estudo de caso, no ano de 2014, com a avaliação de uma paciente do sexo feminino com 21 anos de idade portadora de uma disfunção moderada da ATM, segundo o Índice Temporo-Mandibular. A proposta fisioterapêutica foi eficaz para redução da sintomatologia dolorosa de origem muscular, comprovada pela alteração do grau de dor, quando comparado aos dados da avaliação e reavaliação. Como esta é uma área relativamente nova dentro do campo de atuação da fisioterapia, novos estudos são necessários.

Palavras-Chave: Fisioterapia; Reabilitação; Disfunção Temporomandibular (DTM).

ABSTRACT

Considered the most widespread and complex articulation of the human body, the temporo-mandibular joint (TMJ) often is affected by malfunctions. The objective of this research was to promote reducing painful symptoms in a carrier of DTM (temporo-mandibular Dysfunction) moderate, through physiotherapy interventions performed at the clinic School of physiotherapy colleges São José. The study is characterized as a survey type descriptive case study, in the year 2014, with the evaluation of a patient female with 21 years of age with a moderate dysfunction of the TMJ, Temporo-Mandibular index second. The proposal has been effective for reduction of physiotherapy painful symptoms of muscular origin, proven by changing the degree of pain, when compared to data from assessment and reassessment. As this is a relatively new area in the field of physiotherapy, new studies are needed.

Keywords: Physiotherapy; Rehabilitation; Temporomandibular Joint Dysfunction (TMJ)

INTRODUÇÃO

Considerada a articulação mais utilizada e complexa do corpo humano, a ATM frequentemente é acometida por disfunções. (FREITAS, D.; et al. 2011)

Os sinais e sintomas característicos da DTM incluem presença de sons articulares como estalidos, crepitações, restrições articulares, hipermobilidade, presença de desvios, dor pré-auricular localizada sobre a região da ATM, dor nos músculos mastigatórios e cefaleia. (FREITAS, D.; et al. 2011, MARZOLA, MARQUES & MARZOLA 2002)

A DTM apresenta etiologia multifatorial, de interpretação muito extensa; e, sabe-se que traumas da mandíbula ou ATM, má oclusão e interferências oclusais, alterações nos músculos mastigatórios, microtraumas (provocados por hábitos parafuncionais contínuos), condições reumáticas, estresse emocional, ansiedade e anormalidades posturais possivelmente podem estar relacionados com o desenvolvimento de DTM. (CHAVEZ, et al. 2008)

A DTM pode ocorrer em todas as faixas etárias, com maior incidência entre 20 e 45 anos. Entre os 15 e 30 anos, as causas mais frequentes são as de origem muscular e, a partir de 40 anos, de origem articular. As mulheres são mais acometidas que os homens em uma proporção de cinco para cada homem. (PARENTE & CERDEIRA, 2013)

Os estudos epidemiológicos dos últimos sessenta anos avaliam que 50% a 60% da população, em geral, apresentam algum sinal de distúrbio do sistema mastigatório, sendo que esses 10% demonstraram sintomas que levaram à busca de um tratamento. (PARENTE & CERDEIRA, 2013).

Os mesmos autores mencionados acima afirmam que a desordem temporo-mandibular pode ocorrer por falta de informação ou tratamento adequado, visto que os sinais muitas vezes desenvolvem sintomas subclínicos.

A indicação e intervenção correta da DTM demandam avaliação interdisciplinar de todos os possíveis sintomas do paciente. (TORRES, et al, 2012).

O objetivo desta pesquisa foi promover redução da sintomatologia dolorosa em um portador de DTM moderada, por meio de intervenções fisioterapêuticas.

RELATO DE CASO

Paciente F.L.N.I, sexo feminino, com 21 anos de idade, com diagnóstico de disfunção moderada de ATM segundo o Índice Temporo-Mandibular, caracterizada pela dificuldade na abertura de boca, presença de nódulo, dor local em agulhada e mordida cruzada. A mesma utiliza aparelho ortodôntico por três anos e três meses. Relata sintomatologia dolorosa ao mastigar alimentos duros e moles, sorrir/gargalhar, limpar os dentes ou faces, bocejar e conversar.

Na avaliação foi observadas as seguintes alterações: rotação de cabeça para direita, ombros retraídos e protusos, ombro direito elevado, triângulo de Thales assimétrico e coluna torácica retificada.

METODOLOGIA

O estudo realizado caracteriza-se como uma pesquisa descritiva do tipo estudo de caso, realizado na Clínica Escola das Faculdades São José, no ano de 2014.

O método utilizado para avaliação foi o Índice Temporomandibular (IT), que é dividido em três: Índice Funcional, Índice Muscular e Índice Articular. Os sinais clínicos são contabilizados e em caso de ausência, é atribuído o valor 0 (zero) e na presença valor 1(um), ao final é somado e dividido pela quantidade de itens obtendo assim o grau de comprometimento. O comprometimento varia em níveis funcional, muscular e articular.

A avaliação foi realizada em 10/09/2014 (dez de setembro de dois mil e catorze). Em sua primeira avaliação do exame postural foram encontradas as alterações: rotação da cabeça para a direita, ombro direito elevado, triângulo de Thales assimétrico à direita e coluna torácica retificada.

Na avaliação do IT o paciente obteve no Índice Funcional (IF) 40mm de máxima abertura da boca, 2mm de desvio lateral direito, 3,5mm de desvio lateral esquerdo. Como padrão de abertura possuía desvio com retorno para a linha média.

Durante a palpação das musculaturas para análise do Índice Muscular (IM), relatou dor grau 6 (seis) descrito através da Escala Analógica da Dor bilateralmente na área de pterigóideo lateral e ventre do masseter.

No Índice Articular (IA) foi observado dor durante a palpação do pólo lateral e posterior direito, estalido reproduzível durante abertura, lateralização e protusão além de crepitação fina. Sendo todos os achados bilaterais.

O tratamento teve a duração entre 17/09/2014 (dezoito de setembro de dois mil e catorze) à 30/10/2014 (trinta de outubro de dois mil e catorze), somando um total de 10 (dez) sessões, sendo 2 (duas) sessões semanais com duração de 35 (trinta e cinco) minutos em média. Foram traçados os seguintes objetivos: promover relaxamento da musculatura cervical, facial e intra-oral, alongar musculatura de pterigóideo lateral e medial, masseter e melhora e conscientização postural. As intervenções escolhidas foram: alongamento da musculatura cervical e intra-oral, liberação miofascial e massoterapia em trapézio, ECOM, pterigóideo e masseter, compressão isquêmica para liberação de nódulos na região cervical e bucal e tração cervical. Os atendimentos eram realizados por apenas uma terapeuta evitando variações nas avaliações e condutas.

Os atendimentos iniciavam-se com a conscientização postural, através do reposicionamento do sacro, cervical e membros superiores e inferiores, em seguida o alongamento da musculatura intra-oral, compressão isquêmica dos nódulos presentes, após as técnicas eram repetidas na cervical acrescentando a liberação miofascial, massoterapia e tração.



Fig. 1 Compressão Isquêmica intra oral



Fig. 2 Alongamento de Escalenos



Fig. 3 Alongamento de ECOMFig. Cervicais



4 Alongamento de Paravertebrais

As autoras

DISCUSSÃO

A literatura apresenta uma íntima relação entre comprometimentos na ATM e a postura global. (FUZARO apud ARAGÃO, 1988). Estudos recentes comprovam que a postura global interfere na posição da cabeça que por sua vez é diretamente responsável pela postura da mandíbula ou vice-versa. (GOMES apud FERRAZJUNIOR E COLS, 2004)

Fato este que é confirmado neste estudo de caso pela presença de alterações na postura como a inclinação e rotação da cervical para a direita, elevação do ombro esquerdo, dor e tensão em musculatura de trapézio, esternocleidomastóideo e escalenos.

A posição da mandíbula em repouso requer um espaço livre que é obtido pelo equilíbrio da ação entre os músculos elevadores, abaixadores e cervicais posteriores. Esse fator equilíbrio é considerado o mais importante para determinar a posição mandibular seja nas condições de repouso ou compensatórias da falta de equilíbrio postural. (GOMES apud BRODIE e DOUGLAS, 1999)

Segundo FUZARO apud BIENFAIT (1999),

Em termos de reeducação, o homem deve ser visto de forma global, e globalidade significa analisar o sujeito como um todo. Seja qual for e onde estiver instalada a desordem conclui que há uma grande relação entre disfunções da ATM e alterações posturais, e ainda, que o tratamento fisioterapêutico é de extrema importância na equipe multidisciplinar, considerando o indivíduo globalmente.

Desta forma optou-se durante os atendimentos que o paciente fosse submetido ao atendimento mantendo-se em decúbito dorsal com reposicionamento do sacro e cervical com braços em rotação externa, antebraços supinados, flexão de 45° de quadril e abdução mantendo contato plantar dos pés, associado ao controle respiratório e conscientização postural.

Fuzaro apud Souchard, (1996) ainda diz que esses exercícios traduzem uma organização das cadeias musculares, onde não se permite compensações durante a postura de alongamento. Afirmado que o controle da respiração é a chave de todo o processo, que deve ser obrigatoriamente trabalhada aliada ao alongamento. A compressão isquêmica manual é uma técnica realizada através da aplicação de pressão de forma progressiva crescente sobre um ponto de tensão (trigger points miofasciais) até que seja encontrado uma barreira de resistência tecidual. Mantém-se contato até que ocorra a liberação da região, e a pressão é aumentada até que se alcance uma nova barreira, com a finalidade de eliminar a tensão e sensibilidade do trigger point. Durante a realização desta técnica, o terapeuta deve se orientar pela tolerância do paciente a dor. (SIMONS et al., 2005).

PRUDDEN (2007) e SIMONS (2008) explicaram em seu estudo que a inibição do ponto gatilho pode ocorrer através da compressão isquêmica, pois, esta proporciona diminuição da altura dos sarcômeros do nó contraturado, os deixando mais longos, propendendo normalização do estiramento de todos os sarcômeros naquela fibra muscular. Sendo assim, o consumo energético reduziria, e a liberação de substâncias sensibilizadoras também.

TEIXEIRA, et al (2011) também evidenciou em seu estudo investigativo que a técnica de compressão isquêmica foi eficaz e promoveu alívio imediato da dor e redução da sensibilidade dos ponto gatilhos.

Porém, CLEMENTE et al, (2007) obtiveram resultado oposto, não conseguindo estabelecer conclusões fundamentadas entorno da eficácia da compressão isquêmica manual na abordagem de trigger points.

HANTEN, et al, 2000; FERNÁNDEZ-DE-LAS-PENÁS, et al. (2005); RICKARDS, (2006); VENON& SCHNEIDER, (2009); apud CLEMENTE, et al (2007)., consideram que a efetividade da compressão isquêmica é limitada em consequência dos estudos até então realizados não apresentarem resultados objetivos sobre esta técnica.

Como existe divergência entre os autores mencionados acima, é evidente a necessidade de realização de novas pesquisas utilizando um método de avaliação confiável, validado e padronizado para que a técnica de compressão isquêmica tenha sua eficácia comprovada.

ALMEIDA MEDLICOTT MS, HARRIS SR. (2006) afirmam que o alongamento muscular passivo tem como objetivo o ganho de amplitude de movimento, a redução das tensões musculares, a melhora da coordenação, um maior grau e mobilidade, o desenvolvimento a consciência corporal, a liberação de movimentos bloqueados por tensões emocionais, a ativação da circulação e a melhora da capacidade mecânica dos músculos e das articulações.

PHF, BANRANDALIZE D, apud (2002) descrevem que a técnica é realizado por meio de uma força externa, aplicada pelo fisioterapeuta, controlando a direção, a velocidade, a intensidade e a duração do alongamento dos tecidos moles que causam contratura e restrição da mobilidade articular.

MALUF SA, MORENO BGD, ET AL 2008; MALLMAN JS, MOESCH J, ET AL, (2009), explicaram que o alongamento muscular é realizado afastando-se origem e inserção muscular até a amplitude máxima sem dor e mantido estaticamente, de 10 a 30 segundos. Esse período de tempo é suficiente para que os órgãos tendinosos de Golgi, que sobrepujam as respostas dos fusos musculares promovam o relaxamento dos músculos que estão sendo alongados, permitindo, assim o ganho de amplitude, flexibilidade e redução da dor por diminuição de tensão muscular.

Compreende-se então que a terapia manual resulta num efeito benéfico para tecidos moles que estabilizam a articulação temporomandibular como músculos, tendões, e ligamentos quando submetido a terapias manuais, tendem a ter vascularização local, diminuição de rigidez, algias, melhorando assim a amplitude articular promovendo bom desempenho funcional dos músculos que se inserem na articulação temporomandibular.

A massoterapia objetiva tornar o indivíduo consciente do seu corpo, das suas tensões, da sua respiração e das suas cargas emocionais, bem como melhorar a nutrição dos tecidos pelo aumento da circulação sanguínea e linfática além de outros benefícios físicos e emocionais. (SEUBERT & VERONESE 2008)

Técnica realizada através de movimentos suaves, lentos, firmes e ritmada, relaxando a musculatura e diminuindo a tensão existente. Os movimentos usados são o de deslizamento, que promove o efeito no sistema nervoso sensitivo pelo contato com a pele. O amassamento que descomprimem os músculos e tecidos subcutâneos, promovendo o enchimento e o esvaziamento rápido das veias superficiais e profundas, facilitando o fluxo sanguíneo e linfático. A fricção movimento localizado e circular, que irá promover vasodilatação local, promovendo relaxamento e sensação de bem estar. (SEUBERT & VERONESE 2008)

SEUBERT & VERONESE (2008) explicam em seu estudo que a massoterapia vem sendo reconhecida como um dos recurso terapêutico eficaz para o alívio de dores. Proporcionando benefícios específicos como a liberação de endorfinas (proteínas com propriedade analgésica).

O toque estimula o cérebro a produção de endorfinas pela glândula pituitária; reduz a estafa e ajuda a aliviar os efeitos do estresse como a hipertensão, úlceras, indigestão, doenças infecciosas, distúrbios gastrointestinais, insônia, dores de cabeça, ansiedade e depressão; podendo ainda desencadear reabsorção de edemas, pois, ocorre facilitação da circulação de retorno. (DOUGANS, 2001.; LEDUC. 2000. apud SEUBERT & VERONESE. 2008)

A massoterapia pode ainda promover efeito calmante, o toque terapêutico diminui a ansiedade aguda em pacientes hospitalizados em procedimentos pós-cirúrgicos. (JACQUEMAY, 2000.; MONTAGU, 2000; apud SEUBERT & VERONESE 2008)

RESULTADOS

O paciente foi submetido a uma avaliação e a uma reavaliação ao término dos 10 atendimentos, compostas por exame postural e análise do Índice funcional, muscular e articular através do IT.

Na reavaliação do exame postural a rotação de cabeça transferiu-se para o lado esquerdo associado à inclinação à direita, elevação do ombro e cintura pélvica à esquerda.

Os dados articulares se mantiveram, exceto a dor durante a palpação da articulação que não foi relatado, assim como no IM que sofreu diminuição do grau de dor, sendo referido 3 (três) para o lado esquerdo e 4 (quatro) para o lado direito.

Em relação ao IF ocorreu um aumento de 0,3mm para o desvio lateral direito, fato que pode estar relacionado ao uso de elástico ortodôntico solicitado pelo Med. Dentista responsável pelo tratamento ortodôntico do paciente.

Observa-se então que a proposta fisioterapêutica foi eficaz para redução da sintomatologia dolorosa de origem muscular. Contudo para tratamento dos comprometimentos articulares e funcionais a proposta não foi eficiente, fato que confirma a necessidade de maiores estudos

A tabela abaixo expõe os resultados comparativos entre avaliação e reavaliação após os 10 (dez) atendimentos, para melhor elucidação das respostas ao tratamento referentes ao caso clínico.

Exame Postural	1º Avaliação 17 Setembro	2º Avaliação 30 Outubro
Cabeça	Rotação para a Direita	Rotação para a esquerda e inclinação para a direita
Coluna cervical	Retificada	Retificada
Ombro	Elevação à direita	Elevação à esquerda
Coluna Torácica	Retificação	Retificada
Triângulo de Thales	Assimétrico à xx	
Coluna Lombar	Lordose	Lordose
Cintura Pélvica		Elevação à esquerda
Joelhos		
Índice Funcional		
Máxima abertura da boca	40 mm	Mantido
Desvio lateral direito	2 mm	5 mm
Desvio lateral esquerdo	3,5mm	Mantido
Padrão de abertura	Desvio com retorno para a linha média	Mantido
Índice Muscular		
Pterigóideo lateral	Grau 6 durante palpação	Grau 3 lado esquerdo Grau 4 lado direito
Ventre do masseter	Grau 6 durante palpação	Grau 3 lado esquerdo Grau 4 lado direito
Índice Articular		
Polo lateral e posterior	Dor durante palpação	Não relatado
Estalido reproduzível	Durante abertura, lateralização e protusão	Mantido
Creptação fina	Em todos os movimentos articulares	Mantido

Tabela 1. Comparação entre avaliação e reavaliação

CONCLUSÃO

A conduta proposta foi eficaz, pois, o objetivo desta pesquisa foi alcançado.

A literatura pesquisada comprovou a eficácia das técnicas escolhidas.

Logo, conclui-se que as intervenções fisioterapêuticas selecionadas com o objetivo de reduzir o quadro álgico do paciente foram apropriadas para o caso.

A realização de novos estudos sobre a ATM é de fundamental importância, pois esta é uma área relativamente nova, poucos são os estudos que mostram a importância da atuação da equipe multidisciplinar, atuando em parceria com a fisioterapia com objetivo de promover melhora da DTM.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, P; et al. Alongamento muscular: suas implicações na performance e na prevenção de lesões. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/rfm?dd1=2810&dd99=view&dd98=pb> Acesso: 13 NOV 2014

BARBOSA, VANESSA COSTA DA SILVA; BARBOSA, FABIANO SOUSA. Fisioterapia nas disfunções temporomandibulares. São Paulo: Phorte, 2009

BURIGO, M. Tratamento fisioterapêutico da articulação temporomandibular pós-trauma. 2006. Disponível em: <http://www.fisio-tb.unisul.br/Tccs/MicheleBurigo/tcc.pdf> Acesso em: 10 de Nov 2014

CHAVES, T.; OLIVEIRA, A.; GROSSI, D. Principais instrumentos para avaliação da disfunção temporomandibular, parte I: índices e questionários; uma contribuição para a prática clínica e de pesquisa. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-29502008000100015 Acesso em: 10 de Nov 2014

CLEMENTE, A.; et al. Efectividade da Compressão Isquêmica Manual na Abordagem dos Trigger Points. 2007. Disponível em: http://www.ifisionline.ips.pt/media/5jan_vol3_n1/pdfs/artigo2_vol3_n1.pdf Acesso em: 16 de Nov 2014

DAHER, C; et al. A eficácia dos recursos fisioterapêuticos no ganho da amplitude de abertura bucal em pacientes com disfunções craniomandibulares. 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Windows%207/Music/a-eficacia-dos-recursos-fisioterapeuticos-nA%20eficácia%20dos%20recursos%20fisioterapêuticos%20no%20ganho%20da%20amplitude%20de%20abertura%20bucal%20em%20pacientes%20com%20disfunções%20craniomandibulares%20-%20ganho-da-amplitude-de-abertura-bucal-em-pacientes-com-disfuncoes-craniomandibulares-\[139-090810-SES-MT\].pdf](file:///C:/Users/Windows%207/Music/a-eficacia-dos-recursos-fisioterapeuticos-nA%20eficácia%20dos%20recursos%20fisioterapêuticos%20no%20ganho%20da%20amplitude%20de%20abertura%20bucal%20em%20pacientes%20com%20disfunções%20craniomandibulares%20-%20ganho-da-amplitude-de-abertura-bucal-em-pacientes-com-disfuncoes-craniomandibulares-[139-090810-SES-MT].pdf) Acesso em : 13 Nov 2014

DONNARUMMA, M.; et al. Disfunções temporomandibulares sinais, sintomas e abordagem multidisciplinar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-18462010000500010 Acesso em: 10 de Nov 2014

FUZARO, JULIANA VASCONCELOS DA S ZINNI. ATM e Fisioterapia uma Revisão. Disponível em: http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaude/fisioterapia/traumato/atm_juliana/atm_juliana.htm Acesso em: 09 NOV 2014

GOMES, PAULO ANTONIO. Alterações posturais e desordens temporomandibulares, artigo de revisão. Disponível em: <http://www.herniadedisco.com.br/wpcontent/uploads/2009/09/aviligadador081123020640.pdf> Acesso em 09 NOV 2014

GONZALEZ, D.; et al. Correlação entre disfunção temporomandibular, postura e qualidade de vida. 2008. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822008000100010&script=sci_arttext Acesso em: 11 de Nov 2014

em:<<http://medicina.fm.usp.br/fofito/fisio/pessoal/amelia/artigos/odonto.pdf>>Acesso em: 11 de Nov 2014

MARZOLA, F.; MARQUES, A.; MARZOLA, C. Contribuição da fisioterapia para a odontologia nas disfunções da articulação temporomandibular. 2002. Disponível em:<<http://medicina.fm.usp.br/fofito/fisio/pessoal/amelia/artigos/odonto.pdf>> Acesso em: 16 de Nov 2014

MENEZES, M.; et al. Correlação entre cefaléia e disfunção temporomandibular. 2008. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-29502008000200012&script=sci_arttext>Acesso em: 10 de Nov 2014

MELO, L; et al. Facilitação neuromuscular proprioceptiva e o alongamento como modalidades terapêuticas na disfunção temporomandibular. 2014. Disponível em: <<http://201.20.109.36:2627/index.php/medicina/article/view/78/68>> Acesso em:15 Nov 2014

OLIVEIRA, A.; et al. Impacto da dor na vida de portadores de disfunção temporomandibular. 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/jaos/v11n2/v11n2a09.pdf>>Acesso em: 16 de Nov 2014

PARENTE, I.; CERDEIRA, D. Disfunção temporomandibular: A avaliação fisioterapêutica em discentes de uma instituição de ensino superior do município de Sobral- Ceará. 2013. Disponível em :<<file:///C:/Users/W8/Downloads/379-757-1-SM.pdf>> Acesso em: 17 de Nov 2014

POLI, M.; MOROSINI, M.; MARTINELLI, R. Abordagem interdisciplinar na disfunção temporomandibular- relato de caso. 2003. Disponível em:<<http://revistas.unipar.br/saude/article/view/1075>>Acesso em: 15 de Nov 2014

SIMONS, DG. Understanding effective treatments of myofascial trigger points. *J BodywMovTher*2002;6(2):81-8. Acesso em: 16 de Nov 2014

SEUBERT, F.; VERONESE, L. A massagem terapêutica auxiliando na prevenção e tratamento das doenças físicas e psicológicas. 2008. Disponível em:< <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/12/masso-preventiva-pisiquica.pdf>> Acesso em 23 de Nov 2014

TEIXEIRA, R. et al. Efeito imediato da técnica de compressão isquêmica na inibição de pontos gatilhos. 2011. Disponível em:<http://www.faculdadeguararapes.edu.br/site/downloads/Fisioterapia_set%20a%20out%202011v12n5.pdf#page=5>Acesso em: 15 de Nov de 2014

TORRES, F.; et al. Efeitos dos tratamentos fisioterapêutico e odontológico em pacientes com disfunção temporomandibular. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-51502012000100012&script=sci_arttext>Acesso em: 15 de Nov 2014

ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA SEGUNDO O QUESTIONÁRIO SF-36 EM UM GRUPO DE MULHERES PARTICIPANTES DE UM PROGRAMA DE HIDROGINÁSTICA: UMA PESQUISA DE CAMPO

Analysis of life Quality according questionnaire SF-36 in a group of women participants an aquatic program: A field research

VERA REGINA PESSANHA DE FREITAS

Coordenadora do Curso de Fisioterapia das Faculdades São José| Prof^a Ms. da disciplina de Clínica Integrada da Disfunção da Articulação Temporomandibular| Especialista em Gerontologia| Especialista em Saúde Pública| Formação em Disfunção Temporomandibular (DTM)| Formação em Pilates

CRISTINA S. C. DOS SANTOS

Acadêmica do 6º Período de Fisioterapia das Faculdades São José| Pesquisadora do programa de iniciação à pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Envelhecimento Saudável"

DAIANE CÂMARA

Acadêmica do 2º Período do Curso de Fisioterapia das Faculdades São José| Pesquisadora do programa de iniciação à pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Envelhecimento Saudável"

JESSICA YASMIN ARAUJO RAMOS COELHO

Acadêmica do 8º Período do Curso de Fisioterapia das Faculdades São José| Pesquisadora do programa de iniciação à pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Envelhecimento Saudável"| Estagiária do Hospital Estadual Eduardo Rabello (HEER) no setor de ambulatório em Geriatria| Estagiária da Obra Social Dona Meca (OSDM) no setor hidroterapia em neuropediatria| Pesquisadora do programa de iniciação à pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Desordens musculoesqueléticas decorrentes das atividades profissionais de atendentes de Call Center: Uma Análise Cineticofuncional e Ergonômica" | Monitora da disciplina Neuroanatomia| Pesquisadora do programa de iniciação à pesquisa das Faculdades São José: Projeto "Como uma lesão de joelho provocada pelas atividades profissionais de guarda-vidas do Estado do Rio de Janeiro interfere em sua qualidade de vida".

Colaboradores:

Bruno Rezende - especialista e Supervisor de Estágio da Clínica Escola.

Daniele Gouvêa - Mestre e Supervisora de Estágio da Clínica Escola

Gabriela Barbieri - Especialista e Supervisora de Estágio da Clínica Escola

Pérsia Abrahão - Especialista e Supervisor de Estágio da Clínica Escola

RESUMO

O projeto Envelhecimento Saudável é um programa desenvolvido e realizado pelo curso de fisioterapia das Faculdades São José, priorizando a promoção da saúde, manutenção do bem estar físico e social da comunidade. Este projeto visa analisar as alterações fisiológicas, biomecânicas e psicológicas ocorridas no decorrer da desenvoltura do programa de atividades físicas no meio aquático. Este presente estudo caracteriza-se como pesquisa de campo quantitativa e teve como objetivo avaliar a qualidade de vida de um grupo de mulheres adultas e idosas por meio do instrumento de avaliação Medical Outcomes Study 36- Item short- Form Health Survey (SF-36). Em paralelo, este estudo propôs justificar a importância da prática regular de atividade física. Foi constatado que os escores médios calculados apresentam a média com valores acima do escore 50. A menor pontuação foi no domínio estado geral da saúde e a maior média foi no domínio aptidão física e aspecto social. Os dados indicam que nesta amostra o comprometimento da qualidade de vida está na vitalidade e no aspecto geral da saúde. Acredita-se que a realização de novas pesquisas que comprovem as interferências ocorridas pela prática regular de atividade física, possa incentivar o surgimento de novos programas voltados para promoção de saúde.

Palavras-Chave: Hidroterapia, SF 36, Qualidade de vida, Fisioterapia.

ABSTRACT

The Healthy Ageing project is a program developed and conducted by the course of physiotherapy Colleges of St. Joseph, giving priority to health promotion, maintenance of physical well-being and social community. This project aims to analyze the physiological, biomechanical and psychological changes during the resourcefulness of the physical activity program in the aquatic environment. This present study is characterized as quantitative field research and aimed to evaluate the quality of life of a group of adults and the elderly through the assessment tool Medical Outcomes Study 36-Item short- Form Health Survey (SF-36). In parallel, this study proposed justify the importance of regular physical activity. It was found that the calculated mean scores show the average values above the score with 50. The lowest score was in the field general state of health and the highest average was in the physical fitness field and social aspect. The data indicate that this sample compromised quality of life is the vitality and overall appearance of health. It is believed that the new research proving the interference occurred by regular physical activity, can encourage the emergence of new programs for health promotion.

Keywords: Hydrotherapy, SF 36, Quality of life, Physical Therapy.

INTRODUÇÃO

O projeto envelhecimento saudável, é um projeto contínuo, que objetiva analisar as alterações fisiológicas, biomecânicas e psicológicas, ocorridas no decorrer da desenvoltura do programa de atividades físicas, preocupando-se sempre em fornecer melhoria na qualidade de vida das mulheres que estão sendo contempladas neste projeto.

O objetivo deste trabalho foi avaliar por meio do instrumento de avaliação SF-36 o impacto da aplicabilidade de atividades físicas no meio aquático em um grupo de mulheres adultas e idosas. Analisando quantitativamente a resposta ao plano de atividades realizadas. O estudo propõe justificar a importância da prática de atividade física e as alterações ocorridas na capacidade funcional, aspecto físico, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspecto social, aspecto emocional, saúde mental. O questionário foi aplicado no primeiro dia de cada participante e repetido a cada três meses para realização de análise comparativa dos resultados.

Sabe-se que a hidroterapia possibilita prevenção de novas lesões, melhorando força, equilíbrio, flexibilidade, postura, sistema respiratório, coordenação motora e concentração. (BIASOLI & MACHADO. 2006)

Além dos benefícios físicos, existem os psicossociais; por ser uma atividade em grupo, e as atividades terem uma interação entre os participantes, proporcionando vínculos de amizade. (ZANELA, 2012)

A qualidade de vida é um assunto amplamente discutido em diversos contextos, e atualmente, existem vários instrumentos que a analisam, e dentre eles está o (SF 36) que foi desenvolvido pelos estudiosos Ware e Sherbourne em 1992, tendo sido traduzido e validado para a língua portuguesa por Ciconelli, em 1999. (FERNANDES, VASCONCELOS & SILVA. 2009)

Por ser considerado referência em diversas pesquisas, optou-se por utilizar o instrumento SF-36 neste presente estudo.

PUCCI, et al (2012) afirmam em seu estudo que o SF-36 foi o questionário mais referenciado para analisar a qualidade de vida.

De fácil administração e compreensão, o instrumento consta de 36 itens subdivididos em 8 dimensões: capacidade funcional, aspecto físico, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspecto social, aspecto emocional, saúde mental.

O projeto "Envelhecimento Saudável" prioriza a promoção da saúde através das atividades realizadas nas Faculdades São José, visando oferecer a comunidade oportunidades para manutenção do bem estar físico e social.

METODOLOGIA

O projeto envelhecimento saudável é uma pesquisa de campo contínua, que abrange um grupo de mulheres adultas e idosas. Contemplando a realização de um programa de atividades físicas no meio aquático, preocupando-se em fornecer melhoria e manutenção da qualidade de vida.

Este projeto é realizado nas Faculdades São José duas vezes por semana com duração de uma hora. Esses procedimentos são realizados por uma das alunas pesquisadora do projeto de iniciação à pesquisa do curso de fisioterapia, sob supervisão da orientadora professora da Faculdade São Jose Vera Freitas.

Neste estudo, foi realizada uma comparação com os aspectos que norteiam a qualidade de vida entre mulheres adultas e idosas que participam de um grupo de hidroterapia, utilizando como instrumento de avaliação o questionário SF 36.

Cada participante recebeu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, contendo informações sobre os objetivos da pesquisa e o compromisso com o sigilo a respeito da identidade dos participantes. Os voluntários que concordaram em participar do estudo o assinaram.

Primeiramente foi realizada uma avaliação, onde os dados pessoais foram coletados e catalogados em uma ficha de avaliação individual.

A amostra foi composta por 12 mulheres adultas que iniciaram sua participação no projeto Envelhecimento Saudável em 2013 considerando que este projeto existe desde março 2013.

O programa de atividades inclui alongamentos, atividades de equilíbrio/coordenação com os membros em apoio unipodal, atividades de transferência de peso, caminhada rápida para o lado e para trás associando movimento dos membros superiores, diferentes tipos de marcha (marcha para frente e para trás, marcha para trás com elevação dos membros inferiores, marcha para frente e para trás com joelhos estendidos; marcha lateral, marcha no lugar), chutes na diagonal, exercícios objetivado fortalecimento muscular.

Para investigar da qualidade de vida do grupo estudado, foi realizada uma análise estatística comparando os resultados de antes e após intervenções hidroterapêuticas no meio aquático.

ANÁLISE ESTATÍSTICA

A descrição da amostra deste estudo foi feita por meio de medidas de tendência central e dispersão (média e desvio-padrão).

Como parâmetro de pontuação da média do SF 36, este estudo utilizou determinados valores de referência que são apresentados em forma de tabela. Esta tabela é adaptada de URSS, (2000), citada por CAPORICCI & NETO (2011). Esta tabela pode ser visualizada abaixo.

Tabela 1

Classificação da pontuação transformada na escala de 0 a 100, obtidas através do questionário SF-36 (Adaptado de URSS, 2000)

Classificação	Escala de 0 a 100
Excelente	100
Muito Boa	84
Bom	61
Regular	25
Ruim	0

Este questionário apresenta um escore final de 0 a 100, no qual zero corresponde ao pior estado geral de saúde e 100 ao melhor estado de saúde e possui a finalidade de examinar a percepção do estado de saúde pelo próprio paciente. (AQUINO, et al. 2009)

Quanto maior o escore, melhor a qualidade de vida do indivíduo. Conseqüentemente, mudanças na qualidade de vida podem ser avaliadas através de uma maior ou menor pontuação no questionário em decorrência das intervenções realizadas. (AQUINO, et al. 2009).

DISCUSSÃO

O presente estudo escolheu como instrumento de avaliação o questionário SF 36, que segundo COELHO & PEDROSO (2012) possibilita avaliação da qualidade de vida de forma ampla e completa. Podendo inclusive realizar comparações entre grupos populacionais saudáveis ou com diferentes enfermidades. (FERNANDES, VASCONCELOS & SILVA. 2009)

Ele é considerado o questionário mais utilizado para avaliar a qualidade de vida (71%), seguido pelo SF-12 (13%), WHOQOL-BREF (11%), SF-8 e WHOQOL-OLD (3%). (PUCI, et al. 2012)

O SF 36 aborda questões sociais que são inter-relacionadas, e o objetivo da avaliação destes aspectos é a constatação de comprometimento das atividades sociais devido à existência de problemas de saúde. (FERNANDES, VASCONCELOS & SILVA. 2009)

Envelhecer bem, com qualidade de vida tem sido desejo de diversos profissionais e idosos, a promoção de saúde e bem-estar nessa fase da vida, objetiva que, o indivíduo seja produtivo, ativo ou bem-sucedido. (TEIXEIRA & NERI, 2008)

Porém, a implementação de programas que elevam o nível de qualidade de vida é imprescindível para que esse objetivo seja alcançado. (SALIN, et al. 2008)

A fisioterapia não é restrita apenas as áreas curativas e reabilitadoras, voltadas para as práticas hospitalares e ambulatoriais. Sua prática pode ser desenvolvida em todos os âmbitos de atenção à saúde, promovendo prevenção e qualidade de vida com o propósito de evitar surgimento de lesões. (RODRIGUES, SOUZA & BITENCOURT. 2013)

A OMS afirma que atividades físicas leves e moderadas contribuem para uma vida ativa com melhora da saúde mental e coadjuvante na gerência de desordens como a depressão e a demência. (BENEDETTI, et all 2008)

Os programas de atividades físicas e recreativas contribuem positivamente para o bem estar, promovendo manutenção das aptidões físicas e melhoria das capacidades motoras que apoiam a realização das atividades de vida cotidiana. (PIRES, et al. 2004).

O estudo atividade física e estado de saúde mental de idosos, realizado por BENEDETTI, et al. (2008), relacionou os níveis de atividade física com a demência, e desta forma verificou a menor prevalência de demência para os sujeitos não sedentários.

COSTA (2004) ressalta em sua pesquisa que a “contribuição da atividade física reduz as taxas de morbidade e mortalidade de doenças cardiovasculares, diabetes, dislipidemias, como também aumenta a auto-estima e reduz a depressão e o isolamento social”

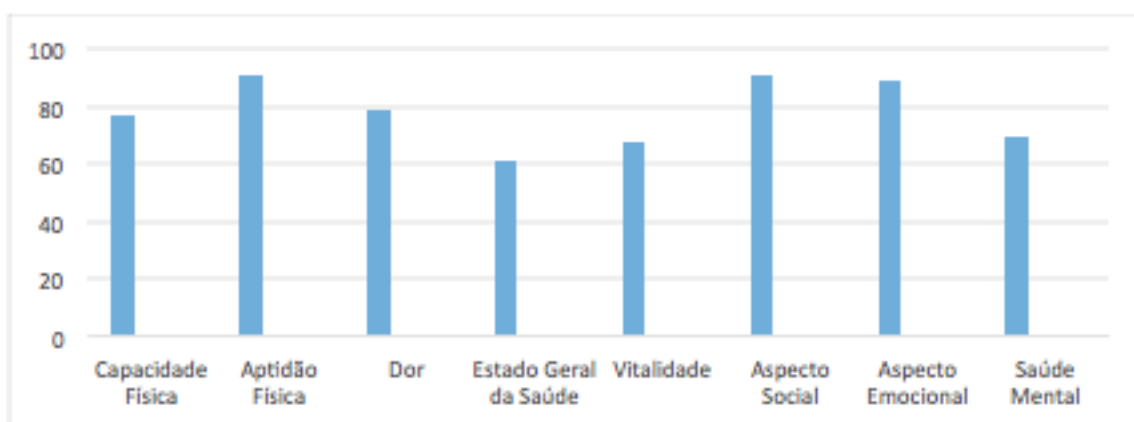
Embora a atividade física seja fator promotor de saúde e qualidade de vida, ela é considerada principal problema de saúde pública, pois, é necessário que o governo dê suporte e incentivo para concretização de projetos que visem prática de atividades físicas regulares pelas pessoas idosas. (SALIN, et al. 2008)

RESULTADOS

Diante dos dados analisados, verifica-se que os escores médios calculados apresentam a média com valores acima do escore 50 (gráfico 1). Entre eles, a menor pontuação foi no domínio estado geral da saúde e a maior média foi no domínio aptidão física e aspecto social.

WARE et al. apud RIBEIRO apud LOURO 2009, explica que valores baixos na dimensão estado geral da saúde, indica que a pessoa avalia a sua saúde como má e acredita que ela provavelmente vai piorar. Valores elevados na dimensão aptidão física significa que a pessoa realiza todos os tipos de atividade física, incluindo as mais exigentes, sem limitações por motivos de saúde. Valores elevados na dimensão aspecto social, indicam que a pessoa realiza as atividades sociais normais sem que problemas físicos ou emocionais interfiram.

Gráfico 1. Média SF 36

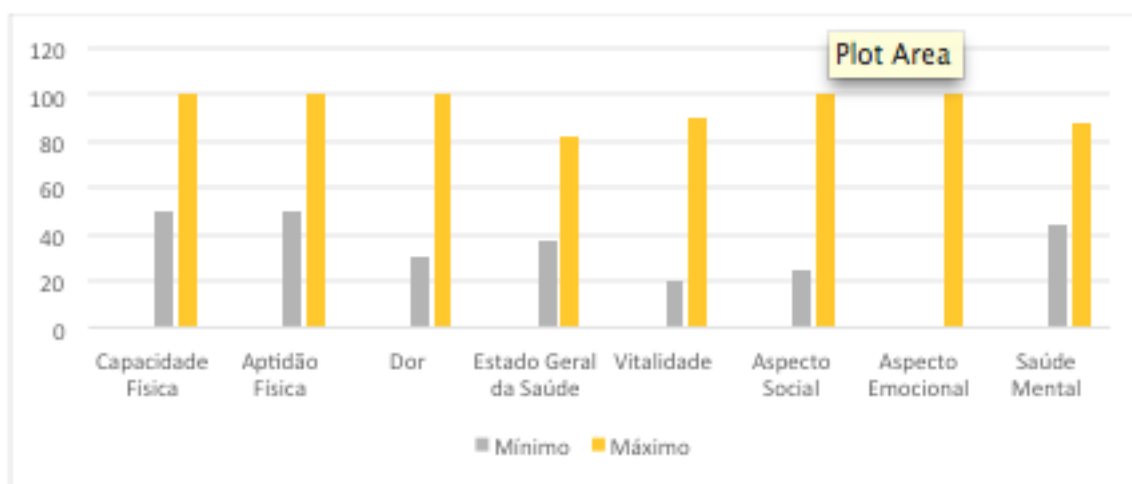


As autoras

As dimensões capacidade física, dor e saúde mental são classificadas segundo a tabela adaptada de URSS, (2000), no nível Bom. E os aspectos emocionais como Muito Bom.

Os dados indicam que nesta amostra o comprometimento da qualidade de vida está na vitalidade e no aspecto geral da saúde. Relacionado a vitalidade, valores baixos significam que a pessoa se sente cansada e exausta a maior parte do tempo. (WARE et al. apud RIBEIRO apud LOURO 2009)

Tabela 2. Escore mínimo e máximo do questionário SF-36



As autoras

CONCLUSÃO

O instrumento de avaliação SF-36 foi adequado pois nos possibilitou analisar qual área está sendo responsável por possível comprometimento da qualidade de vida.

Também foi possível verificar que em momento inicial os valores apresentavam-se maiores quando comparados a aplicação do questionário após as intervenções no meio aquático. Este fato nos leva a repensar questões como intensidade das atividades propostas, tempo de execução e socialização com as integrantes do grupo de hidroginástica.

A questão de relaxamento também poderia ser revisada, para possível implementação no programa de atividades, objetivando melhorar o aspecto vitalidade que mostrou-se comprometido através da avaliação.

A realização de novas pesquisas possivelmente auxiliará no direcionamento de programas de promoção a saúde. O projeto Envelhecimento Saudável busca produzir melhora significativa em todas as funções treinadas, proporcionando impactos positivos na qualidade de vida da comunidade participante do programa.

Com os resultados obtidos, conclui-se que é necessário uma reformulação das intervenções e objetivos propostos para que essa população alcance o bem estar físico e mental de maneira plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

serviço de fisioterapia em unidades básicas de saúde. 2009. Disponível em:< file:///C:/Users/W8/Downloads/rfm-2710.pdf>

BENEDETTI, T. et al. Atividade física e estado de saúde mental de idosos. 2008. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102008000200016&script=sci_arttext> Acesso em 27 de julho de 2014.

BIASOLI & MACHADO. Hidroterapia aplicabilidades clínicas. 2006. Disponível em:< http://www.biasolifisioterapia.com.br/publicacoes/028rbm4.pdf>

CAPORICCI, S.; NETO, O. Estudo comparativo de idosos ativos e inativos através da avaliação das atividades da vida diária e medição da qualidade de vida. 2011. Disponível em:< http://revistas.rcaap.pt/motricidade/article/view/107>

COELHO, E.; PEDROSO, M. Avaliação da qualidade de vida em idosos residentes no município de Santos/ SP. 2012. Disponível em:< http://sites.unisanta.br/revistaceciliana/edicao_07/1-2012-4-8.pdf>

FERNANDES, I.; VASCONCELOS, K.; SILVA, L. Análise da qualidade de vida segundo o questionário SF 36 nos funcionários da gerência de assistência nutricional (GAN) da fundação santa casa de misericórdia do Pará. 2009. Disponível em :< http://www.unama.br/graduacao/fisioterapia/pdf/2009.2/Analise_da_Qualidade_de_Vida_Segundo_Questionario_SF_36.pdf>

LOURO, S. O impacto da incapacidade física na qualidade de vida relacionada com a saúde nos doentes oncológicos: um estudo exploratório. Anexo 5. 2009. Disponível em :< http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/954/7/21423_ulsd056828_tm_anexo_5a.pdf>

PUCCI, G.; et al. Associação entre atividade física e qualidade de vida em adultos. 2012. Disponível em:

PIRES, T.; et al. A recreação na terceira idade. 2002. Disponível em :< http://www.cdof.com.br/idosos3.htm>

RODRIGUES, SOUZA & BITENCOURT. A Fisioterapia na Atenção Primária. 2013. Disponível em:< http://periodicos.unesc.net/index.php/prmultiprofissional/article/view/1146>

SALIN, M., et al. Atividade Física para idosos: diretrizes para implantação de programas e ações. 2011. Disponível em:< http://revista.unati.uerj.br/pdf/rbagg/v14n2/v14n2a02.pdf> Acesso em: 27 de julho de 2014.

TEIXEIRA, I.; NERI, A. Envelhecimento bem-sucedido: Uma meta no curso da vida. 2008. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000100010> Acesso em: 27 de julho de 2014

ZANELA. Hidroterapia e qualidade de vida em idosos. 2012. Disponível em:< http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/67740>

Cristina Souza Casaes

Acadêmica do curso de Fisioterapia das Faculdades São José

Izabella Palhete Lima

Acadêmica do curso de Fisioterapia das Faculdades São José

Daniele Gouvêa

Supervisora da clínica escola de Fisioterapia das Faculdades São José

Pérsia Abrahão

Supervisora da clínica escola de Fisioterapia das Faculdades São José

Vera Feitas

Coordenadora de Fisioterapia das Faculdades São José

RESUMO

A encefalopatia crônica é um quadro patológico, cuja lesão é irreversível e designa de um grupo de afecções do sistema nervoso central da infância, que não tem caráter progressivo, mas, apresenta clinicamente por distúrbios da motricidade. Essa patologia está ligada principalmente a rigidez muscular(ROTTA, 2002).

A encefalopatia crônica acomete o sistema nervoso central, não progressivo, mas, ocorre em período pré-natais, comprometendo geralmente a postura, alterações no movimento, equilíbrio e da coordenação com presença de movimentos involuntários, envolvendo retardo ou atraso no desenvolvimento motor. A espasticidade é o tipo mais comum, e sua incidência chega em torno de 75%, por isso observa-se resistência em alongarmos devido pois a musculatura se apresenta tensa e contraída (LEITE,2004).

A importância do acompanhamento terapêutico é trazer ao paciente uma maior independência, promovendo uma melhor qualidade de vida, trabalhando na manutenção e prevenção dos movimentos existentes e conservar os movimentos que foram acometidos (LEITE,2004).

Palavras-Chave: Encefalopatia crônica na infância, tratamento na encefalopatia, doença neurológica na infância, recursos fisioterápicos utilizados para encefalopatas, paralisia cerebral .

ABSTRACT

Chronic encephalopathy is a pathological condition, the damage is irreversible and designates a group of central nervous system disorders of childhood, which is not progressive, but presents clinically by the motor disorders. This pathology is linked mainly muscle stiffness (ROTTA, 2002). The chronic encephalopathies of the central nervous system, not progressive, but occurs in prenatal period, usually affecting posture, changes in movement, balance and coordination with the presence of involuntary movements, involving delayed or delayed motor development. Spasticity is the most common type, and its incidence reaches around 75%, so it is observed alongamos resistance because it presents the muscles contracted and tense (milk, 2004).

The importance of therapeutic monitoring is to bring the patient greater independence, promoting a better quality of life, working in the maintenance and prevention of existing movements and preserve the movements that were affected (MILK, 2004).

Keywords: chronic Encepatia in childhood, treatment in encephalopathy, neurological disease in childhood, physiotherapy resources used for neurologically impaired, cerebral palsy.

INTRODUÇÃO

A encefalopatia crônica não é uma doença e sim um quadro ou estado patológico, pois nesse caso a lesão é irreversível. Essa patologia designa um grupo de afecções do SNC da infância que não têm caráter progressivo e que apresenta clinicamente distúrbios da motricidade, isto é, alterações do movimento, da postura, do equilíbrio, da coordenação com presença variável de movimentos involuntários. Ela é definida como patologia ligada a diferentes causas e caracterizada, principalmente, por rigidez muscular (J. PED. 2002).

Sabe-se que o desenvolvimento do cérebro tem início logo após a concepção e continua após o nascimento, qualquer fator agressivo ao cérebro, seja antes, durante ou após o parto, prejudicará a função da área cerebral lesada, algumas alterações poderão ser permanente caracterizando uma lesão não progressiva (LEITE,2004).

A lesão interfere no desenvolvimento ordenado, que em crianças normais, durante o primeiro ano de vida, apresentam inicialmente uma exuberância de motoneurônios a que passam por uma diminuição gradual, reduzindo assim, a intensidade da resposta reflexa que sofre alterações durante o desenvolvimento. Resultando, na modulação inadequada dos reflexos e das reações de endireitamento, que são importantes no desenvolvimento do controle tônico e postural. (MORIOTO,2004)



Fonte: .CARGNIN, Ana Paula Marega; MAZZITELLI, Carla 2003.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em literaturas especializada através de artigos científicos e figuras utilizadas pelos artigos, Google acadêmico, Bireme, Revistas científicas, do período de 2002 a 2011.

DESENVOLVIMENTO

A encefalopatia crônica acomete o Sistema Nervoso Central (SNC), tem caráter não progressivo e pode ocorrer nas fases pré-natais, peri natal e pós-natal por inúmeras causas entre elas podemos destacar: infecções, AIDS, uso de entorpecente, tabaco, álcool, desnutrição, traumas entre outros. A asfixia pré-natais e perinatais é responsável pelo comprometimento cerebral em recém-nascido. A encefalopatia crônica geralmente acomete a postura, alterações no movimento, equilíbrio, da coordenação com presença de movimentos involuntários, usualmente envolve retardo ou atraso no desenvolvimento motor, persistência de reflexos primitivos e o fracasso no desenvolvimento dos reflexos protetores, essa patologia caracteriza-se por um distúrbio de movimento ou postura dependendo do local e a magnitude do dano. Os sintomas podem variar de acordo com a perturbação da função muscular que surge após a destruição ou ausência congênita dos neurônios motores superiores. Podemos classificar o membro acometido como: (J.RIBEIRO,2008)

- Paraplegia: comprometimento dos membros inferiores
- Triplegia: comprometimento de três membros
- Quadriplégica: comprometimento de quatro membros
- Hemiplegia: afetados dois membros do mesmo lado
- Monoplegia: um membro comprometido.

Suas incidências estão classificadas entre moderadas e severas estão entre 1,5 a 2,5 em países desenvolvidos. Está mais associada às formas tetraplégicas, diplégicas ou mistas. A epilepsia varia de 25 a 35% dos casos, ocorrendo mais associado com a forma hemiplégica ou tetraplégica. Distúrbios da linguagem, Distúrbios visuais Podendo ocorrer perda da assiduidade visual ou dos movimentos oculares (estrabismo), Distúrbios do comportamento que são mais comum nas crianças com inteligência normal ou limitrofe, que se sentem frustradas pela sua limitação motora, quadro agravado em alguns casos pela super proteção ou rejeição familiar. Distúrbios ortopédicos que mesmo nos pacientes submetidos à reabilitação bem orientada, são comuns retrações fibrotendíneas (50%) cifoescoliose (15%), "coxa valga"(5%) e deformidades nos pés.(CARGNIN,2003 e LEITE, 2004)

Entendemos que além dos fatores físicos e ortopédicos causados pela encefalopatia, cabe também destacar os aspectos psicológicos e sociais. Em sua grande maioria, os pacientes encefalopatas não possuíam seus direitos sociais garantidos no âmbito da educação, da assistência social e do trabalho, e alguns dos fatores que dificultaram o acesso da população a bens e serviços essenciais para a vida humana, são a pobreza e a desigualdade social, que em alguns casos esses fatores contribuem para a aquisição da deficiência (AOKI,2011).

O papel da Fisioterapia é facilitar a aquisição do desenvolvimento motor diminuindo ao máximo possível a interferência de reflexos, contraturas e deformidades. Trabalhando com o intuito de promover o máximo de independência possível. A fisioterapia tem por objetivo: Inibir a atividade reflexa anormal, normalizando o tônus muscular e facilitar o movimento normal, conseqüentemente melhorando a força, flexibilidade, amplitude de movimento (ADM), e as capacidades motoras básicas para a mobilidade funcional. As metas de um programa de reabilitação são reduzir a incapacidade, prevenir contraturas e deformidades e otimizar a função.(MADEIRA,2009)

Os alongamentos músculo-tendinosos devem ser lentos e realizados diariamente para manter a amplitude de movimento e reduzir o tônus muscular. Exercícios de grande resistência podem auxiliar no fortalecimento muscular, mas com as devidas precauções em pacientes com lesões centrais, pois reforçarão as reações tônicas anormais já existentes aumentando a espasticidade (LEITE,2004).

A fisioterapia vai atuar em treinamentos de marcha, mudanças de decúbito e ou transferências, equilíbrio, controle de tronco, motricidade fina, fortalecimento muscular e alongamento, preservando o movimento existente e aprimorando os movimentos que foram perdidos, além de trabalhar a melhora da capacidade respiratória. Os benefícios psicológicos também estão presentes através da sensação de maior liberdade proporcionada pela possibilidade de atividades motoras não realizáveis em solo (DURIGON,1996).



Fonte: .CARGNIN, Ana Paula Marega; MAZZITELLI, Carla 2003.

CONCLUSÃO

Percebemos a relevância do acompanhamento fisioterapêutico, tendo por objetivo preservar e melhorar a função que o paciente apresenta, isto é, trazer mais autonomia ao paciente, melhorar suas atividades de vida diária, sem deixar de falar que, devido a comorbidade afetar o indivíduo de forma global.

Enclui-se que se faz necessário um acompanhamento por uma equipe multidisciplinar da área da saúde.

REFERÊNCIAS

AOKI, Marta, Fatima Corrêa Otiver, Stella Maris Nicolau: Artigo consideração acerca das condições de vida das pessoas com deficiência a partir de um levantamento em uma unidade básica de um bairro periférico do município de São Paulo. O mundo da saúde, São Paulo:2011(169:178).

CARGNIN, Ana Paula Marega; MAZZITELLI, Carla. Proposta de Tratamento Fisioterapêutico para Crianças Portadoras de Paralisia Cerebral Espástica, com Ênfase nas Alterações Musculoesqueléticas. Revista Neurociências, 2003.

DURIGON, Odeie de Fátima Sallas *, Cristina dos Santos Cardoso de Sá** Intervenção fisioterápica facilitatória em paciente com encefalopatia não progressiva crônica da infância. Rev. Fisioter. Univ. São Paulo, v.3, n. 1/2, p.54 - 64, jan. /dez., 1996

J. Pediatr (Rio J) 2002; 78 (Supl.1):S48-S54: Lesão cerebral, neurologia pediátrica, espasticidade. Paralisia cerebral, novas perspectivas terapêuticas. de Pediatría - Vol. 78, Supl.1, 2002 S48 0021-7557/02/78-Supl.1/S48 Jornal de Pediatría

J.RIBEIRO, 2,3 G. Caon, 3 T.S. Beltrame: Perfil motor de criança com encefalopatia cronica não progressiva - implicações para a intervenção profissional ISS -1982-4866 (abr/julh 2008) n.14, vol 3, 42-45

LEITE, Jaqueline Maria Resende Silveira; PRADO, Gilmar Fernandes. Paralisia Cerebral Aspectos Fisioterapêutico e Clínicos. Revista Neurociências, 2004.

LEITE, Jaqueline Maria Resende Silveira ,Prado Gilmar Fernandes do : artigo de revisao, Paralisia cerebral Aspectos Fisioterapêuticos e Clínicos :10.4181/RNC.2004.12.41

MADEIRA, Elisângela Andrade Assis;Carvalho Sueli Galego.Paralisia Cerebral e Fatores De Risco ao Desenvolvimento Motor: Uma Revisao Teorica. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v.9, n.1, p.142-163, 2009

MORIMOTO, Márcia Midori; SÁ, Cristina dos Santos Cardoso; DURIGON. Odete de Fátima Sallas. Efeitos da Intervenção Facilitatória na Aquisição de Habilidades Funcionais em Crianças com Paralisia Cerebral. Rev Neuroscienc, 2004

ROTTA, Newra Tellechea. Paralisia Cerebral, novas Perspectivas Terapêuticas. Jornal de Pediatria, 2002.

A DINÂMICA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: um breve relato dos desafios de uma IES e sua inserção social sob a perspectiva do ensino e pesquisa

DYNAMICS OF UNIVERSITY EXTENSION: a brief account of the challenges of an HEI and their social integration from the perspective of teaching and research.

José Eduardo Pereira Filho

Professor Doutor em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ/IPPUR), Mestre em Ciência Política (IFCS/UFF).
Graduação em Ciências Sociais, Licenciatura e Bacharelado (IFCS/UFF).

Maria Alice Ilha Niederauer de Freitas

Graduando em Direito (FSJ), 10º Período.

RESUMO

O presente artigo trata da Extensão Universitária sob a perspectiva do ensino e da pesquisa. O objetivo central é apresentar os principais desafios de uma instituição de ensino superior para criação de um Núcleo de Extensão visando à ampliação da sua inserção social na região em que está inserida, sob perspectiva do ensino e da pesquisa. O estudo tem como problemática central apontar quais são os principais desafios iniciais de uma instituição universitária ao elaborar e dar os primeiros passos na construção de um Núcleo de Extensão. Para tanto a pesquisa fez uso dos seguintes recursos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental; pesquisa de campo aliada à técnica da observação participante, visando conciliar os aspectos conceituais e concretos da investigação. Pode ser concluído que os desafios iniciais da criação de um Núcleo de Extensão Universitária vão desde os organizacionais/operacionais até os de natureza cultural. Entretanto, podemos considerar que o principal desafio diz respeito ao entendimento do significado da Extensão por parte dos atores envolvidos, tais como professores, gestores universitários, discentes e a própria comunidade a ser assistida. Isto está relacionado ao caminho a seguir, focado em cursos voltados para comunidade, a prestação de serviços in loco ou na própria faculdade. Ou por meio da combinação de ambas diretrizes. Acredita-se também que a Extensão deve, de certo modo, ser flexível o bastante para assumir um formato que dependerá do público alvo que se deseja atingir e das expectativas deste segmento social. Para tanto, o Núcleo de Extensão Universitária juntamente com a Direção de ensino, das Escolas e com as Coordenações, deverá estar atento e sensibilizado a compreender os meandros e as expectativas institucionais, acadêmicas e sociais.

Palavras-Chave: Extensão Universitária, ensino e pesquisa.

ABSTRACT

This article deals with the University Extension from the perspective of teaching and research. The main objective is to present the main challenges of an institution of higher education for creating an Extension Center included to extend their social integration in the region in which it operates, from the perspective of teaching and research. The study is central problematic point out which are the main initial challenges of a university to prepare and take the first steps in building a Core Extension. For both research made use of the following methodological resources: bibliographic and documentary research; search field allied to the technique of participant observation, in order to reconcile the conceptual and practical aspects of research. It can be concluded that the initial challenges of creating a University Extension Center range from organizational / operational by the cultural nature. However, we can consider that the main challenge concerns the understanding of the meaning of extension by the actors involved, such as teachers, university administrators, students and the community itself to be assisted. This is related to the way forward, focused on courses focusing on community, the provision of services on-site or in the college. Or by combination of both guidelines. It is also believed that the extension should, in a sense, be flexible enough to take a format that depend on the target audience they want to reach and the expectations of this social segment. To this end, the University Extension Center along with the educational direction, the schools and the Coordinators should be aware and sensitized to understand the intricacies of institutional, academic and social expectations.

Keywords: University Extension, teaching, research.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de um tema por demais recorrente no meio acadêmico e universitário que se constitui no que denominamos como Extensão Universitária. Ao contrário do que se poderiam imaginar, as práticas extensionistas no campo universitário brasileiro remontam desde os primórdios do século passado e perduram, embora com diferentes significados, até os dias atuais. É possível constatar também as suas múltiplas interpretações conforme literatura que analisa o tema e identificar os seus principais desafios frentes às inúmeras transformações que a sociedade e o meio universitário têm passado.

Quando tratamos do tema – Extensão Universitária – inúmeras questões podem ser levantadas, desde as que dizem respeito à natureza normativo-legal desta atividade até as referentes às formas de atuação e operação.

Diante da amplitude da discussão, o presente estudo tem como problemática central identificar quais são os principais desafios iniciais de uma instituição universitária ao elaborar e dar os primeiros passos na construção de um Núcleo de Extensão.

Portanto, o objetivo central do artigo é apontar os principais desafios de uma instituição de ensino superior na atualidade e a sua respectiva relevância ao desejar criar um Núcleo de Extensão Universitária visando à ampliação da sua inserção social na região em que está inserida, sob perspectiva do ensino e da pesquisa.

Visando alcançar o citado objetivo, buscaremos os seguintes objetivos específicos: elaborar uma breve compreensão de extensão universitária, tendo como foco sua evolução histórica e a consequente redefinição conceitual; apresentar um breve histórico da IES e da comunidade pesquisadas, apresentar os principais dilemas e desafios da extensão na atualidade e, por fim, apontar as possíveis contribuições visando à ampliação da interlocução entre Ensino, Pesquisa e Extensão, objetivando, assim, a troca de conhecimento e experiências entre Instituição de Ensino Superior (IES) e Comunidade.

Em termos mais amplos, um dos motivos que justificam a realização do estudo estão relacionados às transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas mais recentes que certamente têm impactado nas relações decorrentes da Extensão Universitária. No sentido restrito, em termos educacionais, percebe-se que tais transformações tem se revelado consequentemente em novos desafios.

Observa-se, então, que a construção do saber isolado e dissociado tem sido amplamente questionada por uma compreensão que busca associá-la à interdisciplinaridade e ao processo de troca contínua de conhecimento entre atores sociais de mundos relativamente distintos, como tradicionalmente, são reconhecidos os encontros decorrentes entre o meio universitário e a denominada “comunidade”. Tal quadro tem se revelado como uma expressão social máxima que se revela nas relações interpessoais e sociais no sentido mais amplo, decorrentes da Extensão Universitária, se constituindo em um potencial mais promissor.

Vale lembrar, contudo, que em função da própria ampliação do ensino superior a extratos das camadas populares – via políticas públicas no campo educacional - tem rompido, de certo modo com a visão segmentada que distingue de modo rígido e absoluto a Extensão Universitária e a Comunidade, pois se considera cada vez mais que quem está inserido no ensino superior hoje, também pode ser um membro de uma determinada “comunidade”. Portanto, este estudo busca contribuir para o referido debate, reconhecendo que o contexto da Extensão Universitária pode e tem assumido novos contornos que precisam ser mais amplamente discutidos e analisados.

Respondendo a questão norteadora do presente estudo apresentada inicialmente, o artigo tem como hipótese que os desafios iniciais da criação de um Núcleo de Extensão Universitária são inúmeros, desde os organizacionais e culturais até os institucionais. Entretanto, temos como foco central que o principal desafio diz respeito ao entendimento do sentido e do significado da Extensão entre os diversos atores envolvidos, tais como professores, gestores universitários, discentes e a própria comunidade a ser assistida. Acredita-se também que a Extensão é de certo modo flexível o suficiente para assumir um formato que dependerá do público alvo que se deseja atingir e das expectativas deste grupo social. Eis, talvez, o principal desafio.

Metodologicamente, de um lado, o estudo teve como base uma breve pesquisa bibliográfica buscando recuperar conceitualmente a trajetória da Extensão Universitária por meio dos diversos autores que investigam o tema; de outro lado, buscou traçar um breve apanhado das inúmeras interpretações que a extensão tem assumido, conforme o contexto político-social que esteja inserido.

Foi elaborada igualmente uma pesquisa documental tendo como base a legislação pertinente ao exercício da Extensão Universitária em si, assim como os contornos educacionais em que tem estado envolvida. Tais documentos estão relacionados às determinações governamentais no campo educacional, assim como documentos da IES pesquisada, e especial, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/FSJ – 2013-2017).

Por fim, este estudo também teve como suporte metodológico, a experiência dos autores deste trabalho na condição de implementadores do Núcleo de Extensão Universitária em sua inserção em uma comunidade situada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, se constituindo, portanto, em um tipo de pesquisa que se enquadra na conceituação de pesquisa de campo, aliada à observação participante.

Tal procedimento representa um método de investigação típico dos estudos antropológicos em função da presença do pesquisador no lócus a ser investigado, não diferenciando de modo explícito a relação entre pesquisador e pesquisado em função do nível de interação entre ambas as partes. O relato presente é, conseqüentemente, fruto dos primeiros passos da inserção do Núcleo de Extensão Universitária em uma comunidade do bairro de Realengo, ao longo do segundo semestre de 2014.

Portanto, com o intuito de atingir os objetivos elencados no presente artigo, inicialmente será apresentada uma conceituação teórica e histórica da Extensão Universitária na sociedade brasileira. No momento seguinte serão relatados alguns dos principais acontecimentos e fatos correspondentes à história das FSJ e da Comunidade do Batan, delineando o perfil de cada objeto investigado. Finalmente, serão apresentadas as ações específicas promovidas pelas FSJ no campo da ação social e os primeiros passos da extensão propriamente dita na Comunidade do Batan.

Tal encaminhamento buscou, portanto, conciliar alguns pressupostos teóricos da Extensão Universitária com a experiência concreta e real das ações da IES pesquisada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O que compreendemos hoje como Extensão Universitária teve origem na Europa, mais precisamente na segunda metade do século XIX na Grã-Bretanha visando atender à população em geral por meio de cursos curtos promovidos por instituições de ensino. Nos EUA a extensão se estendeu para a prestação de serviços nas áreas urbana e rural, não se restringindo, portanto, à promoção de cursos.

A natureza das duas formas extensão, a europeia e a norte-americana - a primeira com ênfase em curso e a segunda com destaque à prestação de serviços - irá determinar na formulação de dois modelos de Extensão Universitária que até os dias atuais encontra-se em debate.

No Brasil as primeiras experiências remontam ao ano de 1911, na antiga Universidade de São Paulo, que inicialmente buscou atuar na promoção de cursos voltados à população em geral. A ideia era entender a Extensão Universitária como uma forma de levar os saberes acadêmicos através de cursos a quem não teria acesso a tais informações. (NOGUEIRA, 2001, p. 63)

Na década seguinte, observa-se a ocorrência da elaboração de programas de prestação de serviços na área rural promovidos pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e pela Escola Agrícola de Lavras, ambas as experiências ocorridas em Minas Gerais. (NOGUEIRA, 2001, p. 58)

Conforme Nogueira (2001) foi por meio do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931, que a Extensão Universitária foi designada como um instrumento de ampliação dos serviços da universidade à população em geral, visando como autor aponta uma "maior amplitude e mais larga ressonância às atividades universitárias que concorrerão de modo eficaz para elevar o nível da cultura geral do povo".

Acrescenta Silva (2012, p. 95), reiterando as palavras de Nogueira (2001) que:

A institucionalização da extensão no âmbito da Legislação tem início com o Decreto nº. 19.851/31, de 11 de abril de 1931, que institui o "Estatuto da Universidade Brasileira", no qual se verifica a primeira referência legal feita à extensão universitária – concebendo "a extensão associada à ideia de elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária".

Eis uma ideia clara do entendimento da Extensão Universitária dentro de um modelo tradicional que se revela na concepção de uma instituição que "leva" o conhecimento a quem é considerado desprovido de saberes muitas vezes associados à cultura como o próprio texto diz.

Na realidade, Nogueira (2001) observa que as atividades de extensão desse molde se constituem nesse contexto em um complemento na formação dos alunos e dos egressos, tendo, entretanto, reduzido impacto efetivo nas populações assistidas.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 4024, 1961) faz uma breve citação da Extensão Universitária ao declarar que as Universidades poderiam ministrar cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização aos indivíduos que estivessem aptos a fazê-los.

Os governos decorrentes do movimento civil-militar de 1964 deram continuidade a uma visão de extensão de caráter assistencialista por meio de dois grandes projetos. O Projeto Rondon e o CRUTAC (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária) visavam envolver estudantes de ensino superior em ações sociais que tinham evidentemente um forte apelo ideológico do contexto político autoritário que aliava desenvolvimento econômico e a política de Segurança Nacional. (NOGUEIRA, 2001, p. 60).

Ainda neste contexto, a Lei Básica da Reforma Universitária (nº 5.540/1968) refere-se à Extensão Universitária nos artigos 20 e 40. No primeiro artigo é declarado que as IES poderão promover cursos e serviços junto às comunidades, fruto das suas atividades de ensino e pesquisa, enquanto o segundo considera que as atividades de extensão contribuiriam para que os estudantes promovessem melhores condições sociais das comunidades assistidas (NOGUEIRA, 2001, p. 61).

No caso brasileiro, as duas modalidades de Extensão Universitária – cursos e prestação de serviços - interagiram ao longo da história, embora, conforme afirma Nogueira (2001, p. 62) “desarticuladas das demais atividades acadêmicas – Ensino e Pesquisa -, mas delas dependentes”.

Nogueira (2001) também revela outra compreensão da Extensão Universitária no contexto histórico social mais recente. Nos anos 60 antes do golpe militar de 1964 a extensão se viu vinculada com um engajamento político com as camadas populares, enquanto a partir da segunda metade da referida década em função da ascensão do novo governo assumiu novamente um perfil mais assistencialista.

Na década de 70 do século passado, o Ministério da Educação, em disputa com outros ministérios, criou o Plano de Extensão Universitária fortemente influenciado pela política desenvolvimentista de então, tomando o referido Ministério para si a atribuição de formular a política de Extensão, definindo-a naquele momento de maneira até inovadora na medida em que a reconhecia como: “a forma através da qual a IES estende sua área de atendimento às organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa” (MEC/ DAU, 1975 citado por NOGUEIRA, 2001, p.65).

Com o processo de redemocratização ao longo da década de 80, o compromisso social das IES foi reforçado em função das demandas sociais decorrentes das alterações institucionais que o país passou, entre eles maior participação social nas diretrizes educacionais e sociais mais amplas.

Acrescente-se ao referido fato, o compromisso cada vez mais crescente de se evitar uma visão assistencialista da Extensão Universitária, devendo, ao contrário, estar cada vez mais vinculada ao ensino e à pesquisa.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) ao apontar as funções do ensino superior declara que a extensão tem um papel difusor das conquistas culturais e da pesquisa científica junto à sociedade mais ampla.

Até aquele momento, comparando o referido texto, afirma Nogueira (2001), não tinha havido um avanço significativo no entendimento das funções da Extensão Universitária em relação aos primórdios da legislação que tratou do tema; o que se constitui em um problema, na medida em que parece não ter acompanhado às mudanças que ocorreram na sociedade mais ampla, quer no campo político, quer no campo social e da própria formação acadêmica e profissional nas faculdades e universidades brasileiras.

O embate entre uma Extensão Universitária assistencialista e de certo modo elitista, desvinculada do ensino e da pesquisa e uma visão mais arrojada que a entende como uma atividade acadêmica ampla que envolve produção, sistematização e transmissão de conhecimento (p. 71), ainda hoje mapeia o debate.

Acrescente-se ainda um desafio de a Extensão Universitária ser um elemento de não apenas produção, sistematização e transmissão de conhecimento, mas como uma efetiva forma de troca de saberes, quer científicos, disciplinares e objetivos, quer subjetivos e interdisciplinares.

Sob essa perspectiva a representação social mais recente da Extensão Universitária é caracterizada pelo “princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (2012, p. 15) .

Observa-se, portanto, ao longo da trajetória da ocorrência da Extensão Universitária na sociedade brasileira um processo que se inicia nos primórdios do século XX com um forte sentido assistencialista e pouco vinculado à pesquisa e que nos anos mais recentes vem se dirigindo para um entendimento da referida ação como um projeto institucional marcado pela produção científica e pela prática do ensino em si. Vale lembrar também que tais mudanças ocorreram influenciadas pelos momentos políticos e educacionais que o país passou ao longo do referido período.

A EXPERIÊNCIA DAS FACULDADES SÃO JOSÉ: um breve histórico de inserção social.

As Faculdades São José estão localizadas em Realengo na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, é uma instituição de ensino superior que funciona desde 1980.

Atualmente a Instituição de Ensino Superior (IES) oferece no campo da graduação os seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Odontologia, Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), Turismo, Direito, Pedagogia, Fisioterapia, Educação Física e, para o próximo semestre, Enfermagem.

Sua história está intrinsecamente ligada à história de seu fundador prof. Antônio José Zaib, “emérito educador que iniciou sua labuta na área do ensino em meados da década de 40”. Com o reconhecimento como professor, no início de sua carreira, decidiu fundar, em 1955, o Colégio Dom Oton Motta, e, em seguida, em 1962, o Colégio Rio da Prata, que se tornou “um grande educandário, não apenas por suas instalações, mas também pela qualidade e eficiência do ensino ministrado por primoroso quadro docente.”.

Em decorrência do rápido crescimento do colégio, que o Prof. Antônio José Zaib se entusiasmou e “decidiu lançar a ideia de implantar, naquela Região Administrativa, a Faculdade São José, instituição de ensino superior que atenderia ampla área geográfica suburbana, até então desassistida de qualquer iniciativa nesse campo.” .

A oportunidade de adquirir uma área surgiu no ano de 1970, em Realengo, onde foi construído e implantado o Colégio Realengo, terceira instituição de ensino dedicada à educação básica. Tal instituição em função do “do amplo e bem planejado conjunto arquitetônico levantado, viria a ser o embrião da Faculdade São José”.

O fundador do Colégio Realengo, impulsionado “pela tese vencedora do Congresso de Saúde realizado em Gramado/RS, nos idos de 1970, que vaticinava como causa mor do caos existente na área de saúde e previdência social, a inexistência do profissional Administrador Hospitalar” , entusiasmou-se pela ideia inovadora de difundir no mercado de trabalho, o profissional de Administração Hospitalar.

Motivado por esse ideal, fundou “em 10 de outubro de 1974 a Sociedade de Educação e Assistência Realengo (SEARA), associação civil sem fins lucrativos, com sede à Rua Marechal Soares Andréa n o 90, Realengo, e com foro na cidade do Rio de Janeiro.” Somente a partir disto, obteve autorização do Conselho Federal de Educação (CFE) para o funcionamento do Curso de Administração Hospitalar. Posteriormente, conseguiu o reconhecimento do curso, mantendo-se até os dias de hoje, pioneiro e único, nesta habilitação em nível de graduação, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 1980, as Faculdades São José realizaram o primeiro vestibular para Administração Hospitalar. Desde então, a instituição encontra-se em franco processo de ampliação, implantando diversos cursos de graduação. Os mais recentes são de Educação Física, que começou no semestre 2014.2, e o de Enfermagem, que terá início em 2015.1.

Ao longo desses anos, a instituição também promoveu simpósios, encontros culturais, cursos de extensão, feiras de estágios, cursos de pós-graduação (especialização) e pesquisas nas mais diversas áreas e mantém, desde o início de suas atividades, “ativo programa de pós-graduação e atualmente possui turmas em funcionamento para os cursos de especialização na área de Odontologia e de Educação”.

Além disso, a instituição tem se preocupado em colocar no mercado de trabalho profissionais capacitados profissionalmente e socialmente responsáveis, que possam ser imediatamente inseridos no setor público e no setor privado. “Os serviços prestados pelos profissionais têm trazido prosperidade nos locais de sua atuação, levando o município do Rio de Janeiro a oferecer estágios remunerados semestrais aos alunos da instituição, além de solicitar estagiários sem remuneração.”

Talvez, este seja o principal legado institucional da IES para a região, ou seja, formar indivíduos com capital profissional e cidadão, garantindo, assim, o desenvolvimento local da região. Desenvolvimento que reverbera em amplos campos da vida social, quer na atuação profissional e especializada, quer na área educacional mais ampla. Na medida em que se entende a educação como um instrumento que vai além da capacitação técnica, ao contrário, assume um contorno social e político mais amplo.

Como consequência desses serviços prestados à sociedade, aliado a todo o histórico de atuação da instituição, em 2001, a Sociedade de Educação e Assistência Realengo, mantenedora das FSJ, foi reconhecida como Instituição de Utilidade Pública Municipal pela lei n o 3.293/01. No mesmo ano, o trabalho do Reitor das FSJ em prol da educação foi laureado com indicações sucessivas, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, ao Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro, onde, atualmente, permanece exercendo a função de Conselheiro.

Em 2002, a Sociedade de Educação e Assistência Realengo (SEARA), consciente da sua responsabilidade social e preocupada em desenvolver ações concretas destinadas ao crescimento das comunidades de seu entorno, junto com outras seis mantenedoras de instituições de ensino superior, fundaram o Conselho das Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste (CIEZO), organização não governamental, sem fins lucrativos, com objetivo de fomentar o desenvolvimento socioeconômico da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, com destaque para o convênio executado até 2008 com a prefeitura carioca para implantação do Programa de Saúde da Família em toda Zona Oeste da capital.

Portanto, conforme foi possível observar, as FSJ, desde a sua instituição, vêm colocando em prática a sua visão, que é “ser identificado como referência no Estado do Rio de Janeiro na qualidade de ensino e na questão do desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos na formação de profissionais que possuam as habilidades e competências necessárias para a articulação das questões sociais, econômicas, ambientais e legais, seja na esfera pública ou privada.”

Para isso, se esmera em cumprir sua missão de: “Contribuir para o desenvolvimento econômico e social local e regional, através da formação de cidadãos e de profissionais inovadores, empreendedores, socialmente responsáveis e éticos, preocupados com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, no exercício das suas habilidades e competências profissionais e pessoais.”, com foco nos seus valores: “Dignidade da Pessoa Humana; Pluralismo de Ideias; Multiculturalismo; Justiça Social; Liberdade de aprender, ensinar e divulgar o saber; Meio Ambiente ecologicamente equilibrado; e Tecnologia a serviço da promoção da Pessoa Humana”. Eis o complexo e significativo desafio institucional das FSJ.

A COMUNIDADE DO BATAN: um breve histórico

O trabalho que o Núcleo de Extensão Universitária desenvolveu com a comunidade local ocorreu na região do Batan, também conhecida como Jardim Batan. Trata-se de uma comunidade localizada na Zona Oeste, próxima à Avenida Brasil, em Realengo, que, por muito tempo, ficou conhecida pelos confrontos violentos entre as facções criminosas que procuravam controlar o tráfico de drogas na região, principalmente no Fumacê, uma comunidade vizinha ao Batan.

Em 2007 tráfico de drogas foi contido pelos milicianos, que ocuparam a comunidade. Um ano depois, um fato trouxe notoriedade à comunidade: jornalistas de uma equipe do jornal “O Dia” que estavam fazendo uma série de reportagens justamente sobre a atuação da milícia foram descobertos pelos milicianos e, em seguida, aprisionados e torturados.

Somente com a intervenção da Polícia Militar do Estado do RJ (PMERJ) foi possível expulsar os milicianos e, desde então, a comunidade vive sob a proteção da Polícia Militar, tendo sido a terceira comunidade a ter uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), instalada em 2009. A partir de então, a história do Batan mudou e hoje é considerada uma comunidade pacífica, sobretudo, no que tange aos índices de violência.

Para uma perfeita compreensão da identidade dessa comunidade, é preciso traçar uma linha histórica da região do Batan, que recebeu esse nome a partir do nome da árvore de “Urubatã”, bastante comum na época e que hoje em dia não existe mais na região.

Inicialmente, por volta dos anos 1950, a comunidade era uma grande fazenda, cuja principal atividade era a criação de gado. Com o crescimento populacional e a consequente favelização que aconteceu nas décadas seguintes em todo o Rio de Janeiro, em especial, nos anos de 1970 e 1980, um grande número de pessoas ocupou a região, transformando a antiga fazenda em uma espécie de sub-bairro de Realengo, muito precário, carente de urbanização e saneamento básico, como é o retrato das regiões ocupadas sem investimentos sociais e de equipamento urbano.

Atualmente, estima-se que o Batan possua cerca de 28.000 habitantes, incluindo a comunidade do Fumacê, sendo a maioria destes habitantes oriundos da região Nordeste do país, fruto do fluxo migratório do referido período. Os principais meios de locomoção desses habitantes são os transportes alternativos que passam por Bangu e as linhas de ônibus que trafegam pela Avenida Brasil. Também podem se deslocarem a pé, num percurso que leva aproximadamente 30 minutos até a Estação de Trem de Realengo.

Quanto ao atendimento à saúde da população, o hospital mais próximo é o Hospital Albert Schweitzer, que está localizado a 4 quilômetros de distância da comunidade. Há também o Programa de Agente Comunitário de Saúde (PACS), chamado de Saúde da Família, que trabalha com prevenção da saúde, que atua dentro da região. Também há assistência a saúde pela Clínica da Família Antonio Gonçalves da Silva, instalada em 2012.

No que diz respeito ao atendimento a educação, há a Escola Municipal Costa do Marfim, mais conhecida como "Brizolinha", por ter sido fundada, na época, pelo então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. A escola atende crianças do Ensino Infantil, Fundamental e Especial. Em 2010, foi inaugurado o Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEP), que oferece os cursos de Cabeleireiro Básico, Camareira, Espanhol, Informática I e II, Inglês e Manicure e Pedicure.

Em parceria com as Faculdades São José aconteceram dois cursos de Capacitação de Lideranças Comunitárias, promovidos pelo Núcleo de Extensão Universitária que serão apresentados adiante, mais detalhadamente. O primeiro ocorreu na Clínica da Família Antonio Gonçalves da Silva, acima citada, e contou com a participação de moradores da região e de alunos de graduação da instituição de ensino superior. O segundo ocorreu nas instalações da instituição e também contou com a participação de moradores, alunos e professores das Faculdades São José.

Há ainda projetos em andamento, ainda em um contexto de sensibilização das interfaces entre FSJ e comunidade. Reuniões foram realizadas com o intuito de compreender a demanda da população e buscar meios de promover a parceria entre a instituição e a comunidade, por meio do Núcleo de Extensão Universitária. Tal ação se constitui a fim de promover uma mudança significativa, no quadro social da população, por meio de palestras, cursos, instalação de uma biblioteca comunitária e outras ideias que estão sendo analisadas e poderão ser desenvolvidas ao longo do próximo período.

A EXPERIÊNCIA INICIAL DO NÚCLEO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NAS FSJ.

Ações pontuais extensionistas

Antes mesmo da primeira experiência de criação do Núcleo de Extensão Universitária (NEU) ao longo dos primeiro e segundo semestres de 2014, as FSJ, sempre tiveram ao longo de sua trajetória experiências concretas de intercâmbios com a região a Zona Oeste em geral, e com o Bairro de Realengo, em especial.

Por meio dos seus cursos de graduação, as FSJ têm promovido uma série de experiências em que tem sido possível executarem ações junto à comunidade residente no entorno. Tais ações são expressas, por exemplo, em atividades relacionadas ao Dia da Responsabilidade Social, cuja ação coordenada entre os cursos tem promovido mais enfaticamente nos últimos cinco anos uma série de ações tanto, no campo da saúde, na questão ambiental, jurídica e da gestão. Ainda neste campo mais institucional o Evento intitulado Feira da Empregabilidade que ocorre por meio de parcerias entre as FSJ e instituições públicas e privadas também se constitui como uma ação que expressa a ocorrência de um diálogo institucional entre as FSJ e a localidade. Acrescente-se ainda a participação das FSJ no Projeto Rondon em sua 14ª edição, em âmbito nacional.

Do mesmo modo, os cursos de maneira específica e autônoma, têm promovido ações mais pontuais relacionadas evidentemente a natureza da atividade de cada um em si.

No campo da saúde podem ser citadas as ações do curso de Fisioterapia no segmento da Terceira Idade envolvendo atividades didático-educacionais-recreacionais da citada faixa etária, resultando igualmente em uma ação socializadora. O objetivo central é por meio de atividades como a hidroginástica promover uma qualidade de vida, tanto social como física.

As ações do curso de Odontologia nas escolas e creches do entorno se constituem em um procedimento que perpassa as atividades disciplinares, quer no campo da promoção da saúde bucal, quer no que tange à prevenção da saúde entre os escolares.

Em entrevista com a Coordenação do curso de Pedagogia foi apresentada a futura ação intitulada Programa Micro Escola em Ação cujo objetivo será atender os estudantes das séries iniciais de Escola Públicas e do Colégio Realengo visando atender os alunos das séries iniciais com dificuldades de aprendizagem. Tais ações serão desenvolvidas pelos graduandos, orientados pelos professores do referido curso.

No que concerne à promoção de atendimento comunitário no interior da instituição de modo contínuo e institucionalizado, as FSJ atuam por meio de três áreas e/ou cursos, a seguir: Clínica Odontológica Leo Krieger, Clínica de Fisioterapia e Clínica de Assistência Jurídica.

As referidas Clínicas têm promovido ações que aliam atividades comunitárias e ensino, conciliando o ensino teórico conceitual com as atividades operacionais e concretas referentes a cada curso.

O envolvimento dos alunos, dos professores e da comunidade com o que é oferecido nos referidos espaços é notório, na medida em que se constituem item fundamental para a formação da graduação. O desafio maior, no entanto, torna-se transformar toda a experiência do corpo docente e discente em produção acadêmica efetiva e mais ampla via produção de artigos e painéis em congressos acadêmicos.

Embora tais ações não se constituam em si uma natureza extensionista, cada qual revela uma atuação social que poderá se revelar, como já em alguns casos ocorre, em uma ação que se espalha para espaços territoriais e sociais mais amplos, transformando o cotidiano daqueles que fazem uso dos serviços promovidos pela IES.

Tanto as ações mais centralizadas - cujos exemplos mais significativos são o Dia da Responsabilidade Social e a Feira da Empregabilidade - como as atuações direcionadas especificamente pelos cursos das FSJ, ainda se enquadram em um perfil relativamente pulverizado, mas que, ainda assim, reverberam em uma espécie de ação social que atinge determinadas expectativas sociais da população da região, quer seja uma ação em saúde quer seja uma orientação jurídica, ou ainda uma ação educacional.

É bom lembrar que tais ações – pontuais, regulares ou contínuas - já se efetivavam antes mesmo dos primeiros passos iniciados ao longo do ano de 2014, o que permite constatar um perfil institucional das FSJ – ainda que pulverizado – com um forte perfil para ação extramuro.

A EXPERIÊNCIA COM A COMUNIDADE DO “BATAN”: sensibilizando a interação entre meio acadêmico superior e a comunidade no ano de 2014

Em meados de 2013, a Escola de Negócios por meio do seu Diretor, estabeleceu os primeiros contatos com duas organizações governamentais que desenvolviam projetos sociais na Comunidade do Batan: a seguir Comunidade Verde (Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) e Territórios da Paz (Governo do Estado do Rio de Janeiro).

No início do primeiro semestre de 2014 ocorreu a primeira reunião no interior das FSJ, contando com a presença de professores, alunos, lideranças locais e agentes públicos municipais e estaduais.

A partir desta primeira reunião as FSJ foram convidadas a conhecer a Comunidade por meio de visitas periódicas. Observou-se, então, um território social e geográfico com um grande potencial de ações que poderiam se circunscrever em ações extensionistas.

A região denominada Batan está localizada a cerca de um quilômetro das FSJ e tem um ambiente socialmente propício em função do processo de “pacificação” que estava sendo implementado por meio do programa de Segurança Pública do governo estadual denominado “Unidade de Polícia Pacificadora” (UPP).

Inicialmente fomos convidados na condição de observadores a participar das reuniões mensais na última sexta-feira de cada mês realizadas na Sede da UPP. Nas referidas reuniões observamos a presença da PMRJ por meio da Comandante do Batan, representantes de órgãos municipais e estaduais, e da comunidade e da sociedade civil.

A estratégia foi a sensibilização comunitária. O princípio maior era, sobretudo, ouvir, mais do que falar ou tecer considerações.

No referido momento são discutidos os mais variados assuntos que se resumem em uma tentativa de interlocução entre os órgãos de segurança e as expectativas da comunidade e de seus representantes.

O clima nas referidas reuniões é de profunda interação e de busca de diálogo entre todas as partes envolvidas o que de certo modo surpreende, pois representam tentativas dialógicas de se discutir problemas coletivos. Os possíveis conflitos entre os atores sociais são contornados e administrados pelo propósito maior de terem que conviver no território sócio-geográfico e de buscar mais efetividade na solução dos problemas comunitários.

Dentre as inúmeras demandas locais e dentro do referido contexto, o incipiente Núcleo de Extensão Universitária propôs a formulação de um curso de Capacitação de Lideranças Comunitárias, após um processo de inserção inicial por meio da presença nas reuniões mensais e de visitas regulares como as que ocorreram no curso promovido pelo Programa “Comunidades Verdes” para os moradores da localidade.

O primeiro encontro do referido curso de Capacitação, ocorrido na Clínica da Família Antonio Gonçalves Silva, próxima à comunidade local, teve como objetivo central qualificar membros da comunidade para liderança social, instrumentalizando-os no exercício da liderança no que tange às relações entre a comunidade, o poder público e a sociedade civil mais ampla, contando com a presença de atores locais, de outras comunidades, alunos das FSJ e de representantes do Poder público. Ali o tema liderança se desdobrou nas seguintes discussões: liderança, democracia, poder público e cidadania.

Já o segundo encontro de Capacitação ocorreu no Auditório das FSJ e contou com o mesmo espectro de atores do evento anterior, tendo como foco Cidadania, Terceiro Setor e Projetos Sociais. Ali os presentes tiveram a oportunidade de serem capacitados por professores das FSJ, assim como foram desafiados a compreender a legislação referente ao Terceiro Setor e o passo a passo da elaboração de um Projeto Social.

Tanto o primeiro como o segundo encontro, tiveram as temáticas acordadas anteriormente entre os agentes envolvidos, liderança comunitária, agentes públicos e o NEU. No primeiro encontro teve como base a demanda em favor da compreensão do significado da liderança e do líder em suas múltiplas interfaces com os liderados, com a coletividade e com o poder público.

Já o segundo encontro teve como foco a capacitação na formulação de projetos sociais visando o financiamento por parte dos entes públicos e privados, na medida em que foi sinalizado, em outros encontros, a existência de inúmeros programas governamentais de financiamento de projetos sociais, cujos principais problemas diziam respeito não à inexistência, mas à dificuldade da elaboração de projetos que obedecessem aos trâmites operacionais exigidos pelas agências de financiamento, o que se constituía em um verdadeiro entrave para a ocorrência de programas sociais da própria comunidade, nos mais variados campos, tais como o ambiental, educacional, saúde e lazer.

Mais recentemente – em novembro - com o objetivo de ampliar a interação e, até mesmo como resultado desta, representantes da comunidade, o autor do presente artigo e um funcionário das FSJ e componentes da UPP/Batan foram convidados para participar do Curso de Convivência e Segurança Cidadã que foi promovido Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento pela Comandante da referida UPP, expressando e revelando, portanto, a busca de uma maior interação entre diferentes segmentos que atuam a localidade pesquisada.

Tais iniciativas são salutares porque de algum modo revelam uma troca não mais direcionada apenas pela lógica de que a IES “ensina” e comunidade “aprende”.

Embora a função da IES tenha como compromisso central o ensino no seu sentido mais amplo, o momento atual exige cada vez mais uma verdadeira comunicação e troca de saberes, o chamado conhecimento científico e técnico interagindo com o produzido pela experiência cotidiana das pessoas.

Os eventos ocorridos ao longo do presente ano revelam esta tentativa, de inserir o entendimento da produção do conhecimento dentro dos muros educacionais, mas também em espaços sociais mais amplos, cuja Extensão Universitária é, talvez, o exemplo, maior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto o presente artigo – fruto de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo – buscou traçar um breve relato sobre os principais desafios das FSJ e a sua respectiva relevância ao criar um Núcleo de Extensão Universitária visando a ampliação da sua inserção social na região em que está inserida, sob o binômio ensino e pesquisa.

A combinação dos procedimentos metodológicos – travou um debate entre a teoria e as ações concretas promovidas de modo autônomo em, alguns casos, por meio de parcerias.

As caracterizações acerca da pesquisa de campo, por meio da técnica da observação participante - foram resultado da experiência dos autores deste artigo na qualidade de atores institucionais das FSJ, um professor e coordenador da Iniciação à Pesquisa e Monitoria e de Extensão e uma aluna do curso de Direito.

Foi possível constar por meio da pesquisa que os desafios iniciais da criação de um Núcleo de Extensão Universitária são desde os organizacionais/operacionais até os de natureza cultural. Entretanto, podemos considerar que o principal desafio diz respeito ao entendimento do significado da Extensão por parte dos atores envolvidos, tais como professores, gestores universitários, discentes e a própria comunidade a ser assistida. Isto está relacionado o caminho a seguir, focado em cursos voltados para comunidade, a prestação de serviços in loco ou na própria faculdade. Ou por meio da combinação de ambas diretrizes. Acredita-se também que a Extensão deve, de certo modo, ser flexível o bastante para assumir um formato que dependerá do público alvo que se deseja atingir e das expectativas deste segmento social.

Para tanto, o Núcleo de Extensão Universitária juntamente com a Direção de ensino, das Escolas e com as Coordenações, deverá estar atento e sensibilizado para compreender a estratégia de Extensão a ser promovida, objetivando tomar as melhores

REFERÊNCIAS

CLÍNICA DA FAMÍLIA ANTONIO GONÇALVES DA SILVA. Disponível em <http://www.otics.org/estacoes-de-observacao/rio-saude-presente/clinicasdafamilia/clinicas-da-familia-inauguradas/ap-5.1/clinica-da-familia-antonio-goncalves-da-silva> Acesso 15 dez 2014.

ESCOLA MUNICIPAL COSTA DO MARFIM. Disponível em <http://www.escol.as/181097-escola-municipal-costa-do-marfim> Acesso em 15 dez 2014

FACULDADES SÃO JOSE. Clínica de Assistência Jurídica. Disponível em <http://www.saojose.br/acontece/clinica-de-assistencia-juridica/> Acesso em 15 dez 2014.

FACULDADES SÃO JOSE. Clínica de Fisioterapia. Disponível em <http://www.saojose.br/extensao/clinica-de-fisioterapia-faculdades-sao-jose/> Acesso em 15 dez

FACULDADES SÃO JOSE. Clínica Odontológica Professor Leo Krieger. Disponível em <http://www.saojose.br/extensao/clinica-odontologica-prof-leo-krieger/> Acesso em 15 dez 2014.

FACULDADES SÃO JOSE. Nossa história. Disponível em <http://www.saojose.br/institucional/nossa-historia/> Acesso em 16 dez 2014.

FACULDADES SÃO JOSE. Plano de Desenvolvimento Institucional /FSJ – 2013-2017.

FACULDADES SÃO JOSE. Projeto Rondon. Disponível em <http://www.saojose.br/extensao/projeto-rondon/> Acesso em 15 dez 2014.

FAETEC. Disponível em <http://www.faetec.rj.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/7809-cetep-batan-comemora-um-ano-de-inauguracao>. Acesso 15 dez 2014

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. In: FARIA, Dóris Santos de et al.(org). A construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

RIOMAISSOCIAL. Disponível em <http://www.riomaisocial.org/territorios/batan/> Acesso em 15 Dez 2014

SILVA, José Augusto Medeiros. A Extensão Universitária na Região dos Cocais Maranhenses Revista Húmus, Jan/Fev/Mar/Abr. 2012. N° 4

UNIDADE DE POLÍCIA PACIFICADORA. Disponível em <http://www.upprj.com/index.php/informacao/informacao-selecionado/ficha-tecnica-upp-batan/Batan> Acesso 15 dez 2014.

WIKIPEDIA. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Batan> Acesso 15 dez 2014

GÊNERO E ETNIA NO AMBIENTE ESCOLAR: INCURSÕES CONCEITUAIS E REFLEXÕES PARA NOVAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

GENDER AND ETHNICITY IN SCHOOL ENVIRONMENT:
INROADS CONCEPT AND REFLECTIONS FOR NEW EDUCATIONAL PRACTICES

Professora Doutora Ana Lúcia Guimaraes

Coordenadora do grupo de pesquisa em Educação do Curso de Pedagogia das Faculdades São José e Professora Universitária

Professora Doutora Rita de Cássia Borges de Magalhães Amaral

Coordenadora do Curso de Pedagogia das Faculdades São José e Professora Universitária

Alessandra de Oliveira Adiala

Rebeka Helena Costa da Silva Oliveira

Ruth Rubim

Alunas do Curso de Pedagogia das Faculdades São José e Pesquisadoras

Rose Cristina Veiga Gomes de Carvalho

Aluna da Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional das Faculdades São José e Pesquisadora

RESUMO

O artigo trata dos desafios conceituais sobre gênero e etnia encontrados na sociedade em específico no âmbito educacional. A partir da tentativa de entender os conceitos de gênero e etnia, estaremos sobretudo relatando como as Políticas Públicas podem colaborar para a importância do respeito à diversidade. Dessa forma, provocamos reflexões sobre o papel da escola como mediador e formador de cidadãos críticos perante a sociedade em que está inserido.

Palavras-Chave: Educação; Sociedade; Gênero e Etnia

ABSTRACT

The article discusses the challenges conceptual on gender and ethnicity found in society in particular in the educational field . From the attempt to understand the concepts of gender and ethnicity , we are particularly telling as the Public Policy may contribute to the importance of respect for diversity . Thus, provoke reflections on the role of the school as a mediator and trainer of critical citizens before the society in which it appears .

Keywords: Education ; society; Gender and Ethnicity .

ENTENDENDO GÊNERO E ETNIA

Joan Scott (1980) nos apresenta, em seu artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, a categoria gênero como elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, conceitos normativos que põem em evidência as interpretações de sentido dos símbolos que se esforçam para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Ou seja, o conceito de gênero remete-nos a perspectiva de uma construção social, uma diretriz de escolha e identidade social. Posso assim estar situado biologicamente em uma referência de sexo e socialmente em outra diferente desta primeira.

Os estudos sobre gênero e educação na França nos mostram uma compreensão sobre a perspectiva de compreensão da questão do êxito escolar de meninas e meninos. Investigam-se o progresso das meninas na escola primária e secundária e o seu sucesso ou não em carreiras acadêmicas que exigem raciocínio mais técnico-científico. Isso é feito pois busca-se compreender como a escola pode contribuir para reforçar a divisão sexual do trabalho.

Zaidman (1994) , buscou compreender como a escola, sobretudo, a escola primária, administra a diferença entre os sexos. A partir de seus dados, ela constata que existem dois modelos que comandam as relações entre os sexos nesse tipo de escola: a separação espontânea entre meninos e meninas, sobretudo, no recreio e uma mistura dos indivíduos, modelo dominante na sala de aula, onde as atividades pedagógicas acontecem sem levar em conta a diferença de sexos dos indivíduos-alunos.

De acordo com Ferrand (1994) , ainda se buscam justificativas como a falta de capacidade da mulher para os caminhos da ciência por razões de natureza biológica, tal como aconteceu até o início do século XX, quando se dizia que as mulheres não conseguiriam exercer a prática das humanidades clássicas (latim e grego). Suas inaptidões intelectuais hoje recaem sobre as ciências e a matemática. Tal explicação, segundo a autora, origina-se na ideologia dos “dons”, que durante muito tempo presidiu as explicações do fracasso escolar das crianças de origem popular, ou seja, apoia-se na ideia de uma superioridade do inato sobre o adquirido, reiterando uma certa predestinação biológica.

A respeito dos conceitos de discussão em torno de conceitos de raça e etnia vemos que, Hasenbalg e Silva (1990) , ao destacarem estudos acerca da questão da raça e a dinâmica educacional no estado de São Paulo, mencionam os resultados obtidos pelas pesquisas realizadas pela Fundação Carlos Chagas sobre a situação educacional do negro em São Paulo. Que resultados seriam estes? Segundo os autores: a taxa de escolarização de negros é inferior a dos brancos; os brancos apresentam uma porcentagem maior de crianças sem atraso escolar; maior proporção de alunos negros freqüentam as escolas que oferecem cursos com menor número de horas-aula.

Assim, para os autores existem diferenças entre brancos e não-brancos na dinâmica educacional: crianças do grupo branco apresentam ritmos de progressões dentro da escola significativamente mais rápidos do que aqueles das crianças pardas e pretas. Estas diferenças na dinâmica de progressões resultam nas profundas dificuldades educacionais que separam brancos e não-brancos em uma sociedade.

DaMatta (1987) , nos mostra que categoria negro denota a origem cultural do grupo; o contínuo ou gradiente descrito por Teixeira (1987) , que opõe pessoas escuras e claras. O gradiente é construído através de uma valorização de mais ou menos claro e, portanto as categorias claro e escuro diluem a oposição preto e branco ou negro e branco através de uma valorização subjetiva e portanto cultural do mais claro e, finalmente, a oposição preto x branco. Com essa oposição se pensa o lugar propriamente social do grupo. Preto é uma categoria usada para definir o pobre, o trabalhador, entre outros, pouco se fala em preto e essa categoria é vista como depreciativa.

Assim, o que se evidencia, de acordo com seus resultados, é que há um lugar social desvantajoso para o negro no Brasil. A cor das pessoas constitui um fator fundamental para se pensar a exclusão social dos indivíduos.

A questão da cor e a alocação de indivíduos na sociedade consiste em uma preocupação cada vez mais notável dos estudiosos da raça no Brasil.

Sabe-se que o uso do conceito de etnia nos dias atuais é o que mais apresenta coerência conceitual, frente às lutas em busca de sua afirmação, reconhecimento e valorização por parte dos grupos negros, uma vez que este atende a percepção mais plural da contribuição destes grupos para nossa formação enquanto sociedade plural.

Refletir sobre gênero e etnia significa pensar na relação entre o eu e o outro, sendo ambos inclusos na sociedade e com os mesmos direitos e deveres perante as leis. Dessa forma, pensamos na diversidade cultural em que o Brasil se encontra, sendo ele um país com tantas diferenças socioculturais cujo seu olhar tem se destacado para essa nova fala, o respeito entre todos.

Atualmente, vivem no território nacional cerca de 210 etnias indígenas, cada uma com identidade própria e representando riquíssima diversidade sociocultural, junto a uma imensa população formada pelos descendentes dos povos africanos e um grupo numeroso de imigrantes e descendentes de povos de vários continentes, com diferentes tradições culturais e religiosas. Os índios então são muito pouco contemplados com reflexões e produções sobre sua participação na categoria etnia.

Lidório (2010) aponta através do seu relatório que possui 41 agências missionárias filiadas às quais abrigam missionários vinculados a mais de 120 diferentes denominações evangélicas que possuem 257 programas e projetos sociais junto aos povos indígenas.

Segundo o autor, o apoio destes projetos sociais apresenta um quadro eclético, que envolve crescente migração urbana, onde os indivíduos passam a se autodeclarar indígenas nos últimos 15 anos, acelerando perda da língua materna nas etnias periféricas às áreas urbanas.

Segundo dados do relatório, o crescimento da população geral dos povos indígenas no Brasil é muito significativo. Em 1991 a população do Brasil era formada por 294.000 indivíduos. A partir do ano de 2000, porém o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) passa a registrar aumentos de até 150% de indivíduos que se autodeclararam indígenas nas áreas urbanas ou em urbanização, somando mais 734.000 pessoas, perfazendo um total de 900.000 em 2010.

AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E ETNIA NO ÂMBITO ESCOLAR

Pereira (2010) aponta para a revisão do conceito dos professores no sentido de que tenham cuidado para não contribuir para a difusão da intolerância, mas que, sobretudo, o "eu" e o "outro" tenham os mesmos direitos e sejam vistos e representados nos conteúdos escolares, bem como nas instituições sejam quais forem.

Para Rousseau (1762) "o estado de natureza não caracteriza um período da história humana marcado por inconveniências a serem superadas pela constituição da sociedade civil". Partindo disso, a formação cultural da sociedade brasileira é constituída da evolução de acontecimentos históricos da união dos cidadãos que nela ocupa.

Considerando esses ideais, para Gomes (2003), a escola é um ambiente o qual as diferenças sociais e étnicas estão presentes, sendo marcada pela inclusão de fatores que nela encontra-se, respeitando à diferença e arraigando as políticas públicas o qual a história e a diferença de cada grupo social e cultural sejam consideradas dentro de suas especificidades sem perder o rumo do diálogo, da troca de conhecimentos e da segurança dos direitos sociais.

Segundo Bourdieu e Passeron (1975), toda e qualquer sociedade estrutura-se como um sistema de força simbólica cujo papel é reforçar, por dissimulação, as relações de força material.

Todo o poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força (Bourdieu & Passeron, 1975).

A violência simbólica é exercida através da força simbólica. Depreende-se assim que as forças simbólicas podem ser entendidas como comunicação e programas culturais, os meios de comunicação de massa, a educação escolar, o discurso religioso, etc. Sob essa teoria, a escola reproduziria relações sociais através da reprodução diferenciada da cultura. Isso equivale a dizer que os bens culturais, enquanto bens simbólicos, devem ser apreendidos por aqueles que detêm a posse prévia de instrumentos de apropriação desse conhecimento, uma espécie de código anterior para a seleção e significação desses bens simbólicos.

O poder de violência simbólica é a capacidade que têm os grupos ou classes detentoras do poder de violência material de impor aos grupos ou classes que não o detêm significações legítimas. Isso significa dizer que a classe detentora do poder de violência material impõe os seus valores de escolarização à classe subordinada, o que conseqüentemente leva à legitimação da dominação e reproduz a estrutura social vigente.

Compreende-se assim que os autores destacam a escola como um lugar de produção e reprodução de conhecimento, sendo a forma pela qual esse conhecimento é apropriado pelos alunos de diferentes classes sociais que vai reforçar a estrutura social vigente.

PCN- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E AS TEMÁTICAS DE GÊNERO E ETNIA: DESAFIOS E PRÁTICAS

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, as temáticas de gênero e etnia, estão presentes dentro do tema transversal de Pluralidade Cultural.

Este tema propõe uma percepção que busca explicitar a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas e apontar transformações necessárias, oferecendo elementos para a compreensão de que valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade essencial, sem qualquer discriminação

Essa temática, dentro da escola, é de caráter interdisciplinar e requer do corpo docente conhecimentos nas áreas de fundamentos éticos, conhecimentos jurídicos, noções histórico-geográficas, conceitos sócio antropológicos, entendimento na área de linguagens e representações, conhecimentos populacionais, psicológicos e pedagógicos. O sujeito vivencia a diversidade como parte de seu cotidiano escolar e tem total capacidade de aprender com ela. Porém, para isso acontecer, é necessário que a instituição educacional e os profissionais que nela atendem, se qualifiquem para responder de maneira mais concisa as questões que têm sido informadas pelo senso comum ou muitas vezes, por motivo de constrangimento, são lançadas ao mar da ignorância.

Para isso foi criado o PCN de Pluralidade Cultural, norteando a escola e educadores, com o objetivo de estimular a "cultura da paz" entre os discentes, sob a ótica de respeito e valorização das diferentes culturas que contribuíram para a formação da identidade do povo brasileiro, superando um extenso histórico de discriminação e segregação social destinados a alguns grupos etno-culturais, sobretudo, os povos indígenas e africanos.

Joaquim (2009) afirma que:[...]A carta constitucional de 1988 alargou as medidas proibitivas de práticas discriminatórias no país. Algumas delas, como por exemplo, discriminação contra a mulher (discriminação de gênero). [...] Além disso, é oportuno combater a discriminação contra o índio, o homossexual, o cigano, a cultura afro-brasileira.

Pensando nisso, o grande desafio da escola é reconhecer a diversidade étnica como parte inseparável da identidade nacional, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorização a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade.

Para Anete Abramowicz (2006) "diversidade pode significar variedade, diferença e multiplicidade. A diferença é qualidade do que é diferente; o que distingue uma coisa de outra, a falta de igualdade ou de semelhança". Nesse sentido, podemos afirmar que onde há diversidade existe diferença.

Uma ação pedagógica realmente pautada na diversidade cultural deve ter como princípio uma política curricular da identidade e da diferença. Tem obrigação de ir além das benevolentes declarações de boa vontade para com a diferença, ela coloca em seu centro uma teoria que permita não só reconhecer e celebrar a diferença, mas também questioná-la, a fim de perceber como ela discursivamente está constituída. No que diz respeito ao princípio educacional, o primeiro saber, Morin (2000) relata que a prática do ensino consiste em ensinar conhecimentos, e o problema do conhecimento reside no erro e na ilusão. Esse conhecimento, portanto, é uma tradução seguida de uma reconstrução.

No Brasil, o conhecimento é destacado por disciplinas específicas. Cada professor de determinada matéria deve cumprir o conteúdo programático sem interagir com outras disciplinas. Os PCN's, porém, enfatizam a transversalidade nas escolas numa visão sistêmica, estimula a percepção da inter-relação entre os fenômenos, essencial para as tecnologias, para a compreensão da problemática ambiental e para o desenvolvimento de uma visão articulada do ser humano em seu meio natural, como instrutor e transformador desse meio; uma visão global que deverá ser desenvolvida em cada disciplina e no conjunto de disciplinas, em cada área e no conjunto das áreas (PCN ENSINO MÉDIO, 1999, p. 20.21).

O texto dos PCN's (MEC, 2003) ousa discutir de maneira mais sistemática e aprofundada a questão da pluralidade cultural na escola e a propor medidas concretas de abordagens, quando os dispositivos legais até então existentes mantem-se no campo das formulações abstratas.

Na Constituição federal de 1998 e na Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional- LDB- promulgada em 20 de Dezembro de 1996, a questão da diversidade cultural é tratada de maneira genética e abrangente.

Sendo assim, a reflexão crítica, política e social deve abranger todo o embasamento educacional dando ao indivíduo a satisfação de sua cultura, gênero e etnia através de reflexões. Perrenoud (2002) ressalta que a reflexão não deve aparecer apenas para solucionar problemas, a reflexão só será meio de transformação quando se tornar um hábito.

Para Rohden (2009) , O importante nesse caso é incentivar uma reflexão que incida sobre a natureza histórica e as razões políticas que levaram à construção desse tipo de raciocínio. É mostrando o seu caráter social e culturalmente arbitrário que poderemos abrir os horizontes para uma concreta possibilidade de transformação.

A autora ainda afirma que, a mídia brasileira tem sido palco privilegiado para a reprodução de estereótipos de gênero, raça e etnia e invisibilização das populações historicamente discriminadas. Como resultado, atua como um dos principais agentes para a manutenção de crenças, valores, hábitos, comportamentos e atitudes sexistas, racistas e etnocêntricas, promotores de sofrimento e de profundas desigualdades na sociedade brasileira. A combinação do sexismo, do racismo e do etnocentrismo na mídia constitui uma violação dos direitos humanos à comunicação e contribui para a manutenção de um Brasil com alto índice de desigualdades e produtor de estereótipos, preconceitos e estigmas sobre as mulheres e, em especial, sobre mulheres negras e indígenas.

Santos (2009) relata que, no início do século XX, somando-se às conquistas individuais em muitos campos, o talento dos negros floresceu nas artes e na música durante as décadas de '20, '30 e '40.

A partir da primeira metade do século XX passa-se a perceber a África como um mundo de plena diversidade, riqueza cultural, artística e criativa. Surge a arte negra "abstrata" o jazz, o Teatro, como arte do movimento e da palavra, definindo e se redefinindo, dentro da comunidade afro-americana, como postura artística de pobreza, para Rocha (2003) , ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que vive. Pobreza e exclusão social estão, pois, articuladas, visto que a pobreza enquanto privação de capacidades acaba por excluir os que foram privados de alguma de suas capacidades, em especial a de auferir renda.

O termo estereótipo, segundo Rohden (2009) , é o recurso classificatório que simplifica a relação imagem/conceito, para ampliar a discussão de desigualdade racial, ressaltando seu peso na configuração do preconceito e da discriminação. Ressalta-se ainda a autora, que os estereótipos construídos acerca de grupos sociais que compõem a sociedade, em relação a sexo, cor/raça, classe etc. se tornam características definidoras de lugares sociais, simbólicos e econômicos na sociedade. Determinam oportunidades e dificuldades na esfera da vida social, influenciando, por exemplo, ativamente na possibilidade de mobilidade social de negros, mulheres, gays e lésbicas.

Para a autora, a escola reflete em seu âmbito o racismo, a homofobia e o sexismo característicos de sociedade brasileira. Um exemplo disso são as políticas educacionais que procuram minimizar as atitudes discriminatórias por meio da negação de que existam como realidade, acabando por confirmá-las. Outro são os livros didáticos que contêm visões estereotipadas e preconceituosas acerca dos grupos minoritários. A escola, muitas vezes, ao abordar a discriminação, trata o assunto apenas do ponto de vista do discriminado e nunca dos discriminadores e, ao falar de diferença, refere apenas diversidade cultural ou discute a diversidade étnico-racial como uma questão do passado. A proposta da autora é não só pontuar como a escola, por meio de seus conteúdos curriculares, produz mazelas sociais, mas como pode ser transformadora, tornando-se um espaço privilegiado para a promoção da igualdade e para a eliminação de toda forma de discriminação e racismo.

A superação da igualdade entre todos, é o que a escola tem buscado diante das Políticas Públicas, evoluindo para uma sociedade democrática do qual a pluriétnica e as questões de gênero sejam respeitados em diversos ambientes, tendo as salas de aulas como um terreno decisivo para mudanças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas públicas principiaram o discurso de uma cultura que compreende todos com igualdade diante da sociedade. Negro, branco, pardo, mulher, homem, homossexual, cada um com a sua moral criada conforme suas vivências possuem direitos e deveres perante a sociedade o qual estão inseridos. Sendo de grande importância conhecer e valorizar as feições étnico-histórico-cultural, refletido em uma tese de que não há um único estilo de apreender, ao longo da vida, juntamente com grupos sociais, compreendemos o respeito a valorização e o olhar de igualdade a ambos os gêneros e etnias.

Como professores e profissionais da educação têm lidado com estas temáticas no âmbito escolar? A vontade e a preparação para o enfrentamento de uma formação mais voltada para o reconhecimento da diferença e a criação de práticas e fundamentos que circulem e funcionem nesta direção são metas a serem perseguidas de forma contínua.

A Escola é o lugar social privilegiado para o trabalho de novos saberes e novas construções de valores e atitudes, portanto, não pode estar de fora desta necessidade de mudança e atuação.

A violência simbólica, velada, de certas práticas preconceituosas e discriminatórias que ocorrem em rotinas da sala de aula e dos pátios e espaços educacionais deve ser monitorada de forma a ser retrabalhada para gerar inclusão e compreensão de que homens e mulheres e até mesmo outras possibilidades de existência de gênero e etnia possam ser conhecidos e respeitados como cidadãos para além das belas linhas teóricas acadêmicas, na vida real.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete. Trabalhando a diferença na educação infantil. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Linguagem, códigos e suas tecnologias. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/linguagens02.pdf>

BRASIL. Pluralidade cultural. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pluralidade.pdf>

BRITO, Ricardo. Comissão propõe criminalizar preconceito por gênero. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/comissao-propoe-criminalizar-preconceito-por-genero>.

Da MATTA, Roberto. "A antropologia no quadro das ciências". In: *Relativizando: Uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

FERRAND, MICHÈLE. A Exclusão das Mulheres da Prática das Ciências: Uma manifestação sutil da dominação masculina. In: *Revista de Estudos Feministas*, nº especial/2º sem./1994, CIEC/ECO/UFRJ.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/94.pdf>.

GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade étnico-cultural. Disponível em: <http://www.faroldoconhecimento.com.br/livros/educa%C3%A7%C3%A3o>.

HASENBALG, Carlos e Nelson do Valle Silva. 1991. "Raça e Oportunidades Educacionais no Brasil". Em: Lovell, Peggy (ed.) Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: UFMG

JOAQUIM, Nelson. 2009. Igualdade e discriminação à luz das políticas de ações afirmativas. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/31323/igualdade-e-discriminacao-a-luz-das-politicas-de-acoes-afirmativas>.

LEOPOLDI, José Sávio. Rousseau - estado de natureza, o "bom selvagem" e as sociedades indígenas. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n4_Leopoldi.pdf.

LIDÓRIO, Ronaldo. Etnias indígenas brasileiras. Relatório 2010. Disponível em: http://www.indigena.org.br/v1/index.php?option=com_content&view=article&id=7:relatorio2010&catid=1:banco-de-dados&Itemid=3.

MORIN, E. (2000). Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2 ed. Brasília DF: UNESCO, 2000.

PEREIRA, Edmar Martins. Síntese do texto conceitos de gênero, etnia e raça: reflexões sobre a diversidade cultural na educação escolar. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST1/Nogueira-Felipe-Teruya_01.pdf.

PERRENOUD, P. A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica. Tradução Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

RAMOS, Marisa Monteiro; ADÃO, Jorge Manuel; BARROS, Graciete /maria Nascimento. Diversidade na educação: reflexões e experiências. Brasília, 2003. Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/diversidade_universidade.pdf.

ROCHA, Sonia. 2003. Pobreza no Brasil! Afinal de que se trata? Rio de Janeiro. Ed. FGV.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, sexualidade e raça/ etnia: desafios transversais na formação do professor. 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/v39n136/v39n136a08.pdf>.

SANTOS, Ramaiane Costa. Gênero, etnia e identidade: enfoques a partir da literatura feminina de língua inglesa. Disponível em: http://www.usp.br/anagrama/SantosCosta_GeneroInglesa.pdf. 1

SCOTT, Joan W. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica." Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1990

TEIXEIRA, Moema. (1987), "A questão da cor nas relações e representações de um grupo de baixa renda". Estudos Afro-Asiáticos, 14:85-97

ZÁIDMAN, CLAUDE. A Administração Escolar do Regime Misto na Escola Primária. In: Revista de Estudos Feministas, nº especial/2º sem./1994, CIEC/ECO/UFRJ.

A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O PAPEL DA AÇÃO DO PSICOPEDAGOGO

RELATIONSHIP BETWEEN THE IMPORTANCE OF FAMILY AND CHILD IN SCHOOL
EDUCATION AND THE ROLE OF ACTION PSYCHOPEDAGOGISTS

Caciara Reis Ferreira

Pós Graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional – Faculdades São José- Turma 2012

Orientador: Prof. Dr. José Eduardo Pereira Filho

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo estreitar a relação entre a família e a escola na Educação Infantil. Para tanto, também irá expor a contribuição do psicopedagogo nesta relação. Salienta-se a necessidade de conscientizar às famílias da importância desta relação através do entendimento sobre o que é a primeira infância, pois, é nesta etapa da vida que se constrói a base para as aprendizagens posteriores. Ou seja, a criança frequentadora da Educação Infantil é beneficiada quando tem suas habilidades trabalhadas dentro do limite do seu entendimento e da sua prática. Porém, a parceria é uma via de mão dupla e sendo assim, a escola também tem um papel de grande importância para firmar este compromisso. A escola pode, através da ação do psicopedagogo, ministrar palestras com esclarecimentos acerca desta importante etapa da Educação Básica, promovendo uma tentativa de mudança de olhar às crianças desta faixa etária, tornado os pais/responsáveis conscientes do que a criança é capaz de entender e produzir e assim, os pais/responsáveis podem tornar-se mais participativos e incentivadores destas crianças. Conclui-se então que a partir de um estreitamento na relação entre a família e a escola, a criança é quem se beneficia e assim pode tornar-se mais confiante em suas produções, que como dito anteriormente, são bases para aprendizagens futuras.

Palavras-Chave: Primeira infância, Educação Infantil, desenvolvimento, aprendizagem.

ABSTRACT

This article aims to strengthen the relationship between the family and the Childhood Education. So that, it will also expose the contribution of the psychoeducator in this association. It is necessary to enhance to the families the importance of this partnership by understanding what the early childhood is. In this stage of life the child build the support for further learning. Then, the child who attends childhood education is benefited when her skills are worked within the limits of her understanding and practicing. How ever, this association is a two-way street, and in such case the school is also a major and important part to make this commitment happens. Through the action of the psychoeducator the school may give some lectures to clarify about this important stage of the basic education, promoting an attempt to change the way of looking to this age group. It also makes the parents/guardians aware of what the child is able to understand and produce and then, parents/guardians may become more involved and supportive with that child. We can conclude that the child is the one who are benefited when there is a narrow relationship between family and school. In this case, as said before, the child become more confident in her productions what are the bases for future learning.

Keywords: Early childhood , early childhood education , development, learning.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da importância da relação entre a família e a escola na educação infantil e o papel da ação do psicopedagogo na referida relação.

De modo específico busca-se saber/ investigar como as famílias podem tornar-se parceiras da escola a fim de contemplar todas as habilidades da criança frequentadora da Educação Infantil, bem como saber como a escola pode tornar-se pró ativa neste processo de parceria.

Respondendo a problemática acima, as famílias podem tornar-se parceiras da escola agindo de forma consciente acerca desta faixa etária e também através de uma mudança de atitude em relação às mesmas para que as suas potencialidades sejam preservadas e respeitadas; quanto à escola, esta pode tornar-se pró ativa, valendo-se das contribuições do psicopedagogo para estreitar esta parceria através de palestras e esclarecimentos sobre tema.

O objetivo geral é apontar como os principais atores envolvidos, direta ou indiretamente com a criança da educação infantil, podem agir de forma a contemplar todas suas habilidades, respeitando seus limites e valorizando suas produções.

Enquanto os objetivos específicos são descrever sobre os devidos cuidados na primeira infância; a importância da educação infantil para o desenvolvimento cognitivo, físico, social e psicológico; sinalizar como as famílias lidam com esta etapa da educação básica; apontar a ação do psicopedagogo a fim de prevenir ou minimizar problemas relacionados a este tema.

Os motivos que levam à realização deste estudo, foi perceber que durante a pesquisa quanto ao tema relação entre a família e a escola, é nítido que esta parceria só se faz mais presente a partir do ingresso da criança no Ensino Fundamental I, ou seja, a Educação Infantil e a primeira infância são fases da vida das crianças ignoradas por diversos grupos que lidam com esta faixa etária, sem levar em consideração os aspectos relevantes ao desenvolvimento do indivíduo pertencente a este grupo, bem como não respeitando tudo que lhe é inerente, exigindo habilidades e entendimento que ainda não estão ao seu alcance.

O artigo é relevante porque reconhece que a criança que tem a sua infância respeitada e preservada dentro dos limites de seu entendimento, tem maior grau de confiança em tudo que faz, tornando-se assim, uma criança que sabe respeitar e conviver em grupo com mais facilidade quanto ganhos e perdas, por exemplo, e todas as exigências que a vida em sociedade impõe. Estudos comprovam que os devidos cuidados na primeira infância, levam o indivíduo a ter mais estudos e boa colocação no mercado de trabalho. Então, a devida atenção e parceria com a escola dos alunos da Educação Infantil são imprescindíveis.

Para a realização do estudo foi estabelecida a pesquisa bibliográfica que permitiu recuperar conceitualmente a questão central do trabalho, por meio de autores e conceitos centrais. Auxiliando a citada pesquisa, também foi elaborada uma pesquisa documental, com a LDB, Código de Ética da ABPp e Referencial Curricular da Educação Infantil.

Por fim, embora não tenha sido elaborado um estudo de caso, foi produzido um breve relato de experiência por meio de uma entrevista informal com os pais de crianças da Educação Infantil, permitindo, assim, analisar algumas situações concretas e reais.

A primeira infância há muito vista como uma etapa da vida que não necessita de grandes cuidados e com pouca importância, tem sido alvo de estudos que comprovam que é necessário um olhar mais atento para esta faixa etária, pois, os seus devidos cuidados são indispensáveis para um desenvolvimento apropriado, onde entendendo e respeitando cada etapa deste desenvolvimento, o mesmo ocorrerá de forma satisfatória, sem que haja prejuízo à criança que se encontra nesta faixa etária.

Estudos da área da psicologia, da neurociência e outras áreas afins, comprovam a necessidade de se entender e respeitar a criança nesta etapa, onde diversos e complexos mecanismos biológicos e neurais estão em desenvolvimento e um olhar mais atento e cuidadoso faz a diferença para que a criança consiga se desenvolver da forma mais eficaz.

A educação infantil, que é a primeira etapa da educação básica, tem garantida por lei seus direitos a fim de valorizar suas potencialidades dentro do ambiente escolar. Na educação infantil, as crianças têm a oportunidade de aprimorar seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Nesta etapa da educação básica é muito importante a presença da família como suporte e complemento das aprendizagens ocorridas neste ambiente, pois com o devido entendimento das atividades propostas, a família tem um papel fundamental para que o desenvolvimento ocorra de forma mais satisfatória possível.

A família é o primeiro meio social que a criança tem para se desenvolver e aprender através dos conhecimentos e culturas inerentes deste grupo. Com a finalidade de proporcionar uma parceria entre este grupo social e a escola, é necessário que a família se conscientize da importância do seu papel neste processo.

A psicopedagogia e seu campo de atuação são fundamentais para que o desenvolvimento da primeira infância ocorra da melhor maneira possível, pois, com as devidas intervenções aos responsáveis, direta e indiretamente, pelos menores de seis anos, a psicopedagogia pode mediar esta relação, para que cada vez mais se entendam e respeitem esta faixa etária.

Certa vez, uma criança de três anos entregou um desenho à sua mãe. O desenho, feito numa folha de caderno, consistia em linhas coloridas umas sob as outras. A mãe, feliz, disse: "que lindo arco íris filha!" qual não foi a sua surpresa quando a criança indignada lhe disse que não era arco íris, e, sim o mar. A mãe ficou perplexa e sem graça e compreendeu que naquele momento não adiantava convencer a filha que o mar não é colorido e que aquele desenho mais se parecia com um arco íris, pois, a criança tinha convicção de que havia desenhado o mar. Um lindo mar com ondas coloridas. Assim, uma criança de três anos representa da sua maneira e com a capacidade inerente a sua faixa etária o seu desenho, o seu traço, a sua imaginação.

PRIMEIRA INFÂNCIA

A fim de entender sobre a primeira infância, o presente artigo irá expor sobre a visão da neurociência, da psicologia de Piaget e dos pensamentos de Rousseau.

A primeira infância é a etapa da vida vista como a que mais necessita de cuidados, visto que é a etapa onde existe a formação de milhares de neurônios que ainda estão se constituindo, onde nela se consolida toda a base para as aprendizagens posteriores, e em definitivo é uma etapa a se cuidar.

Segundo o Instituto Camargo Corrêa

a primeira infância é a base para todas as aprendizagens humanas. Estudos demonstram que a qualidade de vida de uma criança entre o nascimento e os seis anos de idade pode determinar as contribuições que ela trará à sociedade quando adulta. Se este período incluir suporte para o crescimento cognitivo, desenvolvimento da linguagem, habilidades motoras, adaptativas e aspectos sócios emocionais, a criança terá uma vida escolar bem sucedida e relações sociais fortalecidas.

Do nascimento aos doze primeiros meses, as crianças necessitam de cuidados especiais de proteção, nutrição adequada, atenção à saúde, estimulação sensorial, e sentem-se amadas pelos pais e/ou cuidadores. De um aos três anos de idade, por meio de experimentação e brincadeiras, as crianças adquirem habilidades motoras, cognitivas, de linguagem, aprendem autocontrole e independência. Já entre os três e seis anos aperfeiçoam suas habilidades motoras finas, aprimoram a linguagem, seu senso enquanto seres sociais vai se desenvolvendo e iniciam a aprendizagem da leitura e da escrita (AGUIAR apud JOIA, 2006, p.4)

Cada etapa, conforme citado acima, tem suas peculiaridades e desenvolvimentos necessários para que as crianças desta faixa etária consigam novas realizações. Respeitá-las é uma condição importante e os responsáveis por estas crianças devem estar atentos quantos estes importantes cuidados.

A neurociência tem contribuições bastante significativas para o desenvolvimento da primeira infância e tem ajudado a compreender esta importante fase da vida da criança.

Vários estudos concluíram que nos primeiros anos de vida o processo de conexão sináptica e a plasticidade cerebral são exuberantes, pois, diferentemente do corpo, o cérebro não aumenta tantas células depois do nascimento, mas sim, faz crescer as prolongações das mesmas provocando um sistema de comunicação fenomenal. A explosão de sinapses para a estruturação significativa desta complexa rede neuronal permitirá o despertar paralelo de muitas habilidades sensoriais, motoras, cognitivas, sociais e emocionais que permitirão à criança integrar-se ao mundo que a rodeia, crescer e desenvolver-se. (CAMPOS, 2010, p.50)

A infância é, em definitivo, uma etapa para se cuidar: entendê-la transformará o estilo de atenção e educação familiar ou institucional que serão brindadas a este tão precioso momento da vida do ser humano. (CAMPOS, 2010, p.47)

Também de grande valia são as contribuições de Jean Piaget, que são de grande importância para o entendimento da primeira infância. Piaget foi estudioso na área de Ciências Naturais e também dedicou suas pesquisas à descoberta sistemática da evolução mental da criança, assim como os problemas epistemológicos. Sua ideia consiste em compreender a formação dos mecanismos mentais na criança para todos aqueles que desejarem entender sua natureza e seu funcionamento no adulto.

Através de seus experimentos, Piaget (1999) pode perceber que existem etapas em que necessariamente a criança precisa passar para se chegar a outra. O desenvolvimento desde o nascimento é contínuo e para cada etapa destes desenvolvimentos da vida da criança Piaget denominou de períodos. Do nascimento até os dois anos a criança encontra-se no período sensório-motor; dos 2 aos 7 anos, é considerado período pré-operatório; de 7 aos 12 anos, período operatório concreto; e de 12 anos em diante é denominado período operatório formal.

Como o tema deste artigo trata da educação infantil, segue as etapas dos estudos de Piaget voltados para esta fase que a criança se encontra, que é o sensório-motor e pré-operatório.

É no período sensório motor de desenvolvimento que assistimos ao “chamado” nascimento da inteligência. Piaget (1999) verificou que é durante este primeiro período de desenvolvimento que a criança integra as informações oriundas dos vários órgãos sensoriais (por exemplo, passa a olhar para o que ouve, a ouvir o que pega, etc), que de início funcionam isoladamente, e também passa a agir como se o mundo externo fosse um local permanente, onde os objetos existem, independentemente da percepção dos mesmos.

Já no período pré-operatório, que corresponde dos dois aos sete anos de idade, caracteriza-se pelo aparecimento da linguagem, fator importante que contribui para modificações no aspecto intelectual afetivo e social da criança. O desenvolvimento do pensamento se acelera e a maturação neurofisiológica se completa. O egocentrismo representa característica do desenvolvimento intelectual e social.

Assim como os estudos de Piaget são importantes, Rousseau também tem forte impacto nos seus estudos sobre a infância.

Um dos principais estudiosos da educação infantil do século XVII, Rousseau tem até hoje fortes seguidores de seus estudos, a ponto de hoje em dia, os seus pensamentos serem como norteador para a educação das crianças francesas.

Pamela Druckerman, que atuou como repórter internacional, também foi escritora do The New York Times e para revista Marie Claire, atualmente mora em Paris e lançou seu livro sobre a educação francesa, que se tornou primeiro lugar na lista dos mais vendidos, cita a importância de Rousseau para a educação dos franceses, conforme no trecho abaixo.

[...] Os amigos franceses me contam que leram no ensino médio. O impacto de Emílio é tão duradouro que passagens e ditos do livro são clichês da criação de filhos moderna, como a importância do “despertar”. E os pais franceses ainda aceitam como verdadeiros vários de seus preceitos. (DRUCKERMAN, 2013, p.89)

Preocupado como os pais educariam seus filhos, Rousseau lançou Emílio, ou Da Educação, em 1762, onde descreve a educação de um garoto fictício chamado Emílio e através deste livro, sugere várias mudanças no trato com a criança, respeitando seus limites. E Rousseau é bem rígido conforme se percebe no trecho a seguir:

Um pai quando gera filhos e os alimenta não cumpre senão um terço de sua tarefa. Deve homens à sua espécie, deve à sociedade homens confiáveis; deve cidadãos ao Estado. Todo homem que pode resgatar esta triplíce dívida e que não o faz é culpável, e mais condenável talvez quando o faz pela metade. Quem não pode cumprir os deveres de pai não tem o direito de tornar-se pai. (ROUSSEAU apud CERIZARA, 1989, p. 49)

Portanto, para Rousseau, os cuidados com a infância são indispensáveis e fundamentais para a formação da criança.

O respeito do adulto pela criança deve começar pela aceitação da sua forma própria de viver e de conviver com o mundo; por isso é necessário que o adulto conduza-se como companheiro das crianças no divertimento. (ROUSSEAU apud CERIZARA, 1989, p. 49).

Nesta perspectiva, fica claro como é importante que os adultos compreendam e aceitem a forma de ser das crianças. Aceitando sua forma de ser, o trato com elas fica inclusive mais fácil de lhe dar. Compreendendo suas características, o adulto pode orientar-lhes com mais clareza.

Assim, com os esclarecimentos acima da primeira infância e a importância dos devidos cuidados com esta faixa etária, tratemos agora da Educação Infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil é uma etapa de grande importância para o desenvolvimento das potencialidades da criança e faz parte da educação básica, que vai da educação infantil até o ensino médio, e para melhor entendê-la o presente artigo irá expor o amparo que esta etapa da educação tem garantida por lei; bem como as ideias do psicomotricista Ricardo Alves e sobre a importância do desenho e da brincadeira para esta etapa da educação escolar. A educação infantil tem seus direitos garantidos pela LDB que em seu Art. 29º, diz: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

E em seu Art. 31º, define como será a avaliação: Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, nesta etapa são trabalhadas as seguintes disciplinas: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática. Cada uma tem seus objetivos específicos a serem trabalhadas de acordo com a faixa etária, respeitando seus limites e suas potencialidades.

Este importante Referencial deve ser utilizado pelos pais que pretendem engajar-se no compromisso e na parceria com a escola, e, também a escola deve valer-se deste norteador para por em prática uma educação de alta qualidade e baseada em documento oficial do governo.

Para entender um pouco mais deste universo infantil, expõe-se agora algumas colaborações de Ricardo Alves que é psicomotricista e mestre em educação. Alves tem a preocupação desde como se dá a concepção da criança, a formação do ser humano, bem como o seu ingresso na educação infantil e os seus devidos cuidados que são fundamentais para a criança desta faixa etária, o que vem de encontro com o tema deste artigo, que é a relação entre a família e a escola, onde se reforça a necessidade de um pleno entendimento desta fase da criança para assim firmar uma parceria para esta etapa de grande importância na vida das mesmas.

Para Alves (2013, p.31) “[...] na Educação Infantil, se algum saber for imposto, não gerará bases de conhecimentos”.

Ou seja, quando a criança tem contato com uma aprendizagem que é fora do seu contexto, torna-se uma aprendizagem sem função, a criança não compreende e não consegue fazer uso funcional do que aprendeu.

Torna-se nítido que os cuidados são minuciosos no trato com as crianças, pois, quando seu entendimento não é respeitado, começa aí um processo de negação a este rico espaço que deve ser a escola, em especial na educação infantil.

Em conversa informal com alguns pais de crianças na idade de frequentar a educação infantil, percebe-se que há um “descuidado” para esta fase escolar, não sendo valorizado o que a criança irá aprender e também como se pode ajudá-las nessa caminhada e valorizar cada aprendizagem ocorrida neste espaço. Muitos pais acham que a criança vai à escola só para brincar, rabiscar, socializar, mas, sem dar o devido valor que todas estas habilidades têm de importante para o pleno desenvolvimento da criança. Assim sendo, ainda com contribuições de Alves e de outros autores, agora o presente artigo apresentará breve esclarecimento da importância do desenho e da brincadeira para esta faixa etária.

Segundo Alves (2013, p. 32) “Paradoxalmente a infância é uma etapa do fazer nada e é quando, invariavelmente, acontece tudo”.

Qual a importância de desenhar no processo de aquisição da escrita? Para responder a esta pergunta, o presente artigo se valerá dos estudos de Alexandroff, que nos mostra com clareza sobre a importância de desenhar e nos traz à reflexão com este trecho de seu artigo:

Poucos adultos conseguem perceber o quanto o desenho infantil pode ser revelador do grau de grau de maturidade, do equilíbrio emocional e afetivo, bem como do desenvolvimento motor e cognitivo da criança. Dentre vários autores que falam sobre a importância do desenho destacamos Pillar, O desenho está muito mais próximo dos aspectos figurativos da realidade e do símbolo, enquanto a escrita está próxima dos aspectos operativos – não ligados às configurações dos objetos, mas às suas transformações – e dos signos e sinais que são arbitrários. (PILLAR apud ALEXANDROFF, 2010, p.3)

Então, quando uma criança, conforme relato na introdução, faz suas produções, os adultos por vezes não compreendem estas produções, porém, ao tomar conhecimento de cada etapa da primeira infância, os adultos podem entender melhor sobre tudo que é feito pelas mesmas.

Assim, Alves também nos traz à tona esta questão do desenho quando nos diz:

Quando uma criança que não domina a escrita, ela desenha, não retrata nesse desenho aquilo que ela vê e sim o que ela imagina e com isso ela elabora o caminho para a escrita. Podemos dizer então que para a escrita convencional, desenhar e brincar deveriam ser estágios preparatórios ao desenvolvimento da linguagem escrita da criança. Escrever, então se inicia juntamente com várias estruturas psicomotoras de base como a imagem e o esquema corporal, a tonicidade, o equilíbrio e a lateralidade, importantes na construção, não apenas da escrita, mas na construção de um sujeito pensante. (ALVES, 2013, p.34)

Visto como um processo fundamental para aquisição da escrita, Alexandroff (2010, p.5) em seu artigo cita Vigotsky quando comprova em seus estudos esta relação do desenho para a escrita:

Em relação à linguagem escrita, Vygotsky afirma que “[...] o brincar de faz de conta, o desenho e a escrita devem ser vistos como momentos diferentes de um processo essencialmente unificado [...] (1989 p.131), o que nos leva a conclusão de que “[...] brincar e desenhar deveriam ser estágios preparatórios do desenvolvimento da linguagem escrita[...] (op., p.134).

Para realçar a importância do desenho na educação infantil, o presente artigo também irá se valer das contribuições dos estudos de Vera Barros de Oliveira, Doutora em Psicologia escolar. A autora nos mostra a evolução do desenho segundo Lowenfeld. Esta evolução se dá na primeira infância da seguinte maneira:

Em grandes linhas, sua evolução mostra, na primeira infância, três grandes conquistas estruturais da criança. A primeira é quando ela percebe a relação gesto-traço, ou seja, quando percebe que o risco é uma resultante do seu movimento com o lápis. A segunda, é quando compreende que pode representar intencionalmente um objeto graficamente e, a terceira, quando consegue organizar essas representações, formando todos significativos, primeiramente muito mágicos e subjetivos, e depois, cada vez mais complexos, detalhados e próximos à realidade objetiva. (OLIVEIRA, 2002, p. 43)

Lowenfeld citado por Oliveira (2002, p. 44) reforça a importância do desenho afirmando: “a evolução do desenho acompanha, assim, o caminho em direção também à escrita, compreendida finalmente pela criança como um todo coerente e simbólico que representa o que se pensa e o que se fala”.

Ainda nesse contexto, Lowenfeld, cita duas fases da evolução do desenho. A Fase I – representa o começo da auto expressão gráfica. A etapa da garatuja (de 1 a 4 anos). Nesta fase as garatujas aparecem da seguinte forma, conforme organizado abaixo.

GARATUJA DESORDENADA – de 1 a 2 anos. Ainda não há consciência da relação traço-gesto, e, portanto, a criança muitas vezes não olha para o que faz. Seu maior interesse está em explorar o material e riscar o chão, as portas, o próprio corpo e os brinquedos. Segura o lápis de várias maneiras, com as duas mãos alternadamente. Todo o corpo acompanha o movimento. Não usa os dedos ou o pulso para controlar o lápis. Faz inicialmente figuras abertas, ou seja, linhas verticais ou horizontais, muitas vezes num movimento amplo de vaivém. Com argila, amassa e bate.

GARATUJA ORDENADA – aproximadamente a partir dos 2 anos, a criança descobre a relação gesto-traço, e se entusiasma muito. Passa a olhar o que faz, começa a controlar o tamanho, a forma e a localização dos desenhos no papel. Varia as cores intencionalmente. Começa a fechar suas figuras através de formas circulares ou espiraladas. Perto dos 3 anos começa a segurar o lápis como um adulto. Copia intencionalmente um círculo, mas não um quadrado. Descobre, mas não inventa relações entre o que desenhou e a realidade. Com argila, começa a fazer bolas e “salsichas”.

GARATUJA NOMEADA – aproximadamente a partir dos 3 anos, faz a passagem do pensamento cinestésico, motor, ao imagético, frente ao desenho, ou seja, representa intencionalmente um objeto concreto, através de uma imagem gráfica. Passa mais tempo desenhado. Distribui melhor os traços no papel. Descreve verbalmente o que fez e começa a anunciar o que vai fazer. Relaciona o que desenha ao que viu ou vê, sendo que o significado de seu desenho é quase sempre só inteligível para ela mesma. Alguns movimentos circulares associados a verticais começam a dar forma a uma figura humana (esquema céfalo-caudal).

Fase II – é a fase da afirmação da representação gráfica – a fase pré-esquemática. Dos 4 a 6 anos.

A consciência da analogia entre a forma desenhada e o objeto representado se afirma. Ou seja, a relação ao nível gráfico significante-significado se constrói definitivamente. Vemos aqui como a representação gráfica é muito mais tardia do que a lúdica e a verbal. Enquanto a brincadeira simbólica e a linguagem já estão bem organizadas, a gráfica só agora começa a se afirmar. A criança que já constrói grandes cenas dramáticas brincando só agora começa a organizar seus desenhos representativos. Essa organização se dá principalmente através da combinação de formas circulares e longitudinais, formando figuras reconhecíveis. A representação da figura humana evolui em complexidade e organização, seguindo dois eixos principais, um vertical (céfalo-caudal) e depois na horizontal (próximo-distal). A representação da cabeça fica cada vez mais elaborada. Aparecem lentamente os braços, as mãos, os pés, muitas vezes com vários dedos, radiados, e às vezes aparece o corpo. Ao se aproximar dos 7 anos, a criança já elabora um esquema corporal, com traços duplos representando braços e pernas. (OLIVEIRA, 2002, p.45)

A contribuição de Lowenfeld deixa claro como é importante que a família saiba exatamente como as habilidades trabalhadas na educação infantil são bases para aprendizagens futuras e para tanto, faz-se necessária a parceria da família com a escola, para compreender e valorizar as potencialidades das crianças.

Assim acontece com as brincadeiras. A brincadeira é de grande importância também para a criança da educação infantil, pois, reflete o seu pensar e sentir, bem como o seu desenvolver.

Desta forma, o presente artigo segue ainda as contribuições de Oliveira, que ressalta a importância não só do desenho, mas, da brincadeira na educação infantil. Para nortear seu trabalho, Oliveira (2003) valeu-se da contribuição da visão de Piaget e de Winnicott. Para fins deste trabalho, acompanharemos a evolução da brincadeira segundo a visão de Piaget.

A brincadeira também é dividida por faixa etária, então, segundo Piaget na criança de 1,5 a 2 anos o corpo funciona ainda como marco físico do eu. A brincadeira simbólica se organiza à volta do corpo, principalmente na região entre pernas, próxima à região genital. Entre 2 e 3 anos, a criança não tem mais necessidade de um marco físico para se organizar (não organiza mais a brincadeira à sua volta); as lembranças vêm mais de longe e cada vez maiores, e se manifestam mais sob forma de manifestação lúdica; as verbalizações se fazem principalmente em relação ao eixo presente ou ao passado próximo e mantêm-se presas ao real. O imaginado ainda não adquiriu voz própria, a boneca ainda não fala o que quer ou do que tem medo. Por volta de 3 a 5 anos existe a formação de grandes cenas dramáticas, os personagens são cada vez mais uma recriação do sujeito do que uma reprodução; a verbalização se transporta cada vez mais à situação imaginada. A criança fala do representado e os personagens adquirem fala, com voz, timbre, entonação e ritmos próprios; a memória combina de forma ordenada diversos momentos do passado; os contextos representados tornam-se cada vez mais vivos e dramáticos, com a emergência de profundos esquemas afetivos; as situações são revividas de forma cada vez mais original e ativa, a criança usando a sua imaginação para assimilar o que não compreendeu no passado. Já de 4 a 6 anos o simbolismo coletivo e a reaproximação da realidade objetiva estão agora em nível mais abstrato. Nesta etapa, as características mágicas e anímicas decrescem com a capacidade da criança de ver a realidade de forma menos subjetiva e mais objetiva; aparece a brincadeira simbólica coletiva, várias crianças encenando uma situação. A fase anterior, a vivência pela criança de vários papéis, lhe possibilitou compreender melhor o outro e brincar com ele; aparecem os primeiros sinais da brincadeira de regra. (PIAGET apud OLIVEIRA, 2002, p.34)

Assim como qualquer fase de desenvolvimento da criança, a brincadeira também tem seu caráter evolutivo e, portanto, é um dos pontos que merecem destaque para a parceria da família com a escola.

O que ocorre hoje, a nosso ver, pelas transformações sociais do nosso tempo, é a desorganização da estrutura familiar, pela intervenção dos papéis paternos e o papel do próprio filho, que é transformado numa promessa, imposto a ele o lugar da promessa familiar, localizado na escola a responsabilidade da formação desse sujeito, através da indução, orientação, educação integral desse filho. E, muitas vezes, para muitos sujeitos e seus familiares, a escola passa a ser um empecilho para que essa promessa vire realidade. Essa é uma inversão bastante comum nos nossos dias. (ALVES, 2013, p. 29)

Entendendo mais esta etapa da educação infantil, os responsáveis podem dar o devido valor às crianças que ali se encontram, entendendo, respeitando e valorizando cada passo na evolução da aprendizagem.

FAMÍLIA E ESCOLA

A família tem um papel importantíssimo além da educação de valores e culturas próprias, este papel estende-se à educação escolar, entendendo e apoiando o filho em seu ingresso na educação infantil. Portanto, faz-se necessário que a família esteja sempre em parceria com a escola nesta fase, para dar suporte aos seus filhos, porém o que se percebe na fala dos pais de filhos na educação infantil, que esta etapa é apenas de socialização e de brincadeiras, mas não entendem que esses e outros aspectos trabalhados na educação infantil tem papel relevante para as aprendizagens futuras das outras etapas da educação básica. Desconhece-se e desrespeita-se a importância do brincar, do desenhar, e de todas as habilidades trabalhadas no contexto da educação infantil.

A mudança de olhar para a infância é uma necessidade urgente, responsabilidade de todos aqueles envolvidos com o desenvolvimento da criança. (ALEXANDROFF, 2010, p.16)

A partir desta constatação, pergunta-se: como a família pode contribuir para o pleno desenvolvimento do filho que cursa a educação infantil? De que forma os responsáveis podem atuar a fim de serem parceiros da escola?

Para nortear este tema da relação entre a família e a escola, o referido capítulo contará com as contribuições de Cris Poli e Augusto Cury.

Cris Poli é argentina, formada em Magistério e em Educação na Língua Inglesa. Veio morar no Brasil em 1976 e atualmente trabalha com orientação às famílias brasileiras.

Para Poli (2008, p. 16) "... É preciso que pais e professores falem a mesma linguagem com a criança para que ela possa seguir na mesma direção, com o mesmo objetivo, tanto em casa como na escola".

Há uma necessidade de se entender a importância deste processo e participar de forma consciente e ciente de como a criança representa suas potencialidades. Quando a fala dos pais/responsáveis e professores é a mesma, a criança é favorecida por esta singularidade, permitindo que as mesmas, tenham confiança e certeza do seu fazer. Outro autor de grande renome no cenário da educação é Augusto Cury. Cury é psiquiatra, pesquisador na área da educação e qualidade de vida, desenvolvimento da inteligência, dentre outros. Sua contribuição também gira em torno do tema em questão e em como as famílias podem lidar com a educação dos filhos.

... Educar é acreditar na vida, mesmo que derramemos lágrimas. Educar é ter esperança no futuro, mesmo que os jovens nos decepcionem no presente. Educar é semear com sabedoria e colher com paciência. Educar é ser um garimpeiro que procura os tesouros do coração. (CURY, 2003, p.5)

Pais e professores devem unir-se num esforço constante e diário para entender, compreender e respeitar a criança da Educação Infantil, possibilitando a elas que todas as suas potencialidades sejam preservadas e desenvolvidas dentro do que elas são capazes de oferecer. Portanto, mais uma vez reforça-se a necessidade de uma parceria entre a família e a escola, para que pais e professores tornem-se brilhantes e fascinantes na vida da criança.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS

Por meio de uma pesquisa aleatória foi possível relatar alguns discursos relacionados ao tema em questão e trazer as situações vividas diariamente como confirmação concreta da visão que os responsáveis têm sobre as crianças desta faixa etária.

Abaixo segue trecho de conversa informal feita com pais de crianças da educação infantil, onde fica claro de como esta etapa da educação escolar é vista e como os pais podem atuar de forma mais parceira e mudança de olhar para um acompanhamento efetivo desta fase da criança. Nas referidas conversas, se percebe que o desconhecimento da importância da educação infantil se dá em meios diversos de pessoas com profissões distintas (desde pais graduados, pós-graduados e até mesmo sem a conclusão do ensino médio) e crianças de escolas diferentes, mas, a fala dos pais é a mesma, ou seja, que na educação infantil não há nada de muito importante a ser feito.

Família 1. Casal com criança no maternal I. O pai diz: "maternal é enrolação, a criança fica brincando o tempo inteiro." Sua esposa que trabalha de segunda a sábado e não tem com quem deixar a criança, retirou o mesmo da escola e deixou sob os cuidados de uma pessoa que toma conta de crianças perto de sua casa, pois, contempla o tempo que ela necessita para ir e voltar do trabalho;

Família 2. Casal com criança no maternal II. A mãe está insatisfeita e diz: "na escola da minha filha ela brinca muito, eu não estou gostando disso. Minha vontade é de transferi-la para uma escola forte". O pai diz que não entende nada deste assunto e por ele a filha fica onde está.

Família 3. Casal com duas crianças na educação infantil. A mãe trabalha por escala ficando dois dias fora de casa e o pai fica responsável pelos acontecimentos escolares neste período e relata: "eles têm muitos trabalhos, inclusive de casa, e, às vezes esqueço até de verificar recados na agenda".

Família 4. Casal com filho no maternal I. Segundo a mãe, o filho não conseguiu se adaptar à escola o ano inteiro, tem várias queixas quanto à escola, mas vai permanecer na mesma pois, não tem tempo para novas adaptações.”
Família 5. Casal com duas crianças na educação infantil. A mãe gosta da escola, pois tem muitas atividades e dever de casa também. Tem dificuldades em fazer os deveres de casa.

Família 6. Casal com filho no Pré-I. Os pais não estão satisfeitos, gostariam de mudá-lo de escola, mas não têm disponibilidade para que esta transferência seja feita e vão deixar o filho onde está.

Família 7. Casal com filho no maternal II. O casal está de acordo em não trocar de escola, pois, a criança demorou muito a se adaptar e mesmo sabendo que a escola é limitada em diversos quesitos, vão deixar o filho na mesma. No discurso destes pais, o que importa é a praticidade de ver o filho numa escola perto de casa, ou retirá-la priorizando o trabalho para aumentar a renda familiar, ou deixar na escola mesmo sabendo que a mesma não contempla com os devidos cuidados desta faixa etária. E por este ou outros motivos, as crianças da educação infantil vão sendo deixadas de lado para atender outras necessidades que não a delas próprias e com isto, muitos problemas de aprendizagem podem acontecer, e não por que a criança não é capaz, mas sim por ter sido tornada incapaz na sua capacidade de criar, interagir, imaginar, e todas as habilidades que lhes são inerentes e por isto muitas acabam tendo que ter um apoio do profissional da psicopedagogia, para minimizar seus problemas de aprendizagens.

Daí a importância também de entender e respeitar a primeira infância e seu ingresso na educação básica, mais especificamente na educação infantil.

Aprender a respeitar os seus limites, entender suas potencialidades e valorizar o que lhe é inerente é algo que tem que ser mudado na visão das famílias responsáveis pelas crianças desta importante fase da vida.

PSICOPEDAGOGIA

A Psicopedagogia é um campo de atuação em Saúde e Educação que lida com o processo de aprendizagem humana: seus padrões normais e patológicos considerando a influência do meio - família, escola e sociedade - no seu desenvolvimento, utilizando procedimentos próprios da Psicopedagogia. (CÓDIGO DE ÉTICA DA ABPp, 1996)

A Psicopedagogia, área de conhecimento interdisciplinar, tem como objeto de estudo a aprendizagem humana. É papel fundamental do psicopedagogo potencializá-la e atender as necessidades individuais, no decorrer do processo.

O trabalho psicopedagógico pode adquirir caráter preventivo, clínico, terapêutico ou de treinamento, o que amplia sua área de atuação, seja ela escolar - orientando professores, realizando diagnósticos, facilitando o processo de aprendizagem, trabalhando as diversas relações humanas que existem nesse espaço; empresarial - realizando trabalhos de treinamento de pessoal e melhorando as relações interpessoais na empresa; clínica - esclarecendo e atenuando problemas; ou hospitalar - atuando junto à equipe multidisciplinar no pós-operatório de cirurgias ou tratamentos que afetem a aprendizagem. É importante salientar que a Psicopedagogia é uma área que vem para somar, trabalhando em parceria com os diversos profissionais que atuam em sua área de abrangência. (BEYER, 2003, p.1)

O psicopedagogo realiza diagnóstico e intervenção psicopedagógica, utilizando métodos, instrumentos e técnicas da Psicopedagogia. Orienta, coordena e supervisiona cursos de Especialização. Atua na prevenção dos problemas de aprendizagem.

Com um campo de atuação amplo, o psicopedagogo dentre suas funções, tem a função de intervir no âmbito escolar, conforme acima citado, facilitando o processo de aprendizagem, trabalhando as diversas relações humanas que existem nesse espaço. Relações estas que diversas vezes tem seu início no cerne familiar, no que tange as dificuldades de aprendizagem.

A aprendizagem é um processo que vai muito além do âmbito escolar. Ela começa no seio da família, nos modelos de aprendizagem, absorvidos nas relações familiares e, se estende, por todas as relações do indivíduo. (FERNÁNDEZ apud FRANCO, 2012, p. 8).

Segue abaixo um exemplo de intervenção psicopedagógica em criança da educação infantil, onde a criança na verdade não tinha nenhum problema de aprendizagem, o que aconteceu é que por desconhecer o que sua filha era capaz de produzir em seus 3 anos de idade, o pai agiu de forma incorreta quanto ao desenho, e, provavelmente a escola também e com isto a filha começou a não querer mais desenhar.

Bons pais atendem, dentro das suas condições, os desejos dos seus filhos. Fazem festas de aniversário, compram tênis, roupas, produtos eletrônicos, proporcionam viagens. Pais brilhantes dão algo incomparavelmente mais valioso aos filhos. Algo que todo o dinheiro do mundo não pode comprar: o seu ser, a sua história, as suas experiências, as suas lágrimas, o seu tempo. (CURY, 2003, p.9)

A escola mandou o livro com atividade de casa, onde nesta atividade, era pedido que a criança desenhasse a sua própria casa, porém, na página anterior havia uma casa desenhada. A criança em questão sentiu-se inibida em desenhar, pois havia ali um modelo a ser seguido. O pai, que no momento estava fazendo a atividade com a criança, insistiu que a mesma desenhasse e lhe mostrava a figura da casa na página anterior. A filha, desmotivada, disse que não sabia. O pai, que desconhecia as etapas de desenvolvimento que necessariamente a criança tem que passar, segurou na mão da filha e desenhou uma casa nos moldes tradicionais. A partir deste dia, a criança recusava-se a desenhar, mesmo que fosse de brincadeira. Como a mãe, na época do acontecido, era estudante de psicopedagogia, conversou com seus professores que lhes sugeriram algumas "intervenções" a fim de ver a criança ter sua habilidade de desenho de volta. Então, com orientações ao esposo, e trabalhando em conjunto, a criança conseguiu tomar gosto novamente por desenhar.

A partir daí, o casal passou a respeitar e a ter mais delicadeza no trato com a filha. Para que a mesma voltasse a ter gosto pela arte de desenhar, foi sugerido que se trabalhasse muito com giz no chão, deixando a criança explorar o espaço que estava tendo disponível; também foi mudada a forma como o seu desenho era tratado. Ao invés de lhe perguntar o que havia desenhado, a pergunta que deveria ser feita era: "me conta a história do teu desenho?"; toda vez que trabalhavam o desenho com ela em casa, primeiro era contada uma história e depois "brincava-se de desenhar", e na verdade, no desenho ela retratava a história, mas da sua forma. Então, se era para desenhar um leão, por exemplo, antes havia uma brincadeira de ir ao zoológico e depois "brincavam" de desenhar os animais. Com mudanças na conduta em casa e com conversa com a escola, a criança voltou a desenhar e não mais se intimidar com o que lhe era pedido nas atividades. Seus limites nos traços foram respeitados e a mesma sente prazer em desenhar.

São inúmeros pais que dizem querer cuidar da formação dos filhos, mas não se sentem capazes de fazê-los. Os futuros pais e mães, a fim de se tornarem capazes conscientes de seu papel na vida do filho, precisam preparar-se antes mesmo de a criança nascer. (POLI, 2008, p.57)

Assim como esse casal conseguiu perceber e trabalhar a dificuldade escolar da filha em parceria com a escola, outros poucos também o fazem. É grande a queixa dos professores da Educação Infantil quanto este tema. Os professores se queixam quanto às famílias especialmente por não entenderem sobre o trabalho feito nesta etapa da Educação Básica e também como este trabalho é executado. Os pais querem os filhos na escola, mas, não se interessam ao menos em saber sobre a metodologia da escola que matriculam seus filhos. Depois, quando se sentem prejudicados, vão à escola reclamar, mesmo sem entender a proposta da escola e se a mesma é coerente com a aprendizagem das crianças.

Neste caso, mais uma vez, se faz necessária a ação do psicopedagogo, para conversar com os pais a fim de saber o que estes sabem quanto à Educação Infantil, e também mediar este conflito entre pais e escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo foram expostas algumas incumbências importantes para a relação entre a família e a escola na educação infantil, realçando pontos relevantes para que esta parceria possa ocorrer de forma significativa.

O objetivo principal deste artigo foi conscientizar os pais da importância de uma participação mais ativa com a escola, tornando-se parceiros e ativos na busca de uma aprendizagem de forma a respeitar os saberes e limites dos filhos encontrados na educação infantil.

Para tanto, este artigo valeu-se da contribuição de estudiosos da área da educação para que os pais tenham a real noção da importância da sua colocação frente à escola.

Buscou-se através de um trabalho bibliográfico, pautados em artigos e literatura específicos a este tema, dar contribuições aos pais/responsáveis sobre os devidos esclarecimentos acerca da primeira infância, o reconhecimento da importância desta fase da criança e uma mudança de olhar quanto esta faixa etária.

Então, a parceria entre a família e a escola pode acontecer de forma bem eficaz conforme a própria literatura nos conduz, bem como, um esforço coletivo para que a teoria torne-se uma prática constante e permanente.

A infância é uma etapa importantíssima para o desenvolvimento de diversas habilidades inerentes às crianças desta faixa etária, e a participação da família, enquanto primeiros e principais educadores, na parceria com a escola a partir da educação infantil é fundamental, necessária e urgente, pois é a partir daí que problemas podem ser detectados, minimizados e/ou até mesmo evitado.

A fim de ver a primeira infância respeitada, é importante uma mudança de visão para o grupo pertencente a esta faixa etária. Acredita-se que nos cursos de planejamento familiar, bem como nas palestras pré-natal, faz-se necessário que os futuros pais tenham a real compreensão do que é relevante para o desenvolvimento do filho que está por vir.

Assim, também no ingresso do mesmo na educação infantil, onde a escola deve ter o papel de assumir esta criança e sua família, explicando sobre todo o processo que ocorre neste período da educação básica, ministrando palestras sobre este tema e mudando a postura nas reuniões escolares, onde ao invés de conversar somente sobre o calendário escolar e eventualidades da escola, que este seja um momento de esclarecimentos acerca das potencialidades destas crianças e realizando constantemente encontros para conscientizar e manter uma relação recíproca firmando assim esta importante relação que é a família e a escola.

Sugerem-se outros estudos a respeito deste tema para que a conscientização e mudança de olhar para as crianças da faixa etária de 0 a 6 anos sejam mais compreendidas e mais respeitadas, pois, com suporte científico, os responsáveis por estas crianças possam promover em si uma mudança de atitude quanto aos mesmos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, RICARDO C. S.; O corpo do professor. Curitiba, PR: CRV, 2013.
- CAMPOS, A. L.; Primeira infância: um olhar desde a neuroeducação. 1 ed. Peru: Cerebrum, 2010.
- CERISARA, A.B; Rousseau – Educação na Infância. 1 ed. São Paulo: Scipione, 1989.
- CURY. AUGUSTO JORGE, Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DRUCKERMAN, Pamela; Crianças francesas não fazem manha. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.
- JÓIA, A.; Panorama da primeira infância: avanços e desafios. Revista de Pedagogia Perspectivas em Educação. São Paulo, 2008. Disponível <<http://www.unicaieiras.com.br/revista2/index.htm>> Acesso em: 19 de jul 2013.
- OLIVEIRA, V.B.; A brincadeira e o desenho da criança de zero a seis anos: uma avaliação psicopedagógica. In: Oliveira, Vera Barros; Bossa, Nádia A. Avaliação Psicopedagógica da criança de Zero a Seis anos. 13 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- PIAGET, JEAN; Seis Estudos de Psicologia. 24 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
- POLI, CRIS; Pais e professores educando com valores. São Paulo: editora Gente, 2008.
- SEM AUTOR. Primeira Infância. 2007. Disponível em: < <http://www.institutocamargocorrea.org.br/infancia/Paginas/infancia.aspx>> Acesso em: 21 jun 2014
- ALEXANDROFF, M. C. Os caminhos paralelos do desenvolvimento do desenho e da escrita. Constr. psicopedag. vol.18 no.17 São Paulo dez. 2010. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1415-69542010000200003&script=sci_arttext Acesso em 02 jul 2014
- BEYER, M. A. Psicopedagogia: ação e parceria. 2003. Disponível em:< http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=450#.U9o8_ONdWbY> Acesso em: 15 jun 2014
- FRANCO. L.F.M. A psicopedagogia na busca por mais perguntas e respostas para a educação. 2012. Disponível em:< <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=1506>> Acesso em 21 mai 2014
- CÓDIGO DE ÉTICA DA ABPp. Disponível em< <http://www.psicopedagogia.com.br/links/leis/codigo.shtml>> Acesso em: 03 jun 2014
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> > Acesso em: 03 jun 2014
- REFERENCIAL CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL. Disponível em< http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf > Acesso em 04 jun 2014.



www.saojose.br | (21) 3107-8600
Av. Santa Cruz, 580 - Realengo - Rio de Janeiro